

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 187, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 570/2024****OF 646/2024****MSC 43/2001**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante da Portaria nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, que renova concessão outorgada à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 570

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2023, que renova, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Brasília, 17 de julho de 2024.

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada em 14 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/12/2023 | Edição: 237 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.137, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 646/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2023, que renova, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/07/2024, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5911536** e o código CRC **444B1B95** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO		
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	
<i>CNPJ:</i>	48.076.533/0001-83	<i>CEP da sede:</i> 76.820-124
<i>Endereço da sede:</i>	RUA MIGUEL CHAQUIAM, 1300, SALA 03, EMBRATEL – PORTO VELHO-RO.	
<i>E-mail de contato:</i>	pauloagustofm@gmail.com	
<i>Serviço a ser renovado:</i>	(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais
	() Radiodifusão de sons e imagens	
<i>Período da renovação:</i>	21/05/2021 A 21/05/2031	
<i>Localidade da renovação:</i>	JI-PARANÁ	<i>UF:</i> RO

Eu, MOTOKO KONDO MORIMOTO, inscrito no CPF sob o nº 059.548.788-20, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Ji-Paraná/RO, 07 de Janeiro de 2021.


MOTOKO KONDO MORIMOTO

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

EMPRESA RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA.
CNPJ/MF 48.076.533/0001-83 – NIRE 11.200.349.944

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

1) MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, natural de Uberlândia/MG, em 14/11/1938, Viúva, Pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.225.440 SSP/SP; inscrito no CPF/MF sob nº 059.548.788-20; residente e domiciliada à Rua SKN, nº 310 Bloco L, apto. 402 – Bairro Asa Norte – Cidade de Brasília/DF, CEP: 70756-120;

2) RUTH MEGUMI MORIMOTO; brasileira, Casada no regime parcial de bens; Advogada, nascida na cidade de Andradina/SP em 21/05/1957; portadora da cédula de identidade RG nº 7.499.597 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.587.408-61; residente e domiciliada à Rua Silas Shookmes nº 1455, Jardim das Mangueiras II, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76820-476 e;

2) ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO; brasileira, Solteira, Arquiteta, nascida na cidade de Andradina/SP em 08/07/1955; portadora da cédula de identidade RG nº 6.866.855 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.513.418-05, residente e domiciliada à Av. Capitão Castro nº 3027, Centro, na cidade de Vilhena/RO – CEP: 76980-000;

Todos sócios da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**, estabelecida à Rua Miguel Chaquiam, nº 1300, sala 03, no bairro Embratel, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia - CEP 76820-124, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 48.076.533/0001-83**, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de RONDONIA – JUCER/RO, com **NIRE sob nº. 11200349944**, em sessão de 26/04/2000, e algumas alterações, conforme segue:

1ª Alteração Contratual nº	1.118.640/80	em sessão de	30/07/1980	JUCESP
2ª Alteração Contratual nº	86.383/82	em sessão de	14/07/1982	JUCESP
3ª Alteração Contratual nº	137.975/99-5	em sessão de	16/08/1999	JUCESP
4ª Alteração Contratual nº	11.200.349.944	em sessão de	26/04/2000	JUCER
5ª Alteração Contratual nº	110.293.974	em sessão de	21/02/2005	JUCER
6ª Alteração Contratual nº	110.425.812	em sessão de	26/12/2013	JUCER



Registrada sob forma de **Sociedade Empresária Limitada** nos termos da Lei nº. 10.406/2002, e representando a totalidade do capital social, **resolvem de pleno e comum acordo entre si**, na melhor forma de Direito, conforme as disposições do presente instrumento Particular de Alteração, **Consolidar o Contrato Social**, mediante as deliberações, cláusulas e condições mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas neste instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

I – DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

Artigo 1º - A sociedade girará sob a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA** com sede social e foro na Rua Miguel Chaquiam, nº 1300, sala 03, no bairro Embratel, Porto Velho/RO - CEP 76820-124.

II – FILIAIS

Artigo 2º – Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pela maioria representativa do capital social.

III – PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

Artigo 3º – A Sociedade teve o início de suas atividades operacionais na data de 05/10/1976 e o prazo de duração será por tempo indeterminado.

IV – OBJETO SOCIAL

Artigo 4º – A sociedade tem por objetivo explorar o ramo de : atividade de rádio, Atividade de televisão aberta, produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais.

The block contains three handwritten signatures in blue ink. On the left is a large, circular signature. To its right is a smaller, more vertical signature. Further to the right is another signature, possibly a name like 'M.L.'.

V - CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO.

Artigo 5º - O capital social será de **R\$ 10.000,00** (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente integralizada neste ato, assim distribuídas entre os sócios;

Sócio	quotas	Valor R\$	Em %
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00	40,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00	25,00
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	3.500	3.500,00	35,00
Total	10.000	10.000,00	100,00

Parágrafo 1º - O valor das quotas subscritas está totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente no País.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do Capital Social, em conformidade com o artigo 1.052 da lei 10.406/02.

Parágrafo 3º - Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/02 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 4º - Em caso de aumento de Capital, os sócios quotistas terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, proporcionalmente ao número das que já possuam no Capital da Sociedade, tendo os sócios o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o seu direito de preferência na subscrição das quotas.

VI - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º - A sociedade será administrada pela sócia: **Motoko Kondo Morimoto**, acima qualificada, cabendo a ela a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos necessários para a gestão da sociedade compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade. **Inclusive, isoladamente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.** Sendo autorizado o uso do nome empresarial. Fica expressamente proibido o uso da firma em atividades estranhas ao objeto social, tais como: abono, aval e cessão de cartas de fiança que impliquem responsabilidade para a sociedade diversa do fim para o qual foi constituída, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. O administrador responderá pessoalmente pelos excessos eventualmente praticados.

Parágrafo Primeiro - Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406/02, fica autorizado a alteração deste Contrato social para permitir a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços do Capital Social



Parágrafo Segundo - O administrador poderá constituir procuradores, com poderes específicos, especificando claramente os poderes, e, com a exceção das procurações "ad judicia", estabelecer os prazos conferidos aos procuradores.

VII - REMUNERAÇÃO

Artigo 7º - Os sócios, deliberarão sobre a retirada mensal a título de pró-labore, cujo o valor será fixado de comum acordo entre os sócios, sendo observadas as disposições regulamentares pertinentes.

VIII - DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 8º - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas na forma do artigo 1.072 do Código Civil.

IX - CONSELHO FISCAL E REUNIÕES

Artigo 09º - Fica estabelecido que a sociedade não tenha Conselho Fiscal.

parágrafo único: A sociedade está dispensada de formalidades tais como, publicação ou notificação de convocação aos sócios para as reuniões. As reuniões serão convocadas por escrito em uma lista simples, com coleta individual. As reuniões poderão ser objeto de Ata, sujeita a arquivo na JUCESP, dispensando a sociedade da manutenção e lavratura do livro de ata.

Artigo 10º - Os sócios poderão reunir-se sempre que for necessário, mediante a convocação, conforme descrito no parágrafo acima, do sócio Majoritário ou dos sócios minoritário, cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social. Para que as deliberações sejam válidas, será necessária a presença da maioria societária e o quorum para decisão será a maioria simples. No caso de empate, o sócio majoritário terá o direito do segundo voto de desempate.

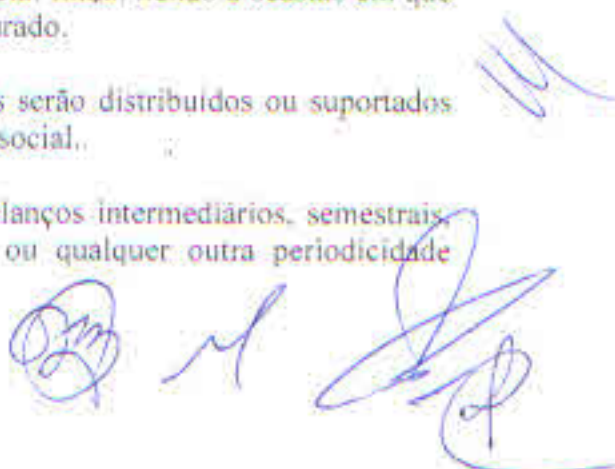
Parágrafo único: Os sócios realizarão pelo menos uma reunião anual até o último dia do quarto mês seguinte ao encerramento do exercício social, para aprovação das contas dos administradores, deliberação sobre o Balanço Anual e demais assuntos de interesse da sociedade.

X - DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 11º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de Dezembro de cada ano. Quando será levantado o balanço Patrimonial da Sociedade, bem como as demais demonstrações relativas ao exercício social findo. Sendo a ocasião em que os sócios deliberarão sobre a destinação do resultado apurado.

Parágrafo Primeiro - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo Segundo - A sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestrais, quadrimestrais, trimestrais, bimensais e até mensais, ou qualquer outra periodicidade



menor que a anual, para fins contábeis, ou para a verificação da situação financeira, observadas as disposições legais, com base nos quais os sócios, representando a maioria do capital, poderão deliberar sobre a distribuição de lucros.

Parágrafo Terceiro - O prejuízo do exercício será, obrigatoriamente, absorvido pelos Lucros Acumulados e Pelas Reservas de Lucros, nesta ordem e, eventuais prejuízos remanescentes, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas quotas de Capital.

Parágrafo quarto - As distribuições dos lucros não necessitam ser proporcionais à participação de cada sócio no Capital Social da Sociedade, entretanto, sempre que assim decidirem, deverá haver a aprovação de todos os sócios que participem do capital social. Os quais, formalizarão por escrito os valores e a parcela que caberá a cada sócio, bem como o período e a forma que será distribuído.

Parágrafo quinto : Por deliberação dos sócios representando a maioria do Capital Social, poderão ser pagos ou creditados aos sócios os juros, a título de remuneração sobre capital próprio, na forma e limite permitidos por lei.

XI - REGÊNCIA

Artigo 12º - Este Contrato Social será regido pela Lei nº 10.406/02, tendo como regência supletiva a Lei 6.404/76

XII - CESSÃO DE QUOTAS

Artigo 13º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, se colocadas à venda. E se realizada a cessão delas, deve-se formalizá-la, levando-se à registro na Jucesp a alteração Contratual pertinente.

Parágrafo Primeiro - O sócio que por qualquer motivo pretender retirar-se da sociedade deverá comunicar por escrito e com antecedência mínima de 90 (Noventa) dias.

Parágrafo Segundo:- Concretizando-se a saída do sócio sem alienação das suas quotas, aos demais sócios ou a terceiros, a sociedade reembolsará o valor da sua participação, o qual será apurado pelo valor do patrimônio Líquido, através de Balanço Especial a ser procedido. Sendo o respectivo pagamento efetuado nas condições a serem acordadas, na ocasião. Sempre em prazo não inferior a 12 (Doze) meses, e em caso de ser parcelado, corrigido por índice de inflação vigente à época.

XIII - DA EXCLUSÃO

Artigo 14º- Por decisão de quotistas que representem a maioria do Capital Social, poderá ser determinada a exclusão de sócios do quadro social, nos seguintes casos:

- Violação de cláusula contratual e/ou falta de cumprimento dos deveres sociais;

- Comprometimento, por atos ou omissões da sobrevivência normal da sociedade, ou do desenvolvimento e expansão dos negócios sociais;
- Uso indevido da firma ou da denominação social;
- Desarmonia ou séria divergência com quotista que representem a maioria do Capital Social, com efeitos negativos para a sociedade;
- Superveniência de incapacidade física ou mental;
- Prática de atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais;
- Ocorrência de qualquer outro motivo justo para a exclusão.

XIV - O FALECIMENTO, RETIRADA OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Artigo 15º - Os casos de retiradas de sócios, dissolução e liquidação de sociedade serão resolvidos consoantes disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato.

Artigo 16º - O falecimento, retirada ou interdição de sócio, não operará a Extinção da sociedade, que continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro - O pagamento aos herdeiros pelos sócios remanescentes poderá ser efetuado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, devidamente corrigidas monetariamente, por índice de inflação vigente à época.

Parágrafo Segundo - Ficando a sociedade constituída apenas de um único sócio e se a pluralidade de sócios não for reconstituída, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, entrará a sociedade em liquidação.

XV - FORO JURÍDICO

Artigo 17º - Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, para qualquer ação pertinente a este contrato social, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVI - DECLARAÇÃO

Artigo 18º Os sócios e, administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade, na presença de duas testemunhas, abaixo, assinadas.

Porto Velho, 10 de Abril de 2014.



MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócio Administrador



RITH MEGUMI MORIMOTO
Sócio Quotista



ZULICA YOSHIKO MORIMOTO
Sócio Quotista

TESTEMUNHAS


Mauro Francisco Ribeiro
Testemunha
RG nº 13.854.124-3 SSP/ SP.


Nicolau Johannes Coelho Simons
Testemunha
RG nº 11.104.088-7 SSP/SP.

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/04/2014 SOB Nº: 110431379.
Protocolo: 14/019199-2, DE 24/04/2014.
Empresa: 11 2 0034394-4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA


ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETARIA-GERAL



E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade, na presença de duas testemunhas, abaixo, assinadas.


Porto Velho, 10 de Abril de 2014.



MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócio Administrador



RITH MEGUMI MORIMOTO
Sócio Quotista


ZULICA YOSHIKO MORIMOTO
Sócio Quotista

TESTEMUNHAS


Mauro Francisco Ribeiro
Testemunha
RG nº 13.854.124-3 SSP/ SP.


Nicolau Johannes Coelho Simons
Testemunha
RG nº 11.104.088-7 SSP/SP.

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/04/2014 SOB Nº: 110431379.
Protocolo: 14/019199-2, DE 24/04/2014.
Empresa: 11 2 0034394-4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA


ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETARIA-GERAL





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:51:06 do dia 07/01/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/02/2021.

Certidão expedida gratuitamente.





ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

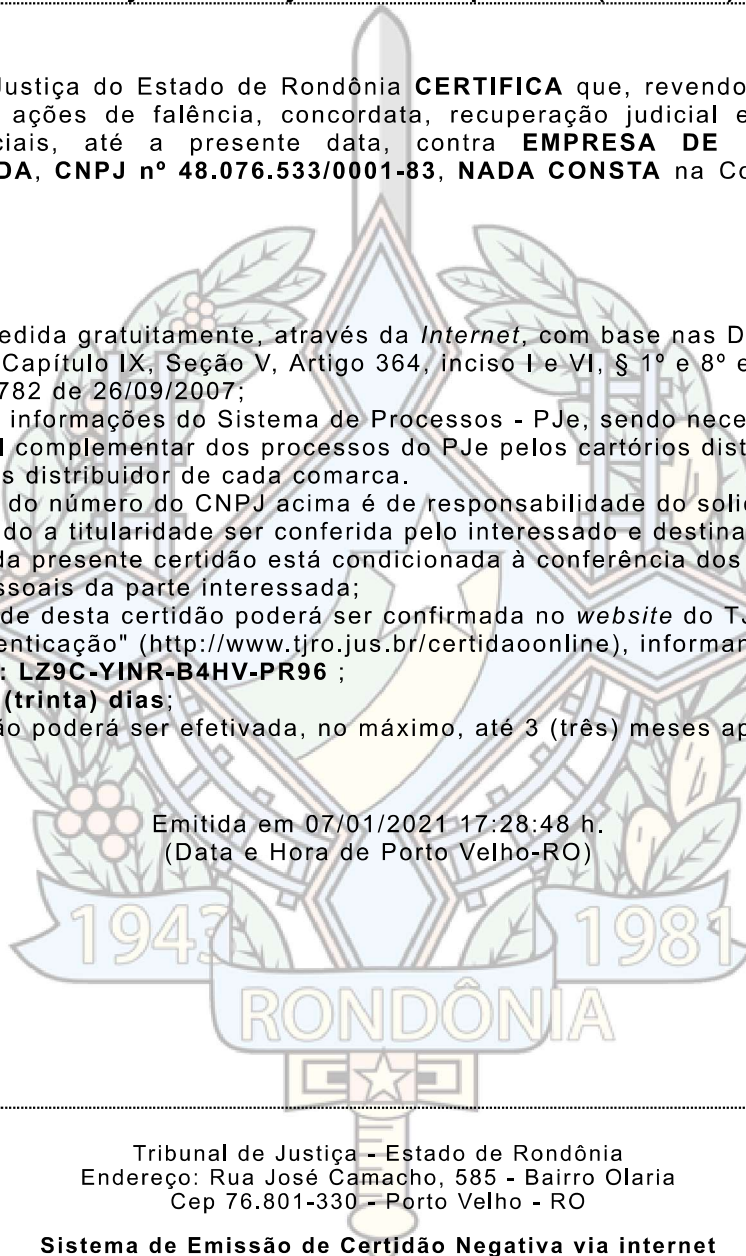
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Ações de falência, concordata, recuperação judicial
e extrajudicial e juizados especiais (1º Grau)

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuição de ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais, até a presente data, contra **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, CNPJ nº 48.076.533/0001-83, NADA CONSTA** na Comarca de Porto Velho.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais 2007, Capítulo IX, Seção V, Artigo 364, inciso I e VI, § 1º e 8º e Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
- b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
- c) a informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
- e) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (<http://www.tjro.jus.br/certidaonline>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: LZ9C-YINR-B4HV-PR96** ;
- f) válida por **30 (trinta) dias**;
- g) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 07/01/2021 17:28:48 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)



Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.076.533/0001-83

Certidão nº: 363457/2021

Expedição: 07/01/2021, às 17:47:01

Validade: 05/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.076.533/0001-83**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.076.533/0001-83 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/10/1976
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MIGUEL CHAQUIAM	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO SALA 03
CEP 76.820-124	BAIRRO/DISTRITO EMBRATEL	MUNICÍPIO PORTO VELHO
		UF RO
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (69) 8454-9499/ (69) 9902-1088	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/01/2021** às **10:29:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.076.533/0001-83

Razão Social: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA ME

Endereço: R MIGUEL CHAKIAN 1300 SALA 03 / NOVA PORTO VELHO / PORTO VELHO
/ RO / 76820-124

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/01/2021 a 01/02/2021

Certificação Número: 2021010302132915143884

Informação obtida em 07/01/2021 17:45:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20215300109588**
Código de Controle: **300109588**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **48076533000183**
Nome ou Razão Social: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data **NÃO CONSTAM** débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade...: **VERIFICAÇÃO DE DEBITOS / CNPJ E SOCIOS**
Emitida em.: **12/01/2021 16:49:28**
Validade.....: **12/04/2021**

Certidão emitida com base na Instrução Normativa nº 004/2011/GAB/CRE.

 Imprimir

Fechar Janela

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA		Protocolo: ROC2100637482	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			
NIRE (Sede) 11200349944	CNPJ 48.076.533/0001-83	Data de Ato Constitutivo 07/10/1976	Início de Atividade 05/10/1976
Endereço Completo Rua MIGUEL CHAQUIAM, Nº 1300, SALA 03, EMBRATEL - Porto Velho/RO - CEP 76820-124			
Objeto Social ATIVIDADE DE RÁDIO; ATIVIDADE DE TELEVISÃO ABERTA, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E EVENTOS CULTURAIS.			
Capital Social R\$ 10.000,00 (dez mil reais) Capital Integralizado R\$ 10.000,00 (dez mil reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio			
Nome MOTOKO KONDO MORIMOTO	CPF/CNPJ 059.548.788-20	Participação no capital R\$ 4.000,00	Espécie de sócio Sócio
Nome RUTH MEGUMI MORIMOTO	CPF/CNPJ 023.587.408-61	Participação no capital R\$ 2.500,00	Espécie de sócio Sócio
Nome ZULEICA YOSHICO MORIMOTO	CPF/CNPJ 023.513.418-05	Participação no capital R\$ 3.500,00	Espécie de sócio Sócio
Dados do Administrador			
Nome MOTOKO KONDO MORIMOTO	CPF 059.548.788-20	Término do mandato	
Último Arquivamento Data 23/07/2015			Situação ATIVA Status TRANSFERIDA DE OUTRA UF
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE: 11900007060		CNPJ: 48.076.533/0002-64	
Endereço Completo AV CAPITÃO CASTRO, Nº 3027, CENTRO, Vilhena, RO, CEP: 76980000			
2 - NIRE: 11900015615		CNPJ: 48.076.533/0003-45	
Endereço Completo AV BRASIL, Nº 721, N 3, VILA NOVA BRASILIA, Ji-Paraná, RO, CEP: 76908562			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 13/01/2021, às 11:20:50 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ro.gov.br>, com o código **XFI9OGUX**.



ROC2100637482

José Raimundo Rodrigues da Silva
Secretário Geral

BOA NOITE
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | tela | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RO

Município: Ji-Paraná

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
BISPO & FERNANDES LTDA	Ji-Paraná	07/10/2011	07/10/2021
CAMARA DOS DEPUTADOS	Ji-Paraná		
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	Ji-Paraná	21/05/1981	21/05/1991
RADIO ALVORADA DE RONDONIA LTDA	Ji-Paraná	09/03/1988	
RADIO CLUBE CIDADE LTDA	Ji-Paraná	06/10/1986	06/10/1996
SISTEMA ITAPIREMA DE COMUNICACOES LTDA	Ji-Paraná		

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:25:13

Registro 1 até 6 de 6 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:23:56 do dia 06/04/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/05/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 48.076.533/0001-83

EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
ANTONIO MORIMOTO	026.158.198-87	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná

EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data: 06/04/2021 Hora: 18:21:21



BOA NOITE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 026.158.198-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO MORIMOTO	026.158.198-87	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	22.831.507/0001-20	Diretor (SOCIO-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	22.831.507/0001-20	Sócio	64000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:02



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.548.788-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	22.831.507/0001-20	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	22.831.507/0001-20	Sócio	16000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:18

BOA NOITE
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 023.587.408-61

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO GUAPORE LTDA	04.910.840/0001-42	Sócio	100000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Guajará-Mirim
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:37



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 023.513.418-05

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:55

Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chakian	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Numero: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 210	Frequência: 89.9 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.4064kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 24/05/2018	Número da Licença: 53500.019292/2018-17

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10°53'10" S	Longitude: 61°55'46" W	Cota da base: 145.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 1000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.270 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.08 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMCiro 4H 210	Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
Ganho: 2.87 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 0.41 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.62	5°: 0.63	10°: 0.62	15°: 0.62	20°: 0.62	25°: 0.63	30°: 0.62	35°: 0.58	40°: 0.53	45°: 0.52	50°: 0.53	55°: 0.54
60°: 0.53	65°: 0.49	70°: 0.44	75°: 0.43	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.43	130°: 0.44	135°: 0.49	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.57	160°: 0.62	165°: 0.68	170°: 0.72	175°: 0.73
180°: 0.72	185°: 0.73	190°: 0.72	195°: 0.67	200°: 0.62	205°: 0.62	210°: 0.62	215°: 0.58	220°: 0.53	225°: 0.49	230°: 0.44	235°: 0.35
240°: 0.26	245°: 0.21	250°: 0.17	255°: 0.12	260°: 0.08	265°: 0.03	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0.04
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.12	320°: 0.17	325°: 0.21	330°: 0.26	335°: 0.35	340°: 0.44	345°: 0.49	350°: 0.53	355°: 0.58

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.41 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

1004522590

Indicativo da Estação

ZYW319

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

24/05/2018

Data Último Licenciamento

Número da Licença

53500.019292/2018-17

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
		▼	▼	

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
53900034781201624	1413	Despacho ▼	MCTIC ▼	04/08/2016

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Raz
9999	85969	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	04/05/1981	06/05/1981	De
9999	721	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Mu
9999	662	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Mu
9999	843	Ato ▼	MC ▼	30/06/1997	08/07/1997	Mu
9999	432	Ato ▼	MC ▼	30/05/2001	07/06/2001	Mu
53500.001897/20	397	Ato ▼	ORLE ▼	25/01/2017	03/05/2017	Au

**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**EMPRESA RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA.
CNPJ/MF 48.076.533/0001-83 – NIRE 11.200.349.944**

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

1) MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, natural de Uberlândia/MG, em 14/11/1938, Viúva; Pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.225.440 SSP/SP; inscrito no CPF/MF sob nº 059.548.788-20 residente e domiciliada à Rua SKN, nº 310 Bloco L, apto. 402 – Bairro Asa Norte – Cidade de Brasília/DF, CEP: 70756-120.;

2) RUTH MEGUMI MORIMOTO, brasileira, Casada no regime parcial de bens, Advogada, nascida na cidade de Andradina/SP em 21/05/1957, portadora da cédula de identidade RG nº 7.499.597 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.587.408-61, residente e domiciliada à Rua Silas Shookmes nº 1455, Jardim das Mangueiras II, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76820-476 e;

2) ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO, brasileira, Solteira, Arquiteta, nascida na cidade de Andradina/SP em 08/07/1955; portadora da cédula de identidade RG nº 6.866.855 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.513.418-05; residente e domiciliada à Av. Capitão Castro nº 3027, Centro, na cidade de Vilhena/RO – CEP: 76980-000;.

Todos sócios da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**, estabelecida à Rua Miguel Chaquiam, nº 1300; sala 03; no bairro Embratel, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia - CEP 76820-124, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.076.533/0001-83; com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de RONDONIA – JUCER/RO, com NIRE sob nº 11200349944, em sessão de 26/04/2000, e algumas alterações, conforme segue:

1ª Alteração Contratual nº	1.118.640/80	em sessão de	30/07/1980	JUCESP
2ª Alteração Contratual nº	66.383/82	em sessão de	14/07/1982	JUCESP
3ª Alteração Contratual nº	137.975/99-5	em sessão de	16/08/1999	JUCESP
4ª Alteração Contratual nº	11.200.349.944	em sessão de	26/04/2000	JUCER
5ª Alteração Contratual nº	110.293.974	em sessão de	21/02/2005	JUCER
6ª Alteração Contratual nº	110.425.812	em sessão de	26/12/2013	JUCER

Registrada sob forma de **Sociedade Empresária Limitada** nos termos da Lei nº. 10.406/2002, e representando a totalidade de capital social, **resolvem de pleno e comum acordo entre si**, na melhor forma de Direito, conforme as disposições do presente instrumento Particular de Alteração, **Consolidar o Contrato Social**, mediante as deliberações, cláusulas e condições mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas neste instrumento,

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

I – DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

Artigo 1º - A sociedade girará sob a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA** com sede social e foro na Rua Miguel Chaquiam, nº 1300, sala 03, no bairro Embratel, Porto Velho/RO - CEP 76820-124.

II – FILIAIS

Artigo 2º – Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pela maioria representativa do capital social. .

III – PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

Artigo 3º – A Sociedade teve o início de suas atividades operacionais na data de 05/10/1976 e o prazo de duração será por tempo indeterminado. .

IV – OBJETO SOCIAL

Artigo 4º – A sociedade tem por objetivo explorar o ramo de : atividade de rádio, Atividade de televisão aberta, produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais. .





V – CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO.

Artigo 5º – O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente integralizada neste ato, assim distribuídas entre os sócios;

Sócio	quotas	Valor R\$	Em %
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00	40,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00	25,00
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	3.500	3.500,00	35,00
Total	10.000	10.000,00	100,00

Parágrafo 1º - O valor das quotas subscritas está totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente no País.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do Capital Social, em conformidade com o artigo 1.052 da lei 10.406/02.

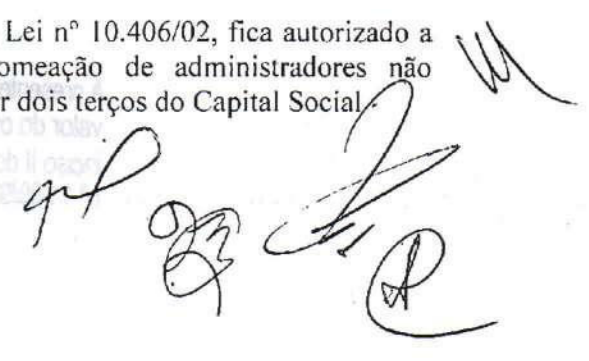
Parágrafo 3º - Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/02 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 4º - Em caso de aumento de Capital, os sócios quotistas terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, proporcionalmente ao número das que já possuam no Capital da Sociedade, tendo os sócios o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o seu direito de preferência na subscrição das quotas.

VI - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º – A sociedade será **administrada pela sócia: Motoko Kondo Morimoto**, acima qualificada, cabendo a ela a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos necessários para a gestão da sociedade compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade. **Inclusive, isoladamente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.** Sendo autorizado o uso do nome empresarial. Fica expressamente proibido o uso da firma em atividades estranhas ao objeto social, tais como: abono, aval e cessão de cartas de fiança que impliquem responsabilidade para a sociedade diversa do fim para o qual foi constituída, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. O administrador responderá pessoalmente pelos excessos eventualmente praticados.

Parágrafo Primeiro - Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406/02, fica autorizado a alteração deste Contrato social para permitir a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços do Capital Social.



Parágrafo Segundo - O administrador poderá constituir procuradores, com poderes específicos, especificando claramente os poderes, e, com a exceção das procurações "ad judícia", estabelecer os prazos conferidos aos procuradores.

VII - REMUNERAÇÃO

Artigo 7º - Os sócios, deliberarão sobre a retirada mensal a título de pró-labore, cujo o valor será fixado de comum acordo entre os sócios, sendo observadas as disposições regulamentares pertinentes.

VIII - DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 8º - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas na forma do artigo 1.072 do Código Civil.

IX - CONSELHO FISCAL E REUNIÕES

Artigo 09º - Fica estabelecido que a sociedade não tenha Conselho Fiscal.

parágrafo único: A sociedade está dispensada de formalidades tais como, publicação ou notificação de convocação aos sócios para as reuniões. As reuniões serão convocadas por escrito em uma lista simples, com coleta individual. As reuniões poderão ser objeto de Ata, sujeita a arquivo na JUCESP, dispensando a sociedade da manutenção e lavratura do livro de ata.

Artigo 10º - Os sócios poderão reunir-se sempre que for necessário, mediante a convocação, conforme descrito no parágrafo acima, do sócio Majoritário ou dos sócios minoritário, cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social. Para que as deliberações sejam válidas, será necessária a presença da maioria societária e o quorum para decisão será a maioria simples. No caso de empate, o sócio majoritário terá o direito do segundo voto de desempate.

Parágrafo único: Os sócios realizarão pelo menos uma reunião anual até o último dia do quarto mês seguinte ao encerramento do exercício social, para aprovação das contas dos administradores, deliberação sobre o Balanço Anual e demais assuntos de interesse da sociedade.

X - DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 11º - O exercício social terá início em 1ª de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de Dezembro de cada ano. Quando será levantado o balanço Patrimonial da Sociedade, bem como as demais demonstrações relativas ao exercício social findo. Sendo a ocasião em que os sócios deliberarão sobre a destinação do resultado apurado.

Parágrafo Primeiro - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo Segundo - A sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestrais, quadrimestrais, trimestrais, bimensais e até mensais, ou qualquer outra periodicidade

menor que a anual, para fins contábeis, ou para a verificação da situação financeira, observadas as disposições legais, com base nos quais os sócios, representando a maioria do capital, poderão deliberar sobre a distribuição de lucros.

Parágrafo Terceiro - O prejuízo do exercício será, obrigatoriamente, absorvido pelos Lucros Acumulados e Pelas Reservas de Lucros, nesta ordem e, eventuais prejuízos remanescentes, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas quotas de Capital.

Parágrafo quarto - As distribuições dos lucros não necessitam ser proporcionais à participação de cada sócio no Capital Social da Sociedade, entretanto, sempre que assim decidirem, deverá haver a aprovação de todos os sócios que participem do capital social. Os quais, formalizarão por escrito os valores e a parcela que caberá à cada sócio, bem como o período e a forma que será distribuído.

Parágrafo quinto : Por deliberação dos sócios representando a maioria do Capital Social, poderão ser pagos ou creditados aos sócios os juros, a título de remuneração sobre capital próprio, na forma e limite permitidos por lei.

XI - REGÊNCIA

Artigo 12º - Este Contrato Social será regido pela Lei nº 10.406/02, tendo como regência supletiva a Lei 6.404/76

XII - CESSÃO DE QUOTAS

Artigo 13º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, se colocadas à venda. E se realizada a cessão delas, deve-se formalizá-la, levando-se à registro na Jucesp a alteração Contratual pertinente.

Parágrafo Primeiro - O sócio que por qualquer motivo pretender retirar-se da sociedade deverá comunicar por escrito e com antecedência mínima de 90 (Noventa) dias.

Parágrafo Segundo:- Concretizando-se a saída do sócio sem alienação das suas quotas, aos demais sócios ou a terceiros, a sociedade reembolsará o valor da sua participação, o qual será apurado pelo valor do patrimônio Líquido, através de Balanço Especial a ser procedido. Sendo o respectivo pagamento efetuado nas condições a serem acordadas, na ocasião. Sempre em prazo não inferior a 12 (Doze) meses, e em caso de ser parcelado, corrigido por índice de inflação vigente à época.

M

XIII - DA EXCLUSÃO

Artigo 14º- Por decisão de quotistas que representem a maioria do Capital Social, poderá ser determinada a exclusão de sócios do quadro social, nos seguintes casos:

- Violação de cláusula contratual e/ou falta de cumprimento dos deveres sociais;

[Handwritten signatures]

- Comprometimento, por atos ou omissões da sobrevivência normal da sociedade, ou do desenvolvimento e expansão dos negócios sociais;
- Uso indevido da firma ou da denominação social;
- Desarmonia ou séria divergência com quotista que representem a maioria do Capital Social, com efeitos negativos para a sociedade;
- Superveniência de incapacidade física ou mental;
- Prática de atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais;
- Ocorrência de qualquer outro motivo justo para a exclusão.

XIV - O FALECIMENTO, RETIRADA OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Artigo 15º - Os casos de retiradas de sócios, dissolução e liquidação de sociedade serão resolvidos consoantes disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato.

Artigo 16º - O falecimento, retirada ou interdição de sócio, não operará a Extinção da sociedade, que continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro - O pagamento aos herdeiros pelos sócios remanescentes poderá ser efetuado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, devidamente corrigidas monetariamente, por índice de inflação vigente à época.

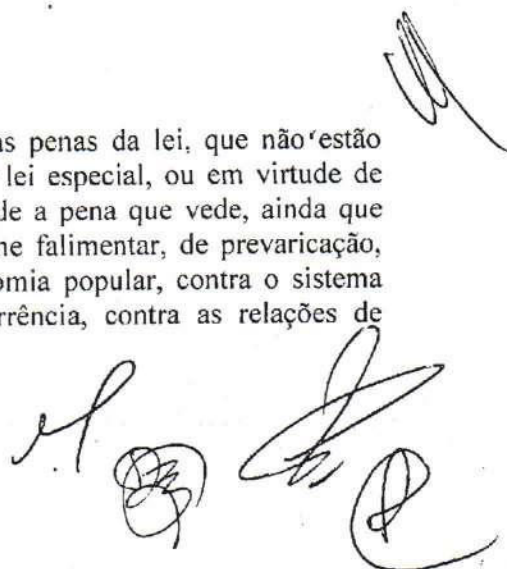
Parágrafo Segundo - Ficando a sociedade constituída apenas de um único sócio e se a pluralidade de sócios não for reconstituída, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, entrará a sociedade em liquidação.

XV - FORO JURÍDICO

Artigo 17º - Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, para qualquer ação pertinente a este contrato social, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVI - DECLARAÇÃO

Artigo 18º Os sócios e, administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade, na presença de duas testemunhas, abaixo, assinadas.

Porto Velho, 10 de Abril de 2014.



Motoko Kondo Morimoto
MOTOKO KONDO MORIMOTO
 Sócio Administrador

Ruth Megumi Morimoto
RUTH MEGUMI MORIMOTO
 Sócio Quotista

Zuleica Yoshiko Morimoto
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
 Sócio Quotista



TESTEMUNHAS

Mauro Francisco Ribeiro
Mauro Francisco Ribeiro
 Testemunha
 RG nº 13.854.124-3 SSP/ SP.

Nicolau Johannes Coelho Simons
Nicolau Johannes Coelho Simons
 Testemunha
 RG nº 11.104.088-7 SSP/SP.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/04/2014 SOB Nº: 110431379
 Protocolo: 14/019199-2, DE 24/04/2014

Empresa: 11 2 0034994 4
 EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
 MORIMOTO LTDA

Adriana Pires de Souza
ADRIANA PIRES DE SOUZA
 SECRETÁRIA-GERAL

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 11º Sub. - Santa Cecilia
 Fernando Navarro - Oficial
 Rua Conselheiro Brotero, 879 - Santa Cecilia - Capital - SP - (11) 3667-2642

Reconheço, por semelhança, a firma de: MOTOKO KONDO MORIMOTO, em documento de valor econômico, odo fé, São Paulo, 14 de Abril de 2014, Em Teste da Verdade.

RG nº 13.854.124-3 SSP/ SP.

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS



11º REGISTRO CIVIL SANTA CECILIA
FERNANDO NAVARRO PIRES
 Escrevente Autorizado



IO CANAL - 2º OFÍCIO DE NOTAS
 Pedro II, 637, Loja A - Catari
 1-4002/3224-3333 - PORTO VELHO - RO
 e dou fe, por SEMELHANÇA,
 (s) de:
 ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
 RUTH MEGUMI MORIMOTO
 a a validade em
 10 de Abril de 2014.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 110431379 em 30/04/14 JI-PARANÁ 19/04/2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack
Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
Decreto Federal nº 1800/96

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

Rua: Miguel Chaquiam, 1300 – Bairro Embratel

CNPJ 48.076.533/0001-83

0456

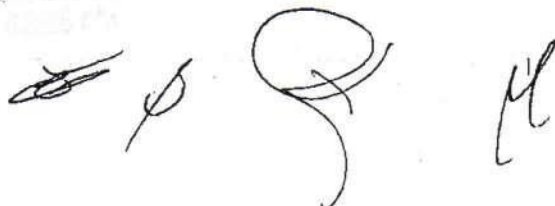
SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

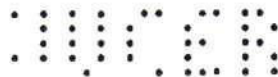
Por este Instrumento particular, os sócios abaixo assinados: O espólio de **ANTONIO MORIMOTO**, representado no ato por seu inventariante e sócia, **MOTOKO KONDO MORIMOTO**; brasileira, casado no regime parcial de bens; nascida na cidade de Uberlândia - MG em 14-11-1938, pedagoga, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.225.440 SSP/SP e CPF 059.548.788-20; residente e domiciliado à rua: SKN, 310 – Bloco L, Apt. 402 – CEP 70756-120, na Cidade de Brasília – DF, **RUTH MEGUMI MORIMOTO**; brasileira, casada no regime parcial de bens; nascida na cidade de Andradina – SP em 21-05-1957; advogada, portadora da Cédula de Identidade RG 7.499.597 SSP/SP e CPF 023.587.408-61; residente e domiciliada a rua: Silas Shookmess, 1455 – bairro Jardim das Mangueiras II – CEP 76820-476, na cidade de Porto Velho – RO e **ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO**; brasileira, solteira; nascida na cidade de Andradina – SP em 08-07-1955; arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG 6.866.855 SSP/SP e CPF 023.513.418-05; residente e domiciliada a av: Capitão Castro, 3027 – Centro - CEP 76980-000 na cidade de Vilhena - RO. Únicos sócios componentes da **SOCIEDADE LIMITADA**, que gira sob a Denominação Social de: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**; inscrita no CNPJ sob nº 48.076.533/0001-83; com sede e foro, à Rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 76801-254, na Cidade de Porto Velho – RO, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob nº 87529576, em sessão realizada em 07-10-1976, e suas alteração contratual sob o nº 111864080, em sessão realizada em 30-07-1980, sob nº 6638382, em sessão 14-07-1982, e sob nº 11200349944; em sessão 26-04-2000 e sob nº 110293974 em sessão 21-02-2005. Têm entre si justo e acordados efetuar pela sexta vés alteração contratual, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sede da sociedade que antes era a rua: Miguel Chaquiam, 1300 – Bairro Embratel – CEP 76820-124, no Município de Porto Velho, neste ato passa para a rua: Miguel Chaquiam, 1300 – sala 03 – Bairro Embratel – CEP 76820-124, no Município de Porto Velho no Estado de Rondônia.

CLAUSULA SEGUNDA: O espólio representado pelo inventariante comprovado por documento judicial em anexo, transfere as 2.000 quotas do capital social de **ANTONIO MORIMOTO**, para **ANTONIO MORIMOTO JUNIOR**; brasileiro, casado no regime parcial de bens; nascido na cidade de São Paulo – SP em 16-02-1976; advogado, portador da Cédula de Identidade RG 1.517.308 SSP/DF e CPF 801.122.691-68; residente e domiciliado a rua: SKN, 310 – bloco L, Apt. 402 – CEP 70756-120 na cidade de Brasília – DF.

CLAUSULA TERCEIRA: Neste ato retira-se da sociedade o sócio **ANTONIO MORIMOTO JUNIOR**, que cede e transfere suas 2.000 (duas mil) quotas no valor unitário de R\$ 1.00 (hum real) para a sócia **ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO**; dessa forma o capital passa a ter a seguinte distribuição:





U457

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	3.500	3.500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

CLAUSULA QUARTA: A administração da sociedade será exercida pela a sócia **MOTOKO KONDO MORIMOTO**, com o poder e atribuição de administrar autorizado o uso de nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades entranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outros sócios.

CLAUSULA QUINTA: A administradora declara sob as penas de Lei de não esta impedida de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, ou por encontra sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA: Toda as demais cláusulas do Contrato Social, não abrangidas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas em pleno vigor.

E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições supra, assinam este em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinando-se a primeira via para registro e arquivo na Junta Comercial do Estado de Rondônia-JUCER.


Porto Velho (RO), 20 de Dezembro de 2013.


MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócia



RUTH MEGUMI MORIMOTO
Sócia

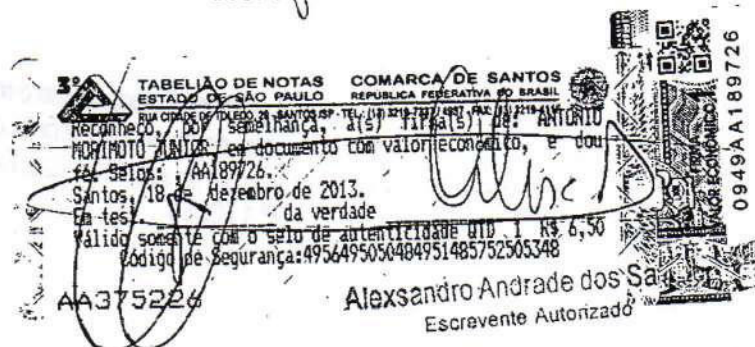

ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
Sócia


ANTONIO MORIMOTO JUNIOR
Sócio Retirante


Pedro Nunes Vieira
RG. 18.888/SSP/RO

TESTEMUNHAS:


Jaime de Castro Santos Filho
RG. 70.382 SSP/RO



1240

837011

0458

2o. OFÍCIO DE NOTAS

Rua São Pedro 731, 637, Loja A - Caiari
(69) 3211-4027/3224-3353 - PORTO VELHO-RO

Reconheço e dou fe, por SENELHANDA,

a(s) firma(s) de:

[LX6Haks1]-ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO.....

[LX6H2ir1]-MOTOKO KONDO MORIMOTO.....

[LX6H4u1]-RUTH MEDIANI MORIMOTO.....

Em testemunho da verdade.

PORTO VELHO, 23 de dezembro de 2013.

Ruizattorca
067-KHAISSA SOUSA BUZATTI LEAO
ESCRIVENTE AUTORIZADA

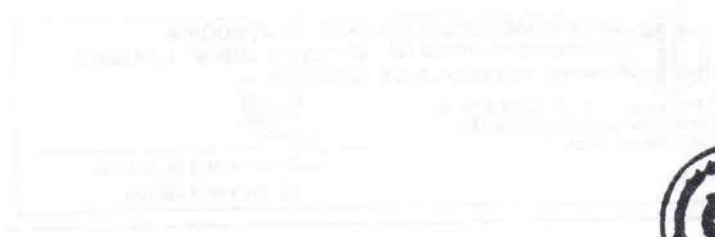
V. Unit: Emol. R\$-4,65 - Selo R\$-0,77
FUJU R\$-0,93. TOTAL: R\$ 6,35.
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
A1AA026909 a AA026911-FC1C1
Confira a validade em
www.tjro.jus.br/consultaselo/

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/12/2013 SOB Nº: 110425812
Protocolo: 13/055751-0, DE 12/12/2013

Empresa: 11 2 0034994 4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA

Adriana Pires de Souza
ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 110425812 em 26/12/13 em JI-PARANÁ 19.01.2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E Rodolme Rack
Chefe de Esc. Regional

A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do dec. Federal
nº 1 800/96

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento particular, os sócios abaixo assinados: **ANTONIO MORIMOTO**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, nascido na cidade de Promissão -SP, em 05-11-1934, advogado, portador da Cédula de Identidade RG 1.566.650 SSP/SP e CPF 026.158.198-87, residente e domiciliado à rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 78906-300, na cidade de Porto Velho – RO, e **MOTOKO KONDO MORIMOTO**, brasileira, casado no regime parcial de bens, nascida na cidade Uberlândia - MG, em 14-11-1938, pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG 7.225.440 SSP/SP e CPF 059.548.788-20, residente e domiciliada à rua: SKN, 310 – bloco L, Apt. 402 – CEP 70756-120, na cidade de Brasília – DF, e **RUTH MEGUMI MORIMOTO**, brasileira, casada no regime parcial de bens, nascida na cidade de Andradina – SP, em 21-05-1957, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG 7.499.597 SSP/SP e CPF 023.587.408-61, residente e domiciliada à rua: Silas Shokmer, 1455 – bairro Jardim das Mangueiras II – CEP 78909-640, na cidade de Porto Velho – RO. Únicos sócios componentes da **SOCIEDADE LIMITADA**, que gira, sob a Denominação Social de **EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.076.533/0001-83, com sede e foro à rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 78906-300, na cidade de Porto Velho – RO, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob nº 87529576, em sessão realizada em 07-10-1976, e suas alteração contratual sob o nº 111864080, em sessão realizada em 30-07-1980, sob nº 6638382, em sessão 14-07-1982 e sob nº 11200349944, em sessão 26-04-2000. Tem entre si justo e acordados efetuar pela quinta vez alteração contratual, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade sob a Denominação Social de: **EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA**, com sede à rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 78906-300, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, passa a girar sob a Denominação Social de: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objetivo explorar o ramo de: Atividade de rádio. Atividade de televisão aberta, produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Neste ato entra para a sociedade **ZULEICA YOSHICO MORIMOTO**, brasileira, solteira, nascida na cidade de Andradina – SP, em 08-07-1955, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG 6.866.855 SSP/SP e CPF 023.513.418-05, residente e domiciliada à av: Capitão Castro, 3027 – Centro – CEP 78995-000 - Vilhena – RO.



EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

0040

Rua: Miguel Chaquiam, 1300 – Bairro Embratel

CNPJ 48.076.533/0001-83

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios de comum acordo resolvem aumentar o Capital Social para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios, ficando distribuído da seguinte forma:

SOCIOS	QUOTAS	VALOR
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00
ANTONIO MORIMOTO	2.000	2.000,00
ZULEICA YOSHICO MORIMOTO	1.500	1.500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e o balanço geral encerra anualmente em 31 de dezembro de cada ano, devendo ser assinado pelo o sócio administrador.

CLÁUSULA SETIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio. A quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se, postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ANTONIO MORIMOTO**, com o poder e atribuição de gerencia autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir filiais e ou outro estabelecimento no País ou fora dele, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios em comum acordo poderão, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de falecimento ou interdição de algum dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescente o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o Foro desta Comarca de Porto Velho – RO, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições supra, assinam este em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinando-se a primeira via para registro e arquivo na Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER.

Porto Velho – RO, 27 de agosto de 2004.

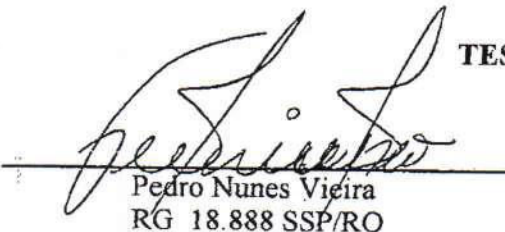

ANTONIO MORIMOTO
Sócio


MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócio


RUTH MEGUMI MORIMOTO
Sócio


ZULEICA YOSHICO MORIMOTO
Socio

TESTEMUNHAS:


Pedro Nunes Vieira
RG 18.888 SSP/RO


Pablo Souza Vieira
RG 553.415 SSP/RO




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/02/2005

SOB Nº: 110293974

Protocolo: 05/000155-8

Empresa: 11 2 0034994 4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO
LTDA


ROSÂNGELA G. FEITOSA GUEDES
SECRETARIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 110293974 em 21/05/05 JI-PARANÁ

Certifico que até a data presente:

- ☐ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
☒ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack
Chefe de Esc. Regional

17 OUT 2012



08 OUT 2012

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JI-PARANÁ



12/041687-5

ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER

fotocópia

NOME EMPRESARIAL

Marmato Ltda

Empresa de Rodiofusor

A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do dec. Federal
nº 1800/96

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO

391459/99-5



0486

QUARTA ALTERAÇÃO CONSTITUTIVA
EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA

MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, casada, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG. nº 7.225.440 - SSP/SP e do CPF/MF. 099.548.788-20, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Sanharó nº 364.

JANUÁRIO GORGA, brasileiro, desquitado, economista, portador da cédula de identidade RG. nº 774.340 - SSP/SP e do CPF. 005.768.836-90, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Oliveira Melo, 90 - Ipiranga.

ANTONIO MORIMOTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº 566.650 - SSP/SP e do CPF/MF. 026.158.198-87, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Sanharó nº 364.

RUTH MEGUME MORIMOTO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 7.499.597 - SSP/SP e do CPF/MF. 023.587.408-61, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia à rua 22 nº 160 - jardim Mangueiras I,

Únicos sócios quotistas da firma **A EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA.**, inscrita no CGC sob nº 48.076.533/0001-83, com sede à Praça João Mendes nº 42 12º andar, Cj. 128/29, Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob nº 875.295/76 em 07.10.76 e Alteração de nº 1.118.640-80 em 30.07.80 e 66.383-82 em 14.07.82, resolvem em comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a quarta alteração contratual para efeito de:

- conversão da moeda;
- mudança de endereço;
- aumento de capital social;
- saída de sócio;
- mudança no objetivo social;
- gerência administrativa

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com as Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, os valores monetários do Capital Social fica convertido e denominar REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA

Neste ato, os sócios decidem mudar o endereço da Sociedade para rua Miguel Chakian nº 1.300, sala 03 na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente nacional totalmente subscrita e integralizada nas proporções social de cada sócio.

16 04 99

O Capital Social de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dividido em 1.200 (um mil e duzentas) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	581	quotas	R\$ 2.905,00
JANUARIO GORGA	27	quotas	R\$ 135,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, nos termos do artigo 2 In Fine, do decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade o sócio **JANUARIO GORGA**, acima qualificado, que cede e transfere 14 (quatorze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 70,00 (setenta reais) totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer onus para a sócia **MOTOKO KONDO MORIMOTO** acima qualificada; e 13 (treze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), totalmente livres e desembaraçada de quaisquer onus para a sócia **RUTH MEGUME MORIMOTO**, acima qualificada.

Com as transferencia acima o Capital Social da empresa ficam assim distribuídos entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	595	quotas	R\$ 2.975,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	309	quotas	R\$ 1.545,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, conforme determina o Artigo II "In Fine" do Decreto Lei Federal nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá, por, objetivo social a instalação e exploração de serviços de radiofusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de transmissão de televisão, serviço especial de repetição de televisão e de geração, e serviço especial de música funcional, com finalidades educativas, culturais e informáticas, bem como a exploração comercial do empreendimentos no estado de Rondônia ou em quaisquer outras localidades do território nacional. Mediante a obtenção do governo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A gerência e administração da sociedade será exercida exclusivamente e isoladamente pelo sócio ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado, com poderes para:

- A) Usar a denominação social e representar a sociedade em juízo ou fora dele, passiva e ativamente perante as repartições financeiras bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes ao funcionamento regular da Empresa;
- B) Nomear procuradores, para representar a sociedade, quer judiciais, quer extrajudiciais, desde que especificado nos instrumentos de mandato os atos que os mesmos poderão praticar em nome da sociedade;
- C) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

De acordo com o consignado no Artigo 12 do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, o sócio, bem como os procuradores eventualmente nomeados ficam dispensados de prestação de caução para o exercício da administração e gerência da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por gerência e administração, entende-se a prática de todos os atos que fizerem necessários para a realização da finalidade social.

CLÁUSULA OITAVA

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social não modificadas pela presente Alteração Contratual.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

1

Certidão

0491

PETIÇÃO PROTOCOLADA SOB NUMERO: 0682895/99-4

CERTIFICO QUE AS INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ABAIXO TRANSCRITAS CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL.

Dados da Empresa							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35200816577	875295	07/10/1976	05/10/1976	INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL							
EMPRESA DE RADIOFUSAO MORIMOTO LTDA.							
CGC	ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
- / -	PRACA JOAO MENDES			42	12ºAND.CJ.128		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
	SAO PAULO		SP	-	Cr\$	12000000,00	
Objeto Social							

INSTALACAO E EXPLORACAO DE SERVICOS DE RADIOFUSAO SONORA OU DE SONS E IMAGENS E SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES, COM FINALIDADE EDUCATIVA, CULTURAL E INFORMATIVA, NESTE ESTADO DE SP OU EM QUALQUER OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, C/ OBTENCAO DO NOVO GOVERNO FEDERAL DE CONCESSOES E PERMISSOES TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA REGEDORA DA MATERIA.

Quadro Social							
NOME							
ANTONIO MORIMOTO							
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO			
RUA SANHARO			364				
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG		
	SAO PAULO		SP	-	1566650		
CPF	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
026.158.198-87	SOCIO						

NOME							
JANUARIO GORGA							
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO			
RUA OLIVEIRA MELO			90				
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG		
	SAO PAULO		SP	-	774340		
CPF	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
	SOCIO GERENTE						



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 11200349944-26,04,00 em JI-PARANÁ 19, 01, 2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodighine Rack
Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 73 da Lei Federal
nº 1.074/50



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

nº 20.382/82

NRC.

0480

CERTIDÃO

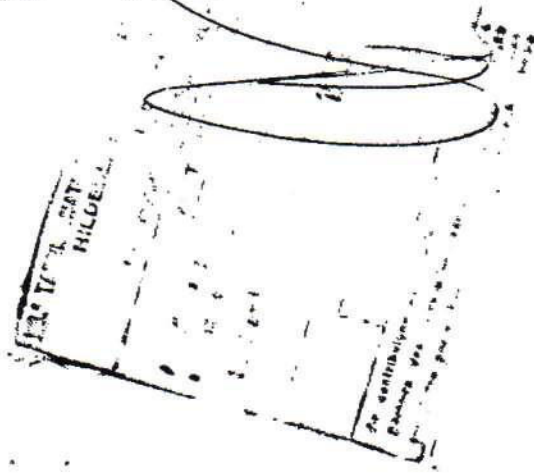
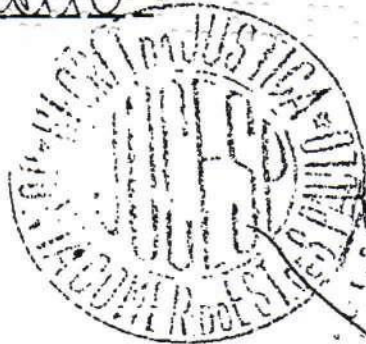


C E R T I F I C O, em cumprimento

ao despacho do Sr. Secretário Geral desta Junta Comercial, exarado em petição taxada com Cr\$119,00 e protocolada sob nº 20.382/82, de conformidade com o Decreto nº 65.400 de 13.10.69, artigo 63º, que a sociedade "EMPRESA DE RIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA", com sede em São Paulo, na Praça João Mendes, nº 42, conjunto 127/28, tem seu Contrato Social devidamente arquivado nesta Repartição sob nº 875.295, por despacho da Junta Comercial em sessão de 07 de outubro de 1976, assinado aos 05 de outubro de 1976; Prazo de Duração: Indeterminado; posteriormente a referida sociedade arquivou: sob nº 1.118.640, em sessão de 30.07.80, alteração contratual que elevou o capital para Cr\$ 3.000.000,00, bem como aprovou a mudança da sede social, para a Praça João Mendes, nº 42, 12º andar, conjunto 128/9, da abertura de uma filial na Avenida Capitão Castro, nº 3027, Território Federal de Rondonia, com o capital destacado de Cr\$ 2.900.000,00, como também alterou Objetivo Social para: instalação e exploração de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, e serviços especiais de telecomunicações, com finalidade educativa, cultural e informativa, neste Estado de São Paulo, ou em qualquer outra localidades do território nacional, com obtenção do governo federal de concessões e permissões tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria; sob nº 66.383, em sessão de 14 de julho de 1982, alteração contratual que elevou o capital para Cr\$ 12.000.000,00, assim distribuído entre os sócios: Motoko Kondo Morimoto, com 5.810.000,00, Januário Gorga, com Cr\$ 270.000,00, Antonio Morimoto, com 2.960.000,00, e Ruth Megume Morimoto, com 2.960.000,00, sendo destacado a importância de Cr\$ 5.550.000,00 para a filial de Vilhena-RO, e 6.500.000,00, para a filial da cidade de Ji-Paraná-RO; sendo este o último documento anotado em nossas fichas, do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 26 de outubro de 1982. Eu, Nadia Regi

na Costa, escriturária, a escrevi, conferi e assino: Nadia Regina
Eu, Ana Maria de Moraes Castro, Chefe substituta da Seção de Certi-
dões, a subscrevo: Castro. VISTO: Rubens Abutara, Secre-
tário Geral: Castro

0481



Junta Comercial de Rondonia

Claudio Cavalcante Feltoda
Diretor da Divisão de Registro do Comércio

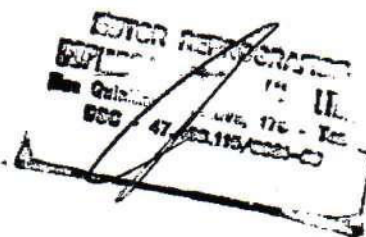
11-9 - 0001561 - 5

N.º _____
Por despacho do Presidente da Junta
Comercial do Estado de Rondonia, nesta data,
foi arquivado sob o número _____ e regis-
trado no livro competente, um exemplar de
igual teor.

Secretaria da JUDOR.

09 DEZ 1982

[Signature]
Secretário Geral



Apresentada a 3ª Via do C.G.C.

EM 14 / 12 / 82

[Signature]
Cargo ou Função



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO

0101 PARA USO DA REPARTIÇÃO

2

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUÍNTES - CGC, AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 4 (QUATRO) VIAS, PERFEITAMENTE LEGÍVELS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - A PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PELO CADASTRAMENTO DO ESTABELECIMENTO SERÁ SEMPRE A MESMA RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO - SEDE.
- 6 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO - SEDE.
- 7 - APRESENTE AS 3ª E 4ª VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS - NO CASO DE NÃO COINCIDIR COM O DO ESTABELECIMENTO - SEDE.

0202 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO - SEDE

48076533/0001-83

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA.

Pça. João Mendes 42 - Conj. 127/28
Centro - CEP 01501

SÃO PAULO - SP

0482

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

04 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE ESTE ESTABELECIMENTO RECOLHE HABITUALMENTE

EXPORTAÇÃO	81 4	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	88 1
PROP. TERRITORIAL RURAL	82 2	ENERGIA ELÉTRICA	89 0
IMPORTAÇÃO	83 0	MINERAIS	90 3
IMP. DE RENDA (NA FONTE)	84 9	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	91 1
IPI	85 7	ICM	92 0
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	86 5	PROP. TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	93 8
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	87 3	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	94 6

03 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

03 CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NÚMERO BÁSICO

NÚMERO DE ORDEM

8 4 7 6 5 3 3 - 45 3

05 LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ

05 MUNICÍPIO

São Paulo.

06 CÓDIGO

7 1 7 1 8 0

06 DESCRIÇÃO

Rádiodifusão

08 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO

09 CÓDIGO

5 1 2 0

07 DENOMINAÇÃO

10 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO M
ORIMOTO LTDA

11 NOME DE FANTASIA

08 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

12 TIPO (RUA, AV., ETC.)

AV

13 NOME DO LOGRADOURO

BRASIL

14 NÚMERO

7 2 1

15 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)

3

16 BAIRRO OU DISTRITO

VILA NOVA BRASÍLIA

17 CEP

7 8 9 3 0

18 SIGLA DA UF.

SP

19 MUNICÍPIO

JI - PARANÁ

20 CÓDIGO DO MUNICÍPIO

0 0 0 5

21 CÓDIGO DE INSPEÇÃO

0 0 0 5

09 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

22 INSCRIÇÃO NO CPF (OBS. 5)

NÚMERO BÁSICO

0 0 5 7 6 8 8 3 8

23 NOME

9 1

JANUARIO GORGA

10 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

24 DATA

10.09.1982

25 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

Januario Gorga

11 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

26 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

13 CONTROLE DA REMESSA DE DOCUMENTOS

27 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR

CÓDIGO DO ÓRGÃO

ANO

GRUPO

NÚMERO

8 0 4 6 0

3 8 2 0 2

1 1 1

14 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

30 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

DRE-SP
A. R. F. - 11/09/82
Geny Sayfem Paschoal
GENY SAYFEM PASCHOAL
Chefe da Seção de Informações Econômico-Fiscais

12 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

27 DATA DE APRESENTAÇÃO

DIA

MES

ANO

28 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

15 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

31 DATA DE RECEPÇÃO

DIA

MES

ANO

32 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

8

1.639.690

ESTA FICHA AUTENTICADA POR AMBAS AS REPARTIÇÕES, SUBSTITUI O CARTÃO CGC PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 15) OU DA ÚLTIMA REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 11900015615 em 09.12.82 JI-PARANA 19.01.2018

Certifico que até a data presente:

☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial

☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial

☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack

Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do dec. Federal
nº 1.800/96



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO



0473

PORTARIA Nº 0921 (10) de 30 JUN 1980

O DIRETOR REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 178.306/80,

R E S O L V E :

Autorizar, nos termos do artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SÃO MORIMOTO LTDA, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a alterar as cláusulas primeira, terceira e quarta do seu contrato social, com o objetivo de criar uma filial na cidade de Vilhena, Território Federal de Rondônia e elevar o capital social por força da Portaria MC nº 441/76, conforme minuta apresentada no Processo nº 178.306/80.

II- Em consequência, o capital social da entidade ficará assim distribuído :

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR CR\$</u>
- LUIZ MORIMOTO	125	1.250.000,00
- MOTOKO KONDO MORIMOTO	125	1.250.000,00
- JANUARIO GORGA	50	500.000,00
T O T A L	300	3.000.000,00

57



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO

0474

III- Determinar, nos termos do artigo 102 do citado Regulamento que, após a efetivação do ato ora autorizado, este deva ser comprovado pela entidade junto ao Departamento Nacional de Telecomunicações, dependendo dessa medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.

RUBENS BUSSACOS

DR/SPO
MHSM/ecsm
Proc.nº 178.306/80

RECEBIDO
DIRETORIA REGIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES
SÃO PAULO
17/05/80



Para os efeitos do disposto no Inciso III, do Artigo 38, da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, e no Inciso III, do Artigo 71, do Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966 e na conformidade com o Decreto nº 65.400, de 12 de Outubro de 1969 Eu,

0475

Motoko Kondo Morimoto
(nome completo)

abaixo-assinado, brasileira natural de Uberlândia
(nacionalidade) (localidade)

—, Minas Gerais nascido em 14
(estado) (dia)

de novembro de 19 38, casado, função
(mês) (ano) (estado civil)

nária pública filho de Tadashi Kondo
(profissão) (nome do pai)

Sadako Kondo
(nome da mãe)

portador da carteira de identidade registro nº 7.225.440

expedida pela Secretaria da Segurança Pública - DICC.
(órgão expedidor)

São Paulo residente e domiciliado
(estado/território)

a Rua Sanharó nº 364
(rua avenida etc)

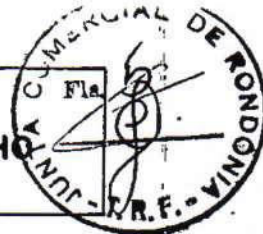
, na cidade de São Paulo

declaro, sob as penas da Lei, que não estou sendo processado, nem fui definitivamente condenado, em qualquer parte do Território Nacional, pela prática de crime cuja vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, por crime de prevariação, falência culposa, ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, e ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou fé pública. Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se entrega esta declaração, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito.

São Paulo 13, de agosto de 19 80
Localidade

x Motoko Kondo Morimoto
ASSINATURA DO DECLARANTE

(RECONHECER FIRMA)



Para os efeitos do disposto no Inciso III, do Artigo 38, da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, e no Inciso III, do Artigo 71, do Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966 e na conformidade com o Decreto nº 65.400, de 12 de Outubro de 1969 Eu,

Luiz Morimoto 0476
(nome completo)

abaixo-assinado, BRASILEIRA natural de PROMISSÃO
(nacionalidade) (localidade)

SÃO PAULO nascido em 01
(estado) (dia)

de OUTUBRO de 19 40, CASADO, ENGENHEIRO
(mês) (ano) (estado civil)

AGRONOMO filho de TARO MORIMOTO
(profissão) (nome do pai)

e MITUME MORIMOTO
(nome da mãe)

portador da carteira de identidade registro nº 3.374.193

expedida pelo SEC. SEGURANCA PUBLICA - S.P.
(órgão expedidor)

residente e domiciliado
(estado/território)

a CHARLES SPENCER CHAPLIN nº 85
(rua avenida etc)

APTO Nº 34, na cidade de SÃO PAULO - S.P.

declaro, sob as penas da Lei, que não estou sendo processado, nem fui definitivamente condenado, em qualquer parte do Território Nacional, pela prática de crime cuja vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, por crime de prevariação, falência culposa, ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, e ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou fé pública. Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se entrega esta declaração, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito.

SÃO PAULO, 13 de AGOSTO de 19 80
Localidade

[Assinatura]
ASSINATURA DO DECLARANTE

(RECONHECER FIRMA)



Para os efeitos do disposto no Inciso III, do Artigo 30, da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, e no Inciso III, do Artigo 71, do Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966 e na conformidade com o Decreto nº 65.400, de 12 de Outubro de 1969 Eu,

0477

Januario Gorga
(nome completo)
abaixo-assinado, brasileiro natural de Teracicaoba
(nacionalidade) (localidade)
Saule nascido em 23-01-1914
(estado) (dia)
de Januario de 19 14, casado
(mês) (ano) (estado civil)
Economista filho de Francisco Gorga
(profissão) (nome do pai)
Rosa Fagundes
(nome da mãe)
portador da carteira de identidade registro nº 774 340
expedida pelo Serviço de Identificação
(órgão expedidor)
do Estado de São Paulo residente e domiciliado
(estado/território)
a Rua Oliveira Melo nº 90
(rua avenida etc)

, na cidade de Capital - Paulo
declaro, sob as penas da Lei, que não estou sendo processado, nem fui definitivamente condenado, em qualquer parte do Território Nacional, pela prática de crime cuja vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, por crime de prevariação, falência culposa, ou fraudulenta, peito ou suborno, peculato, e ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou fé pública. Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se entrega esta declaração, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito.

São Paulo 12, de agosto de 19 80
Localidade

ASSINATURA DO DECLARANTE

(RECONHECER FIRMA)

GOV. DO T. FEDERAL DE RONDÔNIA

JUNTA COMERCIAL DE RONDÔNIA

ATA DE JULGAMENTO



PROCESSO N.º

361683

TURMA DE VOGAIS

PRIMEIRA TURMA

DISTRIBUIDO PELO SR. PRESIDENTE DA TURMA AO SR. VOGAL

ISRAEL C. DO VALE

I

RELATÓRIO

Em condições de deferimento

0478

[Signature]
Vogal Relator

II

DECISÃO

VOTOS

VOGAL (relator) *[Signature]*

VOGAL *[Signature]*

PRESIDENTE DA TURMA *[Signature]*

AO SR. SECRETÁRIO GERAL, PARA JUNTADA AO PROCESSO

SALA DAS SESSÕES, EM _____ DE **10 SET 1980** DE 19 _____

[Signature]
Presidente da Turma



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 1190007060 em 10.09.80 JI-PARANÁ 19.01.2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack
Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do Dec. Federal
nº 1800/96

122041

SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.

0469



Os abaixo assinados LUIZ MORIMOTO, brasileiro, RG.3.374.193, CIC.187.406.698/15, solteiro, Engenheiro Agrônomo, residente à Rua dos Jacintos nº 372, aptº 96, MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, RG.7.225.440, CIC.059.548.788/20, casada, residente à Rua Sanharol nº 364 e JANUÁRIO GORGA, brasileiro, RG.774.340, CIC.005.768.838/91, casado, Economista, residente à Rua Oliveira Melo nº 90, todos nesta Capital, tem justo e contratado a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade, com sede nesta Capital, para a exploração dos serviços de radiodifusão em ondas médias, regulando-se a mesma pelas cláusulas que se seguem, com sede à Praça João Mendes, 42 - cj.127/28:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade que, pelo presente contrato organizam os abaixo assinados é de responsabilidade limitada ou por quotas para a exploração de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias e da qual, como sócios quotistas, fazem parte os SRS. LUIZ MORIMOTO, MOTOKO KONDO MORIMOTO e JANUÁRIO GORGA, poderá inclusive abrir uma filial na cidade de Rondonia, Território Federal de Rondonia.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade girará sob a razão social de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., da qual os sócios quotistas usarão somente em negócios da firma, que por este motivo ficam expressamente proibidos de subscrevê-lo em endosso, saques de favor, fianças e abonos.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) divididos em 12 (doze) quotas par



tes do valor unitário de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) to
talmente integralizado neste ato, em moeda corrente do país,
assim distribuídos:

0470

LUIZ MORIMOTO - 5 (cinco) quotas partes no total de
Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros);

MOTOKO KONDO MORIMOTO - 5 (cinco) quotas partes no
total de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) e,

JANUÁRIO GORGA - 2 (duas) quotas partes no total de
Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

PARÁGRAFO UNICO:- Os sócios respondem pela totalidade do capi
tal social.

PARÁGRAFO SEGUNDO:- Do capital social fica destacado o valor
de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para abertura de filial
na cidade de Rondonia, Território Federal de Rondonia.

CLÁUSULA QUARTA

As quotas partes da firma são indivisíveis
e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consen
timento da firma, cabendo, em igualdade de condições, o direi
to de preferência aos sócios que queiram adquiri-los.

PARÁGRAFO UNICO:- Fica ainda terminantemente proibida a alie
nação ou caução de qualquer quota parte do capital, direta ou
indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependen
do, qualquer alteração contratual de prévia autorização do po
der cedente.

CLÁUSULA QUINTA

A duração da firma será por tempo indeter
minado.

CLÁUSULA SEXTA

Fica investido das funções de Garante da



3 -

firma, o sócio quotista JANUÁRIO GORGA, que poderá receber um pró-labore mensal, para suas despesas particulares, na importância, condizente com o que permitirá a legislação pertinente.

0471

CLÁUSULA SÉTIMA


No fim de cada ano civil, em 31 de dezembro, será levantado um balanço geral da sociedade e dos resultados far-se-á a distribuição proporcional.

CLÁUSULA OITAVA

O falecimento de qualquer dos sócios quotistas não dissolverá a sociedade. Os herdeiros do sócio falecido exercerão, em comum, os direitos à quota, designando por escrito, um dos co-proprietários que os represente na sociedade. A sociedade poderá, porém, adquirir as quotas do sócio falecido, em obediência do que está previsto na cláusula 4ª deste contrato de constituição.

E como assim contrataram, obrigam-se fielmente a cumprir em seus termos, as cláusulas acima e fazem o presente instrumento, em 3(três) vias de igual teor e valor.

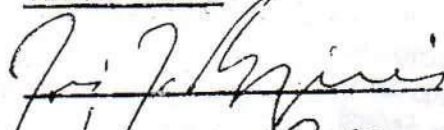
São Paulo, 05 de outubro de 1976


LUIZ MORIMOTO


MOTOKO KONDO MORIMOTO


JANUÁRIO GORGA

TESTEMUNHAS:-

 - JOSÉ JERONYMO PAZZINI

 - SATIKO TSUBONE

0472

REGISTRADO SOB Nº 875.295-76

7 OUT 1976



Nº 11.9 0000706 0

Por despacho do Presidente da Junta
Comercial do Território Federal de Rondônia,
nesta data, fica arquivado sob o número
do livro e registrado no livro competente,
uma exemplar de qual teor.

Secretaria da JUCOR 10 SET 1980

Secretário Geral

26º CARTÓRIO DE NOTAS

Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42 - 1º And. - Fone. 37-6023
SÃO PAULO

Reconheço a firma: *[assinatura]*
São Paulo, *[data]*
Em teste: *[assinatura]*
da verdade

DENIZART L. PENNERO - ENCH. AUTOR.
São Estadual e de Arquivo para por Verbo

26º CARTÓRIO DE NOTAS 26º
Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42 - 1º And. - S.P.

AUTENTICAÇÃO
Autenticado a presente cópia reprografia conferida ao
original e assim apresentado, de que deu fé
VERSO E ANVERSO

SÃO PAULO, 21 AGO 1980

São Estadual e de Arquivo paga por verbos
Escrivão 7,70
Oficial 1,00
Técnicos do Estado Bel. Alvaro Reis Carb. 10,00
São Paulo 1980

[Handwritten notes and signatures in the right margin, including names like 'Rozzini' and 'Sant'ho']

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4145/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. as alterações contratuais posteriores à 7ª, se for o caso, registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

3.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/04/2021, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6979599** e o código CRC **0A262F0B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 7627/2021/MCOM

Brasília, 06 de abril de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4145/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/04/2021, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6979613** e o código CRC **37420607**.

Data de Envio:

08/04/2021 11:20:23

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mtic.gov.br>

Para:

ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6979613.html
Nota_Tecnica_6979599.html



AutORIZADA pela Portaria
018/98



JUCESP PROTOCOLO

391459/99-5



QUARTA ALTERAÇÃO COI

EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA

MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, casada, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG. nº 7.225.440 - SSP/SP e do CPF/MF. 099.548.788-20, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Sanharó nº 364.

JANUÁRIO GORGA, brasileiro, desquitado, economista, portador da cédula de identidade RG. nº 774.340 - SSP/SP e do CPF. 005.768.836-90, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Oliveira Melo, 90 - Ipiranga.

ANTONIO MORIMOTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº 566.650 - SSP/SP e do CPF/MF. 026.158.198-87, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Sanharó nº 364.

RUTH MEGUME MORIMOTO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 7.499.597 - SSP/SP e do CPF/MF. 023.587.408-61, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia à rua 22 nº 160 - jardim Mangueiras I,

Únicos sócios quotistas da firma **A EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA.**, inscrita no CGC sob nº 48.076.533/0001-83, com sede à Praça João Mendes nº 42 12º andar, Cj. 128/29. Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob nº 875.295/76 em 07.10.76 e Alteração de nº 1.118.640-80 em 30.07.80 e 66.383-82 em 14.07.82, resolvem em comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a quarta alteração contratual para efeito de :

- conversão da moeda;
- mudança de endereço;
- aumento de capital social;
- saída de sócio;
- mudança no objetivo social;
- gerência administrativa

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com as Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, os valores monetários do Capital Social fica convertido e denominar REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA

Neste ato, os sócios decidem mudar o endereço da Sociedade para **rua Miguel Chakian nº 1.300, sala 03** na cidade de **Porto Velho - Estado de Rondônia**.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente nacional totalmente subscrita e integralizada nas proporções social de cada sócio.

O Capital Social de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dividido em 1.200 (hum mil e duzentas) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	581	quotas	R\$ 2.903,00
JANUARIO GORGA	27	quotas	R\$ 135,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
	523		
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, nos termos do artigo 2 In Fine, do decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade o sócio JANUARIO GORGA, acima qualificado, que cede e transfere 14 (quartoze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 70,00 (setenta reais) totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer onus para a sócia MOTOKO KONDO MORIMOTO acima qualificada; e 13 (treze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), totalmente livres e desembaraçada de quaisquer onus para a sócia RUTH MEGUME MORIMOTO, acima qualificada.

Com as transferencia acima o Capital Social da empresa ficam assim distribuídos entre os sócios;

MOTOKO KONDO MORIMOTO	595	quotas	R\$ 2.975,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	309	quotas	R\$ 1.545,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, conforme determina o Artigo II "In Fine" do Decreto Lei Federal nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá por objetivo social a instalação e exploração de serviços de radiofusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de transmissão de televisão, serviço especial de repetição de televisão e de geração, e serviço especial de música funcional com finalidades educativas, culturais e informáticas, bem como a exploração comercial do empreendimento no estado de Rondônia ou em quaisquer outras localidades do território nacional. Mediante a obtenção do governo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A **gerência e administração** da sociedade será exercida exclusivamente e isoladamente pelo sócio ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado, com poderes para:

- A) Usar a denominação social e representar a sociedade em juízo ou fora dele, passiva e ativamente perante as repartições financeiras bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes ao funcionamento regular da Empresa;
- B) Nomear procuradores, para representar a sociedade, quer judiciais, quer extrajudiciais, desde que especificado nos instrumentos de mandato os atos que os mesmos poderão praticar em nome da sociedade;
- C) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

De acordo com o consignado no Artigo 12 do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, o sócio, bem como os procuradores eventualmente nomeados ficam dispensados de prestação de caução para o exercício da administração e gerência da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por gerência e administração, entende-se a prática de todos os atos que fizerem necessários para a realização da finalidade social.

CLÁUSULA OITAVA

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social não modificadas pela presente Alteração Contratual.

CLÁUSULA NONA

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que a tudo presenciaram.

São Paulo, 10 de Setembro 1998

Motoko Kondo Morimoto
MOTOKO KONDO MORIMOTO

Sócia quotista

Antonio Morimoto
ANTONIO MORIMOTO

Sócio gerente

Ruth Megume Morimoto
RUTH MEGUME MORIMOTO

Sócia quotista

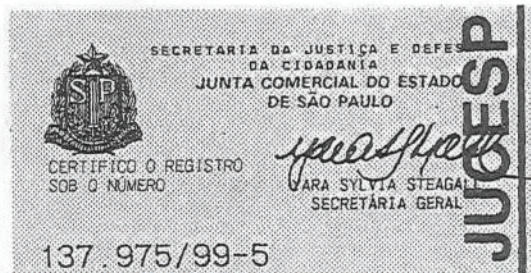
Januario Gorga
JANUARIO GORGA

sócio retirante

TESTEMUNHAS:

José Ferreira dos Santos
JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
RG. 6.961.916 - SSP-SP

José de Almeida
JOSÉ DE ALMEIDA
RG. 5.900.528 / 0



SELOS PAGOS POR VERBA 260 TABELIAO DE NOTAS 260
SERGIO DOS SANTOS
Tabelião Designado
Pq. João Mendes, 42 - 1.º And. - BEX 3107-8491 - S. Paulo
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de *S. Paulo*
e dou fé. S. Paulo 07 MAIO 1999
Valor Recebido por Firma R\$ 0,91
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
OUI LUIZ CARLOS BERNARDI, Tabelião do Tabelião
REYNALDO GORGAS, Tabelião de S. Paulo
DANIEL ALBERTO MACHADO, Tabelião de S. Paulo
SILVIA FLORENTINA FERRAZ, Tabelião de S. Paulo
SILVIA FLORENTINA FERRAZ, Tabelião de S. Paulo

26 ABR 2000

12.0034994

CERTIFICADO de autenticidade de documento
sob número e data estampados mecanicamente.



Francisca

FRANCISCA LUIZA F. ARRUDA
Secretaria Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto nº 1800/96,
certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta

Junta Comercial sob o

Nº 12.0034994 em 26/04/2000

PVH

25 OUT 2004

Certifico e até a data presente:

- ☐ () existiu ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
☒ (x) este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
☒ (x) este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Gilene Sobrinho Moraes
Gerente da J.C.E.



NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W


ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO *****	
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	89.9 MHz	CANAL:	210
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	145.7
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW319		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Ji-Paraná		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Costa e Silva	BAIRRO:	Jotão
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
NUMERO:	1297	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos	MODELO:	SP 1000 ágil
CÓDIGO:	Eletrônicos Ltda	POTÊNCIA:	0.270 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR	002480300528		
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		MODELO:	*****
FABRICANTE:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
CÓDIGO:	*****	MODELO:	*****
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de	MODELO:	FMCiro 4H 210
POLARIZAÇÃO:	Antenas Ltda		
DESCRIÇÃO:	Circular	GANHO:	2.87
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	49.5 m	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ANTENA AUXILIAR		BEAM TILT:	***** graus
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
RDS			
Código PI:	*****		

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 28/04/2021 14:44:42

APLICAÇÃO	Emitido Em 24/05/2018	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVhbmNhOjoyMDE4NWVwNjY4Y2Q4MmFIZg==	
-----------	--------------------------	--	---

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA -

alterado
Pelo presente instrumento particular de contrato, LUIZ MORIMOTO, RG 3.374193 e cio 187 406 698/78, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente a Rua Charles Spenser Chaplin, n. 85, apart. 34, MOTOKO KONDO MORIMOTO, RG 7.225.440 e cio n. 059 548 788/20, brasileira, casada, pedagoga, residente a Rua Sanharó, 364 e JANUARIO GORGA, RG 774340 e cio 005768838-90, brasileiro, casado, economista, residente a Rua Oliveira Melo, 90 todos nesta Capital, sócios e únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., com sede nesta Capital a Praça João Mendes, 42, 12º and. conj. 128/29, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. 875 295 em sessão de 6/10/1976, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar seu contrato social, propiciando abertura de uma filial na cidade de Vilhena, no T.F. Rondonia, dando nova redação as cláusulas primeira, terceira e quarta, ampliando seus objetivos, aumentando o capital social, como segue:

- a) ampliar os objetivos da Empresa dentro dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens constante da cláusula primeira, propiciando a abertura de filiais em quaisquer outras localidades do território nacional;
- b) aumentar o capital social constante da cláusula terceira, para Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) com subscrição integral pelos sócios da elevação de Cr\$2.880.000,00 (dois milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros), representada por 288 (duzentos e oitenta e oito) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) para integralização em moeda corrente do país, em 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data deste instrumento, a saber:
 - 1) pelo sócio LUIZ MORIMOTO, Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) representados por 120 (cento e vinte) quotas partes;
 - 2) pelo sócio MOTOKO KONDO MORIMOTO Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) representados por 120 (cento e vinte) quotas partes; e
 - 3) pelo sócio JANUARIO GORGA, Cr\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) representados por 48 (quarenta e oito) quotas partes.
- c) dar nova redação a cláusula quarta, como segue abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade é de responsabilidade limitada ou por quotas partes, tendo como principal objetivo a instalação e exploração de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens e serviços especiais de telecomunicações, com finalidade educativa, cultural e informativa, neste Estado de São Paulo ou em quaisquer outras localidades do território nacional, mediante a obtenção do Governo Federal de concessões e permissões, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria;

- § 1º - A sociedade tem sede nesta Capital a Praça João Mendes, 42, 12º andar, conjunto 128/29;
- § 2º - A sociedade abrirá uma filial na cidade de VILHENA, Território Federal de Rondonia a Avenida Capitão Castro n. 3027 mantendo-a em pleno funcionamento.

O Capital social é de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), dividido em 300 (trezentas) quotas partes no valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalmente subscritas pelos socios e para integralização, como segue:

- 1) pelo socio LUIS MONIMOTO 125 (cento e vinte e cinco) quotas partes do valor total de Cr\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros), estando Cr\$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) já integralizados em moeda corrente e os restantes Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para serem integralizados na forma do item "b" retro;
- 2) pela socia MOTEXO MONTE MO IMOTO 125 (cento e vinte e cinco) quotas partes no valor de Cr\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros) estando Cr\$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) já integralizados em moeda corrente do país e os restantes Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para serem integralizados na forma do item "b" retro;
- 3) pelo socio JANUARIO MONUA 50 (cincoenta) quotas partes no valor de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), estando já integralizados Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em moeda corrente do país e os restantes Cr\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) para serem integralizados na forma do item "b" retro.

Paragrafo primeiro - A responsabilidade dos socios é limitada a totalidade do capital social, nos termos do Decreto n. 1708, de 10 de janeiro de 1919;

Paragrafo segundo - Do capital social fica destacado o valor de Cr\$2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros) destinados a abertura de uma filial na cidade de VILHENA, no Territorio Federal de Rondonia, conforme outorga concedida através do Decreto n. 84.379, de 8 de janeiro de 1980, publicado no D.O.U. de 9 do mês mês e ano.

Cláusula quarta

As quotas partes da firma são indivisiveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos integrantes da firma, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferencia aos socios que queiram adquiri-las.

Paragrafo primeiro - Fica, ainda, terminantemente proibida a alienação ou caução de qualquer quota parte do capital, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas juridicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferência de quotas, de previa autorização do poder concedente.

Paragrafo segundo - Ficam ainda integrante deste contrato, as disposições constantes da Lei 4.117, de 27.8.1962, alterada pelo Decreto-Lei 236, de 28.2.1967, bem como as Leis, regulamentos e instruções emanadas do poder concedente, vigente ou que venham a vigorar, referentes a execução dos serviços de radiodifusão, ou sejam:

- I - que o capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos;
- II - que o quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais;
- III - que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos.

30 JUL 1980

08/07/80 11:18:40

[Handwritten signature]

10.º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE S. PAULO	
HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO	
Tabelião	
Rua Quintino Bocaiuva, 176 - Térreo	
AUTENTICAÇÃO	
Autentico a presente cópia reprográfica (Anverso e Verso), conforme o original, a mim apresentado, do que dou fé.	
São Paulo, 21 de AGO de 1980	
FRANCISCO APOCALYPSE HAMILTON MARTINS LOURDES C. FIGUEIRO ESCRIVÃO AUTORIZADO	
As contribuições ao Estado e a Certeira das Serventias serão colhidas por verba:	Ao Tab. 2,00 Ao Est. 1,00 Ao Cel. 1,00 TOTAL R\$ 4,00

Nota Controlada RECEBIS S/C L122
Praca João Mendes 42 - SP
600 610 1000 1-67
Ass.

IV - que as quotas partes representativas do capital social serão sempre nominativas.

E como assim acordaram, obrigam-se, fielmente, os signatarios a cumprir em seus termos a presente alteração e as demais clausulas do primitivo contrato não alteradas, pelo que assinam as tres vias de igual teor e valor.

São Paulo, 19 de junho de 1980

[Signature]
LUIZ MORIMOTO

[Signature]
MOTOKO KONDO MORIMOTO

[Signature]
JANUARIO GORGA

Testemunhas

[Signature]
Lauro Shibuya
Rg 4.414 719

[Signature]
José Neme
RG 13 511 336

20 = CARTORIO DE NOTAS
Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARIÑA - Oficial Máo
PRAÇA JOÃO MENDES, 42 - 1.º ANDAR - SÃO PAULO - SP

Reconheço a firma
Sãe Paulo.
Era test.

[Handwritten] Luiz Morimoto, Motoko Kondo
Januario Gorga, Lauro Shibuya, José Neme 15

11 JUN 1980

DENIZARI LIT. PENT. 1.00
VALO ESTADUAL 1.00
POR FIRMAR 1.00
ENTRADA 1.00
CART. DENVAL 1.00

30 JUL 1980

087/104981118640/180

10.º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE SÃO PAULO	
HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO	
Tabelião	
Rua Quintino Bocaiuva, 176 - Torreão	
AUTENTICAÇÃO	
Autentico a presente cópia xerográfica (Anverso e Verso), conferindo o original, a mim apresentado, do que dou fé.	
São Paulo, 24 de AGO de 1980	
FRANCISCO APOCALYPSE HAMILTON MARTINS LOURDES C. FIGUEIRA ESCRIVENTES AUTORIZADOS	
As contribuições ao Estado e a	As contribuições ao Estado e a
Certidão das Serventias serão	Certidão das Serventias serão
recebidas por verba:	recebidas por verba:
Este Copilador (1980) está em vigor	
Praça João Mendes, 54 - L	
G.M. 01.67.037/00/121	

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE REGIONALIDADE LIMITADA - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

78573

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato LUIZ MORIMOTO RG 3.374.193 e cia 187 406 698/78, brasileiro, casado engenheiro agrônomo, residente a Rua Charles "Chener" Chaplin, n. 85 apartamento 34, MOTOZO KONDO MORIMOTO RG 7.2 440 e cia numero 099 548 788-20, brasileira, casada, pedagoga, residente a Rua Sanharó, 364 e JANUARIO GORGA, RG 774 340 e cia 005 768 838-90, brasileiro, desquitado, economista, residente a Rua Oliveira Melo, 90, todos nesta Capital, socios e únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., com sede nesta Capital a Praça João Mendes, 42, 122 and. Cj 128/29, com contrato social de 5.10.1976, posteriormente alterado pelo de 19.6.1980 arquivados ambos na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob os ns. 875 295 de 6.10.1976 e 1.118.640-80 em 30.7.

1980, respectivamente, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, promover as alterações que se seguem:

- 1) Transferir parte das quotas do capital social para os novos socios, com expresse consentimento dos quotistas remanescentes, a saber:

- a) o socio LUIZ MORIMOTO cede e transfere, neste ato, a totalidade de suas 125 (cento e vinte e cinco) quotas parte de seu capital social de valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) a nova socia, ora admitida RUTH MECUNE MORIMOTO RG 7.499597 e cia 021587408-61, brasileira, solteira, advogada, residente nesta Capital a Rua Sanharó, n. 364 pelo preço de Cr\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cincoenta mil cruzeiros), dos quais Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), não integralizados, mas que será integralizado na forma estabelecida na alteração do contrato social de 30.7.1980 arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. 1.118.640-80, até 29 de julho de 1982;

§ unico - em consequencia o socio cedente Luiz Morimoto que se retira da sociedade da plena e geral quitação de seus haveres na firma;

- b) o socio JANUARIO GORGA cede e transfere nesta ato, parte de seu capital representado por 23 (vinte e três) quotas parte do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) no total de Cr\$230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros) ao novo socio, ora admitido, Dr. ANTONIO MORIMOTO RG 1.566.650 e cia 026158198-87, brasileiro, casado, advogado residente nesta Capital a Rua Sanharó, 364 pelo preço de Cr\$230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros), não integralizado e que será integralizado na forma estabelecida na alteração contratual de 30.7.1980, arquivado sob o n. 1.118.640-80, até 29.7.1982.

2) aumentar o capital social da sociedade de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para Cr\$12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), devendo a diferença, para parior de Cr\$9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) a ser integralizado em moeda corrente do país, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar desta data, assim subscrito pelos socios:

S. J. P.

TABELIONATO FIGUEIREDES

COMARCA DE VILHENA

AUTENTICO PARA OS DEVIDOS

PRESENTE FOTOCOPIA

DIÇÃO FEZ DO INSTRUMENTO

APRESENTADO

VILHENA

22.02.83

ROSENDA

ROSENDA

ROSENDA

ROSENDA

ROSENDA

ROSENDA

NOV 23 1963

605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

[Handwritten signature]

Wm. L. Koster

with all your love

- a) MOTOKO KONDO MORIMOTO, acima qualificada, subscreeve Cr\$4.560.000,00 (quatro milhões quinhentos e sessenta mil cruzeiros) representada por 456 (quatrocentos e oitenta) quotas parte do valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros);
- b) ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado subscreeve Cr\$ 2.730.000,00 (dois milhões setecentos e trinta mil cruzeiros) representados por 273 (duzentos e setenta e três) quotas parte do valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros);
- c) RUTH MEGUME MORIMOTO, acima qualificada subscreeve Cr\$. 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil cruzeiros) representados por 171 (cento e setenta e uma) quotas parte do capital de valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros).
- 3) Em razão das alterações retre as cláusulas terceira e sexta, como segue:

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de Cr\$12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros, divididos em 1.200 (um mil e duzentas) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), totalmente subscritas pelas sócias como segue:

- a) pela sócia MOTOKO KONDO MORIMOTO 581 (quinhentas e oitenta e uma) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalizando Cr\$ 5.810.000,00 (cinco milhões oitocentos e dez mil cruzeiros);
- b) pela sócia JANUARIO CORGA 27 (vinte e sete) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalizando Cr\$270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros);
- c) ANTONIO MORIMOTO 296 (duzentos e noventa e seis) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) totalizando Cr\$2.960.000,00 (dois milhões novecentos e sessenta mil cruzeiros);
- d) RUTH MEGUME MORIMOTO 296 (duzentos e noventa e seis) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalizando Cr\$2.960.000,00 (dois milhões novecentos e sessenta mil cruzeiros).

§ 1º - A responsabilidade dos sócios é limitada a totalidade do capital social, nos termos do Decreto-Lei 3708, de 10.01.1919;

O capital social ficam destinados:

a) Cr\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinados a filial de Vilhena R.O.;

b) Cr\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinados a abertura da filial na cidade de JI-PARANA, R.O.

CLÁUSULA SEXTA

Os signatários da função de Gerente da firma os quotistas JANUARIO CORGA, MOTOKO KONDO MORIMOTO e RUTH MEGUME MORIMOTO

segue

14 JUL 1982

NO 66383-1/82
FASIO SOB

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Luisa Kondo M. M. M.
Rita Elguera M. M. M.



RECIBO REC N 066,383 de 1-82

3 4 JUN 1982



SECRETARIA DE ECONOMIA
CERTIFICADO DE REGISTRO
DE INSCRIPCION DE VALORES
DE LA CREDITICION

Autorizada pela Junta
018/98

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
391459/99-5



QUARTA ALTERAÇÃO COI

EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA

MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, casada, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG. nº 7.225.440 - SSP/SP e do CPF/MF. 099.548.788-20, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Sanharó nº 364.

JANUÁRIO GORGA, brasileiro, desquitado, economista, portador da cédula de identidade RG. nº 774.340 - SSP/SP e do CPF. 005.768.836-90, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Oliveira Melo, 90 - Ipiranga.

ANTONIO MORIMOTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº 566.650 - SSP/SP e do CPF/MF. 026.158.198-87, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Sanharó nº 364.

RUTH MEGUME MORIMOTO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 7.499.597 - SSP/SP e do CPF/MF. 023.587.408-61, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia à rua 22 nº 160 - jardim Mangueiras I,

Únicos sócios quotistas da firma **A EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA.**, inscrita no CGC sob n.º **48.076.533/0001-83**, com sede à **Praça João Mendes nº 42 12º andar, Cj. 128/29**. Contrato Social arquivado na **Junta Comercial** do Estado de São Paulo (Jucesp), sob n.º 875.295/76 em 07.10.76 e Alteração de nº 1.118.640-80 em 30.07.80 e 66.383-82 em 14.07.82, resolvem em comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a quarta alteração contratual para efeito de :

- conversão da moeda;
- mudança de endereço;
- aumento de capital social;
- saída de sócio;
- mudança no objetivo social;
- gerência administrativa

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com as Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, os valores monetários do Capital Social fica convertido e denominar REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA

Neste ato, os sócios decidem mudar o endereço da Sociedade para rua Miguel Chakian nº 1.300, sala 03 na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente nacional totalmente subscrita e integralizada nas proporções social de cada sócio.

O Capital Social de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dividido em 1.200 (hum mil e duzentas) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	581	quotas	R\$ 2.905,00
JANUARIO GORGA	27	quotas	R\$ 135,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, nos termos do artigo 2 In Fine, do decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade o sócio JANUARIO GORGA, acima qualificado, que cede e transfere 14 (quatorze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 70,00 (setenta reais) totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer onus para a sócia MOTOKO KONDO MORIMOTO acima qualificada; e 13 (treze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), totalmente livres e desembaraçada de quaisquer onus para a sócia RUTH MEGUME MORIMOTO, acima qualificada. Com as transferência acima o Capital Social da empresa ficam assim distribuídos entre os sócios;

MOTOKO KONDO MORIMOTO	595	quotas	R\$ 2.975,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	309	quotas	R\$ 1.545,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, conforme determina o Artigo II "In Fine" do Decreto Lei Federal nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá por objetivo social a instalação e exploração de serviços de radiofusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de transmissão de televisão, serviço especial de repetição de televisão e de geração, e serviço especial de música funcional com finalidades educativas, culturais e informáticas, bem como a exploração comercial do empreendimento no estado de Rondônia ou em quaisquer outras localidades do território nacional. Mediante a obtenção do governo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A **gerência e administração** da sociedade será exercida exclusivamente e isoladamente pelo sócio **ANTONIO MORIMOTO**, acima qualificado, com poderes para:

A) Usar a denominação social e representar a sociedade em juízo ou fora dele, passiva e ativamente perante as repartições financeiras bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes ao funcionamento regular da Empresa;

B) Nomear procuradores, para representar a sociedade, quer judiciais, quer extrajudiciais, desde que especificado nos instrumentos de mandato os atos que os mesmos poderão praticar em nome da sociedade;

C) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

De acordo com o consignado no Artigo 12 do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, o sócio, bem como os procuradores eventualmente nomeados ficam dispensados de prestação de caução para o exercício da administração e gerência da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por gerência e administração, entende-se a prática de todos os atos que fizerem necessários para a realização da finalidade social.

CLÁUSULA OITAVA

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social não modificadas pela presente Alteração Contratual.

CLÁUSULA NONA

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que a tudo presenciaram.


São Paulo, 10 de Setembro 1998


MOTOKO KONDO MORIMOTO

Sócia quotista


ANTONIO MORIMOTO

Sócio gerente

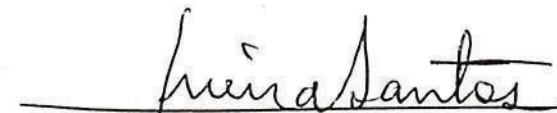

RUTH MEGUME MORIMOTO

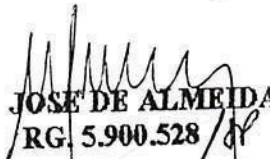
Sócia quotista

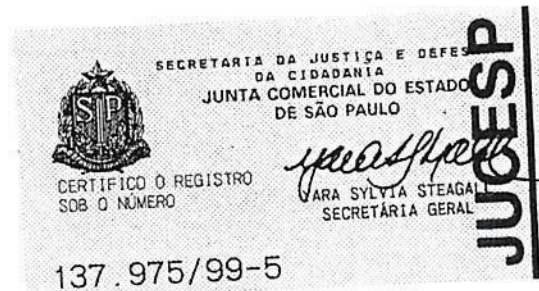

JANUARIO GORCA

sócio retirante

TESTEMUNHAS:


JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
RG. 6.961.916 - SSP-SP


JOSE DE ALMEIDA
RG. 5.900.528



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1ª andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464
CERTIDÃO

Processo nº 53115.001396/2021-14

Assunto: Regularização Societária ou Diretiva

Certifico e dou fé que em face da alteração societária/diretiva nº 7 (Evento SEI nº 6378071 , págs. 4-11) a regularização da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 01250.012668/2017-77, o que possibilita, assim, a continuidade da instrução do presente feito.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 28/04/2021, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7139860** e o código CRC **E13B8D95**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.
2. A fim de dar prosseguimento ao feito, faz-se necessária a verificação da observância de todas as obrigações relativas à migração pela cessionária, tendo em vista que eventuais irregularidades, inclusive quanto aos aspectos técnicos relacionados à execução do novo serviço, poderão obstar a renovação pretendida.
3. Assim sendo, encaminhem-se os autos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares - COESA, para que se manifeste quanto ao cumprimento, por parte da interessada, das obrigações e prazos constantes no Termo Aditivo de Adaptação da Outorga. Após, restitua-se os autos à CORRC, para adoção das medidas consecutórias.

Brasília, 28 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/04/2021, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7140187** e o código CRC **77CF5ABD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. INFORMAÇÕES QUANTO À REGULARIDADE TÉCNICA DA ENTIDADE.

1. Trata-se de processo administrativo de interesse de radiodifusão sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.
2. A fim de dar prosseguimento ao feito, faz-se necessário que o setor responsável se manifeste expressamente quanto à regularidade técnica da interessada, no curso da prestação do serviço para o qual foi outorgada, por se tratar de *requisito legal indispensável à renovação das outorgas de radiodifusão*, conforme entendimento recente da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, nos termos da Nota nº 00139/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo nº 01250.018853/2018-56, e em observância ao art. 5º, parágrafo único, da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020.
3. Assim sendo, encaminhem-se os autos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares - COESA, para exame e manifestação. Após, restitua-se os autos à CORRC_DOC, para adoção das medidas consectárias.

Brasília, 28 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/04/2021, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7140207** e o código CRC **E9A9A9BE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Data de Envio:

28/04/2021 17:39:58

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mctic.gov.br>

Para:

cgm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

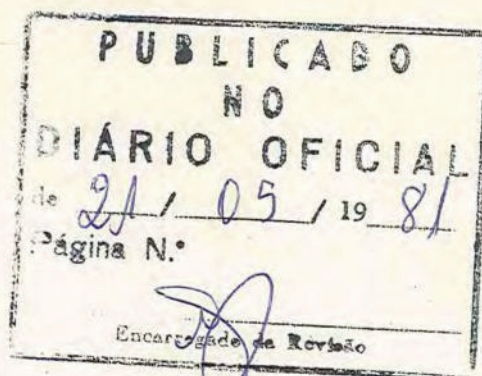
Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Município de Ji-Paraná/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e a Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., para estabelecer uma estação de radio difusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia.

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), no Gabinete do Senhor Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Engenheiro Rômulo Villar Furtado, titular do cargo acima citado, e como testemunhas os senhores José Foch de Lima, Diretor-Geral Substituto do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e Domingo Poty Chabalgoity, Diretor Substituto da Divisão de Radiodifusão do mesmo Departamento, compareceu o Senhor Januário Gorga, brasileiro, casado, economista, Carteira de Identidade nº 774.340, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com o CPF nº 005.768.838-91, residente e domiciliado na Rua Oliveira Melo, nº 90, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Sócio-Gerente da Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., conforme consta do Processo número cento e setenta e oito mil, setecentos e vinte e dois, do ano de mil novecentos e oitenta, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada Entidade, através do Decreto número oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e nove, de quatro de maio de mil novecentos e oitenta e um, publicado no Diário Oficial da União do dia seis subsequente, para estabelecer na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia, uma estação de radio difusão sonora em onda média de âmbito regional, regendo-se referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes:

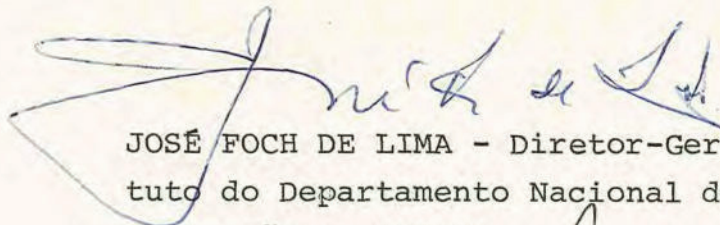
CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Empresa de Radiodifusão Marimot Ltda., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez anos e entrará em vigor a partir da publicação deste contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de

1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, às Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido q) não alterar em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter a sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou que vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais compreendendo 5 (cinco) horas semanais conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236,

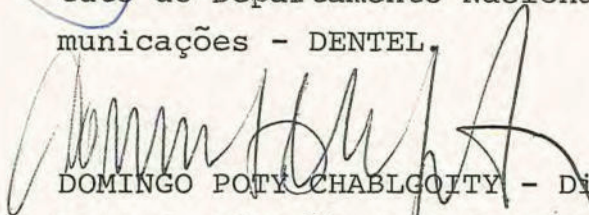
de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior. CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo, MARIA JOSÉ DA SILVA BARCELOS (Maria José da Silva Barcelos), que o datilografei.

RÔMULO VILLAR FURTADO - Secretário-Geral do
Ministério das Comunicações.

JANUÁRIO CORÇA - Sócio-Gerente da Empresa de
Radiodifusão Morimoto Ltda.



JOSÉ FOCH DE LIMA - Diretor-Geral Substi-
tuto do Departamento Nacional de Telecom-
unicações - DENTEL.



DOMINGO POTY CHABLGOITY - Diretor-Substi-
tuto da Divisão de Radiodifusão do Depar-
tamento Nacional de Telecomunicações -
DENTEL.

PR - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
Em 06/ MAI 1981 /

PR - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 06 MAI 1981



Decreto n.º 85.969, de 04 de maio de 1981

Outorga concessão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia.

O Presidente da República,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 7.873/80 (Edital nº 15/80),

D E C R E T A :

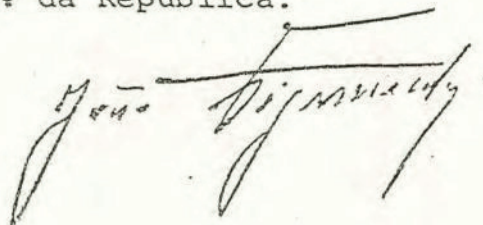
Art. 1º - Fica outorgada concessão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., nos termos do artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da

publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 04 de maio de 1981;
160º da Independência e 93º da República.



CLÁUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO
Nº85.969, DE 04 DE MAIO DE 1981

I

Fica assegurado à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MO RIMOTO LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

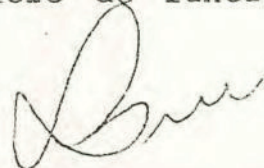
II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do contrato celebrado entre o Ministério das Comunicações e a concessionária.

III

A concessionária é obrigada a:

- a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;
- b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funciona



mento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização;

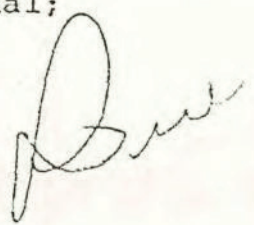
g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no artigo 71 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, vinculada ao Ministério da Justiça, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional;



m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

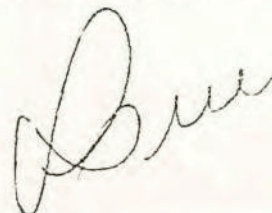
p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia au



torização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

IV

A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Interministerial nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura;

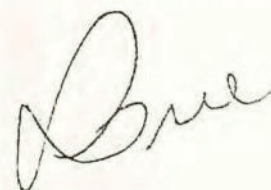
b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior.

V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

VI

A freqüência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa freqüência o direito de posse da União.



VII

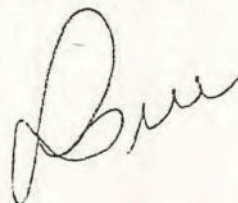
Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
17º Subdistrito - Bela Vista - São Paulo - Capital



Flávia Benito Teixeira
Oficial

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, no livro B-0118 de registro de casamentos, às folhas 083, sob número 28187, consta o assento de casamento de ANTONIO MORIMOTO e MOTOKO KONDO, que passou a assinar o nome de MOTOKO KONDO MORIMOTO, realizado no dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e setenta e dois (26/09/1972), perante o MM. Juiz de casamentos Dr. Cyro de Azevedo Marques.

ELE natural de Promissão, SP, nascido em 05/11/1934, nacionalidade brasileira, filho de SAZAHITE MORIMOTO e de HISSAYE MORIMOTO.

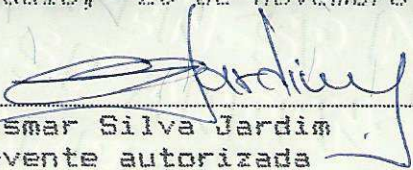
ELA natural de Uberlândia, MG, nascida em 14/11/1938, nacionalidade brasileira, filha de TADASHI KONDO e de SADAKO KONDO.

O casamento foi realizado sob regime de separação total de bens, de acordo com a escritura de pacto ante-nupcial, lavrada nas Notas do 24º Tabelionato, desta Capital, em 11/08/1972, (Livro 1357, folhas 58v).

OBS: FAZ PARTE DA PRESENTE CERTIDÃO AS AVERBAÇÕES E/OU ANOTAÇÕES CONSTANTES NO VERSO.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 25 de novembro de 2009.


Clerismar Silva Jardim
escrevente autorizada



CERTIDÃO

CERTIFICO que na margem do termo consta o seguinte:
ANTONIO MORINOTO, faleceu em Guará, DF, no dia 28/08/2007 (livro
C-161, fls. 96, nº 50456).

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 25 de novembro de 2009.


Clerismar Silva Jardim
escrevente autorizada

Reconheço a firma supra de
Clerismar Silva Jardim e
dou fé.
São Paulo, 25 de novembro de 2009
Em teste _____ da verdade.

Rec. FirmaR\$ 2,90
"VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE"

Emolumentos:
Certidão... 18,95
Averbação... 9,50
TOTAL..... 31,35
GUIA Nº:265/09
Digitado por: Digitado por: 3080

Rogério Luz Pimenta
Escrevente Autorizado





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS DO DISTRITO FEDERAL

1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E PROTESTO, REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.

TITULAR: EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO

AV. CENTRAL, A. ESP. 12, BLOCO K, N. BANDEIRANTE, BRASÍLIA-DF
QI 11 BLOCO "B" LOJA 23 GUARA-I, BRASÍLIA-DF

- FONE (0XX61) 3552-0005
- FONE (0XX61) 3568-3200

LIVRO Nº C 161

FOLHA Nº: 96

Nº 50456 - CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que aos 28 de agosto de 2007, sob os números acima mencionados, do Livro de Registro de Óbitos deste Cartório, foi lavrado o óbito de:

ANTONIO MORIMOTO,

falecido aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete (**28/08/2007**), às 03:30 horas, no(a) **DOMICÍLIO**,

do sexo **masculino**, de cor **amarela**,

profissão **empresário**, natural de **PROMISSÃO-SP**,

domiciliado e/ou residente na(em) **SQN 310 BL. L AP. 402 - ASA NORTE, BRASÍLIA-DF**

com **72** (setenta e dois anos de idade), estado civil **casado**,

filho de **SAZAHITI MORIMOTO**

e de **HISSAYE MORIMOTO**,

Foi declarante: **RALIDIO VITURINO DA SILVA.**

O óbito foi atestado pelo(a) médico(a) Dr.(ª) **VALTENIR VASCO DA SILVA**, CRM nº 4584/DF, que deu como causa de morte **PARADA CARDIORESPIRATÓRIA, INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO, HIPERTENSÃO ARTERIAL, DISLIPIDEMIA, INSUFICIÊNCIA CORONARIANA CRÔNICA, SOBREPESO, ACENTUADO.**

O sepultamento foi realizado **NO CEMITÉRIO DE ANDRADINA - SP.**

Observações: ERA ELEITOR EM PORTO VELHO-RO. DEIXOU BENS A INVENTARAI, NÃO DEIXOU TESTAMENTO CONHECIDO. ERA CASADO COM A SRA. MOTOKO KONDO MORIMOTO. DEIXOU FILHO: ANTONIO MORIMOTO JÚNIOR (31 ANOS). DOCUMENTO APRESENTADO CI Nº 24672 OAB/DF. O DECLARANTE COMPARECE NA QUALIDADE DE PREPOSTO DA ESPOSA DO FALECIDO.

Registro feito em 28 de agosto de 2007

O referido é verdade e dou fé. Eu 119-298 a digitei e eu 061 conferi, dou fé e assino.

GUARÁ I-DF, 30 de agosto de 2007.

Emolumentos:

Registro: R\$
Certidão(ões): R\$ 3.83
Busca(s): R\$
Total: R\$ 3.83

OFICIAL/ESCREVENTE



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 11º Sub. - Santa Cecília
Fernando Navarro - Oficial
Rua Conselheiro Brotero, 879 - Santa Cecília - Capital - SP - (11) 3667-2642
Reconheço, por semelhança, a firma de: MARILSON BARRETO, e
documento sem valor econômico, datado de:
São Paulo, 30 de Junho de 2009.
Em Teste da Verdade.
Autd 1º R\$ 2,90; Cod. [2012339813542300039714]

Colégio Notarial do Brasil - SP
FIRMA 1
ESP. 045820140
1073AA249990

110
MARCOS BRUNO CIN. DE SANTA CECILIA
FERNANDO NAVARRO - OFICIAL
THEREZINHA S. / MARILSON BARRETO
MARCIA HE. RUA MILITARE
FERNANDO NAVARRO JUNIOR
RICARDO DE ASSIS BRUNO
ROBERTO DA SILVA GUARÁ
SILVIO JOSÉ DOS SANTOS

Registro Civil
Visto
Guará

República Federativa do Brasil

Estado de São Paulo



Município e Comarca de Andradina

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais de Interdição e Tutela

Rua D. Pedro I, 829 - Fone (18) 3722-4274

Marise V. Lima Lehn dos Reis
DELEGADA SUBSTITUTA

Maria Aparecida Antonini Shinkado
OFICIAL DELEGADA

Maria Stela Gareti Guimarães
ESCREVENTE

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que, sob o nº 25419 folha 258 do Livro nº A-27 de REGISTRO DE NASCIMENTOS, encontra-se o assento de:

RUTH MEGUMI MORIMOTO

nascida na data de 21 de maio de 1957, às 10:00 horas, local nesta cidade, do sexo feminino,

filha de JIRO MORIMOTO
e de Dona MISSAKO MORIMOTO
sendo:
avós paternos SADASHITI MORIMOTO
e Dona HISSAE MORIMOTO
e maternos SUEKITI TAKEMURA
e Dona SHOTI TAKEMURA

Foi declarante o pai e serviram de testemunhas as constantes do termo. Registro lavrado em 3 de junho de 1957.

Observações: nascida ao vigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

O referido é verdade e dou fé

Andradina, 5 de novembro de 2003

(OFICIAL)

D.11,46 Ipesp.2,29,Total 13,75.

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS DE ANDRADINA, EST. SÃO PAULO
Maria Aparecida Antonini Shinkado
Oficial

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DE INTERDIÇÕES E TUTELAS.
Rua D. Pedro I, Nº 829 - Andradina - SP
Maria Aparecida Antonini Shinkado - Oficiala
Marise Vicente Lima Lehn dos Reis - 1º Subst.
Maria Stela Gareti Guimarães - 2º Subst.
selo pago por verba

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO

Distrito, Município e Comarca de Andradina

Registro Civil

MARIA ROBERT DE CARVALHO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

MARIA JOSÉ APARECIDA ROBERT DE CARVALHO
OFICIAL MAIOR

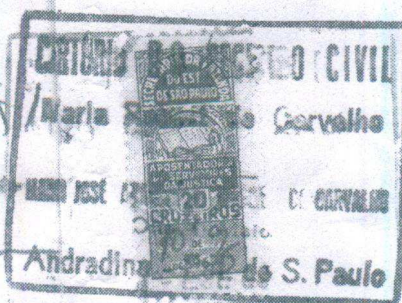
CERTIDÃO

CERTIFICO, para fins de Direito. - -
que no livro A- -25-, folhas -152s-, sob número de ordem -22.601.-
consta o registro de nascimento de ULEICA YOSHIKO MORIMOTO;- - -
nascida em nesta cidade de Andradina.- Estado de São Paulo.-
no dia -8- do mês de -julho- do ano 1955, sendo filha
de JIRO MORIMOTO;- - -
e de d. MISSAKO MORIMOTO;- -
Registro lavrado no dia -19- de - julho - de 19 55.-
Foi declarante O Pai.-

O Referido é verdade e dou fé.

Andradina, -10- de -Agosto- de 19 66.

OFICIAL



TERMO - São Paulo
Escritório José Cyllio
Rua Barão de Paranaguá, 40-42



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Nº do Processo: 20038/2015. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05. CONTRATO Nº 009-2012/DA. OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 11/04/2016, e com o seu término no dia 10/04/2017. DATA DE ASSINATURA: 08 de Abril de 2016. EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93; CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL. CNPJ-MF nº 04.196.645/0001-00. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.122.2116.2000.0001: ELEMENTO DE DESPESA: 339139; CATEGORIA ECONÔMICA: CUSTEIO; PLANO INTERNO: AIDEMCO3; NOTA DE EMPENHO: 2016NE000265; SIGNATÁRIOS CBTU: EXPANSÃO E MARKETING: Francisco de Assis dos Santos Júnior, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Davidson Teles de Almeida. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: REPRESENTANTE LEGAL: Cristina Aciole de Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFÁCIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Prorrogação FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II da Lei 8.666/93. PROCESSO: PRC-3052/2015. DATA DE ASSINATURA: 18.02.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSÓRCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFÁCIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Reajuste FUNDAMENTO LEGAL: artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c artigo 2º § 2º da Lei nº 10.192/01. PROCESSO: PRC-3042/2015. DATA DE ASSINATURA: 10.05.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSÓRCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120.15/2015-1

Primeiro Termo Aditivo firmado com POWER SERVICE MANUTENÇÃO INTEGRADA LTDA. OBJETO: Aditamento para renovação da avença e prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2016 e concessão de reajuste contratual no percentual de 10,4762% (IPCA) perfazendo o valor global de R\$ 3.167.713,29 (três milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e vinte e nove centavos), tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 3143/2013. Assinatura: 06/05/2016

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Assaré, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 11 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Antônio Donizete Arruda Linhares - Procurador/Representante do Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.

PARTES: União e Rede Tocantins de Comunicação Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rede Tocantins de Comunicação Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Nacional, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Otoniel Andrade Costa Filho - Procurador/Representante da Rede Tocantins de Comunicação Ltda.

PARTES: União e Rádio Itacaiúns Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Itacaiúns Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marabá, estado do Pará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Demétrius Fernandes Ribeiro - Procurador/Representante da Rádio Itacaiúns Ltda.

PARTES: União e Rádio Independente de Barretos LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Independente de Barretos LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e João Monteiro de Barros - Procurador/Representante da Rádio Independente de Barretos LTDA.

PARTES: União e Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Augusto dos Santos - Procurador/Representante da Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.

PARTES: União e Rádio Araguaia Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rádio Araguaia Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguaína, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Guliver Augusto Leão - Procurador/Representante da Rádio Araguaia Ltda.

PARTES: União e Rádio Araripe S.A. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Araripe S.A. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Sérgio Arrais de Andrade - Procurador/Representante da Rádio Araripe S.A.

PARTES: União e Rádio Barretos Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Barretos Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros - Procuradora/Representante da Rádio Barretos Ltda.

PARTES: União e Rádio Brasil de Adamantina LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Brasil de Adamantina LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Adamantina, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Matilde de Oliveira Nery - Procuradora/Representante da Rádio Brasil de Adamantina LTDA.

PARTES: União e Rádio Cultura de Paracuru Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Paracuru Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paracuru, estado de Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Aguiar Vale - Procurador/Representante da Rádio Cultura de Paracuru Ltda.

PARTES: União e Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Jacobina, estado da Bahia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Marilene Sousa Ricarte Miranda - Procuradora/Representante da Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.

PARTES: União e Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberaba, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Ciabotti Neto - Procurador/Representante da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.

PARTES: União e Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de São Benedito, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Maurílio Banhos Dias - Procurador/Representante da Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.

EDITAL Nº 214/2016/SEI-MC EDITAL PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

O Ministério das Comunicações torna público o lançamento do Edital para seleção dos projetos de Cidades Inteligentes para Exercício de 2016 e convida interessados de todo o território nacional a participarem dessa Chamada Pública, conforme Portaria MC nº 2.111/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 8.776/2016.

O regulamento completo pode ser visualizado no sítio do Ministério das Comunicações: <http://www.comunicacoes.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Ministro de Estado das Comunicações, Interioro

**Publicado no D.O.U.
de 13/ 05/ 2016,
Seção: III, Página: 137**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos 30 dias do mês de maio do ano dois mil e 2016, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **ANDRÉ FIGUEIREDO**, e a Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 48.076.533/0001-83, representada por seu procurador, Paulo Augusto dos Santos, inscrito no R.G. n.º 12.764.580-9 - SSP/SP, CPF n.º 088.267.938-40, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, decorrente da concessão outorgada à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., por meio do Decreto n.º 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 1981, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda. o canal 210 (duzentos e dez), correspondente à frequência 89,9 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Parágrafo único: A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 1981, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério das Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a

prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações

Testemunha

Permissonária

Testemunha

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53115.001396/2021-14		
Entidade: Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda		CNPJ: 48.076.533/0001-83
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Localidade: Ji-Paraná	UF: RO
Validade da Outorga: vencida	Período: 21/05/2021 a 21/05/2031	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que:	OK	6378071 págs. 1,2
a) os sócios e dirigentes da Entidade outorgada respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;	OK	6378071 págs. 1,2
b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;	OK	6378071 págs. 1,2
c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;	OK	6378071 págs. 1,2
d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	OK	6378071 págs. 1,2
e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;	OK	6378071 págs. 1,2
f) a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;	OK	6378071 págs. 1,2
g) nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	6378071 págs. 1,2
1.1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	6979479 págs. 3-8**

	2. RELATIVOS À ENTIDADE		
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº

HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	6378071 , págs. 4-11 (7ª AC) 6979591 Contrato e alterações (até a sétima) 7139745 - 4ª AC 7141457 - 1ª a 4ª AC**
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	6378071 pág. 19 (simplificada) 7136127, pág. 2
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	6513339 págs. 4,5
	2.1.4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	6378071 pág. 14
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	6378071 pág. 16
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F 6513339 pág. 7
			E 6513339 pág. 8
			M 6513339 pág. 9
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	6979479 pág. 2
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	6513339 pág. 7
			6378071 pág. 17
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	6378071 pág. 15

3. APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

3.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº

<p>3.1.1. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	Não se aplica
<p>3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	Não se aplica	Não se aplica
<p><u>Observações:</u></p> <p>* Processo de Apuração de Infração NUP. 53581.000747/2014-44 (fase recursal)</p> <p>**Pendente de regularização do quadro. Última alteração ainda não conhecida;</p> <p>***1) em face da alteração societária/diretiva nº 7 (Evento SEI nº6378071, págs. 4-11), a regularização da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 01250.012668/2017-77;</p>		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 27/05/2021, às 13:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7139174** e o código CRC **C77E39C0**.

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Qui, 29/04/2021 10:40

Para: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que em relação à referida entidade houve a aplicação da sanção de cassação, de acordo com a Portaria Nº 1881/2020/SEI-MCTIC, no bojo do Processo de Apuração de Infração n. 53581.000747/2014-44. O referido PAI encontra-se em fase de análise recursal.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 28 de abril de 2021 17:39

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Município de Ji-Paraná/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6763/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA, relativo a pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4145/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 7627/2021/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.011045/2021-11, acompanhado de documentos.

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

3.1. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Ji-Paraná/RO, encontra-se com o status "TV-C4 - Canal Licenciado", porém a licença refere-se ao período anterior, tendo vencido com o prazo da outorga, conforme consta do art. 3º, § 7º, da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524 de 2021. Assim sendo, ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 17:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7494854** e o código CRC **B64DC094**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 11867/2021/MCOM

Brasília, 27 de maio de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6763/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 17:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7494909** e o código CRC **ECB0AC61**.

Data de Envio:

31/05/2021 10:46:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7494909.html
Nota_Tecnica_7494854.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 8130/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA, relativo a pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6763/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 11867/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.017377/2021-18, acompanhado de documentos.

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)

Obs. apresentar o comprovante relativo apenas ao exercício de 2018.

3.2. Declaração de inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

4. Reitera-se pela regularização do licenciamento da estação, solicitada no item 5 da Nota Técnica n.º 6763/2021/SEI-MCOM, haja vista que, em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Ji-Paraná/RO, encontra-se com o status "(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 02/07/2021, às 12:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7823743** e o código CRC **B42E5E08**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 14394/2021/MCOM

Brasília, 02 de julho de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8075/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 02/07/2021, às 12:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7823747** e o código CRC **CC45839D**.

Data de Envio:

02/07/2021 12:40:10

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7823747.html
Nota_Tecnica_7823743.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 10513/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, relativo a pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média e que teve a sua outorga adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 8130/2021SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 14394/2021/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI7823743 e 7823747). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o n.º 53115.021991/2021-76, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto n.º 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5.º, do Decreto n.º 10.775, de 2021. **Para uma melhor contextualização, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declaração assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto n.º 52.795/63;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria n.º 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria n.º 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto n.º 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei n.º 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Ji-Paraná/RO, encontra-se com o status "C2 ", **aguardando dados da estação**, não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 01/09/2021, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 11:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8059913** e o código CRC **C2722153**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 18359/2021/MCOM

Brasília, 01 de setembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10513/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 11:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8059985** e o código CRC **D4889F70**.

Data de Envio:

01/09/2021 12:03:02

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8059985.html
Nota_Tecnica_8059913.html



NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.			DISTRITO *****	
BAIRRO Jotão			MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	89.9 MHz	CANAL:	210
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	145.7
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW319		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Ji-Paraná		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Costa e Silva	BAIRRO:	Jotão
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
NUMERO:	1297	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	Rua Miguel Chakian	BAIRRO:	Embratel
MUNICÍPIO:	Porto Velho	UF:	RO
NUMERO:	1300	COMPLEMENTO:	- Sala 03
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO:	SP 1000 ágil
	002480300528	POTÊNCIA:	0.270 kW
CÓDIGO:	*****	MODELO:	*****
TRANSMISSOR AUXILIAR		POTÊNCIA:	***** kW
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
		POTÊNCIA:	***** kW
CÓDIGO:	*****	MODELO:	*****
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	***** kW
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
		POTÊNCIA:	***** kW
CÓDIGO:	*****	MODELO:	*****
ANTENA PRINCIPAL		POTÊNCIA:	***** kW
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda	MODELO:	FMCIro 4H 210
		GANHO:	2.87
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
DESCRIÇÃO:	*****	BEAM TILT:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	49.5 m		
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Radio Frequency Systems	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****



RDS

Código PI:

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 15/09/2021 08:35:01

APLICAÇÃO


Emitido Em
15/09/2021


Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIxNjE0MTkzYjUwNGVhMQ==>

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 48.076.533/0001-83											
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO MORIMOTO	026.158.198-87	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 059.548.788-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	22.831.507/0001-20	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	22.831.507/0001-20	Sócio	16000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho

Consulta Composição da Entidade...



Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 023.587.408-61									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO GUAPORE LTDA	04.910.840/0001-42	Sócio	100000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Guajará-Mirim

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 023.513.418-05									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena



 Menu Principal ▾

 Dados da consulta  Consulta

BOA NOITE
Renata Vieira Machado
Sistemas Interativos

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet tela | menu ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO
Não foi encontrado dados com essa informação	

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 07/12/2021 Hora: 18:22:24



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**
CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.
Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:26:11 do dia 07/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/01/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir](#) [Voltar](#)

Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chakian	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Número: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Número: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Número: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 210	Frequência: 89.9 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.4064kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Relatório do Canal

Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 15/09/2021	Número da Licença: 53500.057893/2021-23

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10°53'10" S	Longitude: 61°55'46" W	Cota da base: 145.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 1000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.270 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA		Fabricante: Radio Frequency Systems	
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.08 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMCiro 4H 210			Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda		
Ganho: 2.87 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 0.41 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.62	5°: 0.63	10°: 0.62	15°: 0.62	20°: 0.62	25°: 0.63	30°: 0.62	35°: 0.58	40°: 0.53	45°: 0.52	50°: 0.53	55°: 0.54
60°: 0.53	65°: 0.49	70°: 0.44	75°: 0.43	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.43	130°: 0.44	135°: 0.49	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.57	160°: 0.62	165°: 0.68	170°: 0.72	175°: 0.73
180°: 0.72	185°: 0.73	190°: 0.72	195°: 0.67	200°: 0.62	205°: 0.62	210°: 0.62	215°: 0.58	220°: 0.53	225°: 0.49	230°: 0.44	235°: 0.35
240°: 0.26	245°: 0.21	250°: 0.17	255°: 0.12	260°: 0.08	265°: 0.03	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0.04
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.12	320°: 0.17	325°: 0.21	330°: 0.26	335°: 0.35	340°: 0.44	345°: 0.49	350°: 0.53	355°: 0.58

Coordenadas por radial											
0°: Lat 10°4 9'48.44'' S Lon 61°55' 45.98'' W	5°: Lat 10°4 9'39.76'' S Lon 61°55' 27.26'' W	10°: Lat 10° 49'28.15'' S Lon 61°55' 61°55'6.16' '' W	15°: Lat 10° 49'18.66'' S Lon 61°5 4'42.88'' W	20°: Lat 10° 49'24.94'' S Lon 61°5 4'22.59'' W	25°: Lat 10° 49'41.53'' S Lon 61°5 61°54'7.01' '' W	30°: Lat 10°50'3.12'' S Lon 61° 53'56.13'' W	35°: Lat 10°50'21'' S Lon 61°5 3'45.51'' W	40°: Lat 10° 50'46.49'' S Lon 61°5 3'43.38'' W	45°: Lat 10°51'0.88'' S Lon 61° 53'34.53'' W	50°: Lat 10°51'3.47'' S Lon 61° 53'12.47'' W	55°: Lat 10° 51'19.82'' S Lon 61°5 61°53'5.78' '' W
60°: Lat 10° 51'33.95'' S Lon 61°5 2'56.61'' W	65°: Lat 10° 51'48.81'' S Lon 61°5 2'48.73'' W	70°: Lat 10°52'7.53'' S Lon 61° 52'51.28'' W	75°: Lat 10° 52'20.27'' S Lon 61°5 2'37.07'' W	80°: Lat 10°52'35.8'' S Lon 61° 52'28.61'' W	85°: Lat 10° 52'52.41'' S Lon 61°5 2'21.52'' W	90°: Lat 10°53'9.98'' S Lon 61° 52'35.22'' W	95°: Lat 10° 53'25.89'' S Lon 61°5 2'40.76'' W	100°: Lat 10° 53'40.86'' S Lon 61°5 2'47.63'' W	105°: Lat 10° 53'53.56'' S Lon 61°5 61°53'0.37' '' W	110°: Lat 10°54'2.7'' S Lon 61°5 3'18.48'' W	115°: Lat 10° 54'15.13'' S Lon 61°5 3'23.73'' W
120°: Lat 10° 54'24.68'' S Lon 61°5 3'34.23'' W	125°: Lat 10°54'24.8'' S Lon 61° 53'57.18'' W	130°: Lat 10° 54'30.78'' S Lon 61°5 61°54'7.94' '' W	135°: Lat 10° 54'55.62'' S Lon 61°5 3'58.41'' W	140°: Lat 10°55'0.8'' S Lon 61°5 4'11.29'' W	145°: Lat 10° 55'16.25'' S Lon 61°5 4'15.95'' W	150°: Lat 10° 55'11.15'' S Lon 61°5 4'34.74'' W	155°: Lat 10° 55'33.98'' S Lon 61°5 61°54'37.6' '' W	160°: Lat 10° 55'34.83'' S Lon 61°5 4'52.29'' W	165°: Lat 10° 55'52.62'' S Lon 61°5 61°55'1.6'' W	170°: Lat 10°55'55.8'' S Lon 61° 55'16.21'' W	175°: Lat 10°56'2.44'' S Lon 61° 55'30.62'' W
180°: Lat 10° 56'26.81'' S Lon 61°5 5'45.98'' W	185°: Lat 10° 56'26.06'' S Lon 61°56'3.45' '' W	190°: Lat 10°56'42.5'' S Lon 61° 56'24.15'' W	195°: Lat 10° 56'47.59'' S Lon 61°5 6'45.37'' W	200°: Lat 10° 56'32.77'' S Lon 61°5 61°57'1.15' '' W	205°: Lat 10° 56'16.96'' S Lon 61°5 7'14.78'' W	210°: Lat 10°56'4.55'' S Lon 61° 57'28.63'' W	215°: Lat 10° 55'39.56'' S Lon 61°5 7'32.64'' W	220°: Lat 10° 55'26.23'' S Lon 61°5 7'42.41'' W	225°: Lat 10° 55'59.04'' S Lon 61° 57'47.23'' W	230°: Lat 10°55'7.35'' S Lon 61°5 61°58'8.43' '' W	235°: Lat 10°55'5.59'' S Lon 61° 58'34.13'' W
240°: Lat 10° 54'48.39'' S Lon 61°5 8'39.57'' W	245°: Lat 10° 54'41.17'' S Lon 61°59'5.15' '' W	250°: Lat 10°54'25.4'' S Lon 61° 59'17.02'' W	255°: Lat 10°54'4.6'' S Lon 61°5 9'13.58'' W	260°: Lat 10°53'45.8'' S Lon 61° 59'12.88'' W	265°: Lat 10° 53'27.54'' S Lon 61°5 9'10.46'' W	270°: Lat 10°53'9.98'' S Lon 61° 61°59'1.58' '' W	275°: Lat 10° 52'54.48'' S Lon 61°5 8'46.39'' W	280°: Lat 10° 52'42.39'' S Lon 61°5 8'25.31'' W	285°: Lat 10° 52'37.46'' S Lon 61°5 61°57'49.6' '' W	290°: Lat 10°52'27'' S Lon 61°5 7'46.24'' W	295°: Lat 10° 52'10.86'' S Lon 61°5 61°57'55.1' '' W
300°: Lat 10° 51'52.92'' S Lon 61°58'1.9'' W	305°: Lat 10° 51'38.86'' S Lon 61°57'58.5' '' W	310°: Lat 10° 51'27.87'' S Lon 61°5 7'49.91'' W	315°: Lat 10°51'14.3'' S Lon 61° 57'43.79'' W	320°: Lat 10°51'4.65'' S Lon 61° 57'33.07'' W	325°: Lat 10° 50'52.08'' S Lon 61°5 7'24.31'' W	330°: Lat 10° 50'35.97'' S Lon 61°5 7'16.52'' W	335°: Lat 10° 50'20.22'' S Lon 61°5 61°57'6.59' '' W	340°: Lat 10°50'9.51'' S Lon 61° 6'40.35'' W	345°: Lat 10° 49'50.73'' S Lon 61°5 6'40.35'' W	350°: Lat 10° 49'56.17'' S Lon 61°5 6'20.78'' W	355°: Lat 10° 49'58.66'' S Lon 61°56'3.03' '' W

Distância por radial											
0°: 6.2	5°: 6.5	10°: 7	15°: 7.4	20°: 7.4	25°: 7.1	30°: 6.7	35°: 6.4	40°: 5.8	45°: 5.6	50°: 6.1	55°: 5.9
60°: 5.9	65°: 5.9	70°: 5.6	75°: 5.9	80°: 6.1	85°: 6.2	90°: 5.8	95°: 5.6	100°: 5.5	105°: 5.2	110°: 4.8	115°: 4.8

120°: 4.6	125°: 4	130°: 3.9	135°: 4.6	140°: 4.5	145°: 4.8	150°: 4.3	155°: 4.9	160°: 4.8	165°: 5.2	170°: 5.2	175°: 5.3
180°: 6.1	185°: 6.1	190°: 6.7	195°: 7	200°: 6.7	205°: 6.4	210°: 6.2	215°: 5.6	220°: 5.5	225°: 5.2	230°: 5.6	235°: 6.2
240°: 6.1	245°: 6.7	250°: 6.8	255°: 6.5	260°: 6.4	265°: 6.2	270°: 5.9	275°: 5.5	280°: 4.9	285°: 3.9	290°: 3.9	295°: 4.3
300°: 4.8	305°: 4.9	310°: 4.9	315°: 5.1	320°: 5.1	325°: 5.2	330°: 5.5	335°: 5.8	340°: 5.9	345°: 6.4	350°: 6.1	355°: 5.9

Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
						HCI: m	
						ERP Máxima: 0.41 kW	
RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.040014/202 1-24	4494	Ato	ORLE	19/06/2021	25/06/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação	1004522590
Indicativo da Estação	ZYW319
Situação	
Limite para solicitação de Licenciamento	
Data Primeiro Licenciamento	24/05/2018
Data Último Licenciamento	15/09/2021
Número da Licença	53500.057893/2021-23

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
		▼	▼		

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
53900034781201624	1413	Despacho ▼	MCTIC ▼	04/08/2016	16/08/2016

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Razão
9999	85969	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	04/05/1981	06/05/1981	Delibe
9999	721	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Multa
9999	662	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Multa
9999	843	Ato ▼	MC ▼	30/06/1997	08/07/1997	Multa
9999	432	Ato ▼	MC ▼	30/05/2001	07/06/2001	Multa
53500.001897/20	397	Ato ▼	ORLE ▼	25/01/2017	03/05/2017	Autori
53500.040014/20	4494	Ato ▼	ORLE ▼	19/06/2021	25/06/2021	Autori

← Fechar

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183	
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO	
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/05/2031

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Ji-ParanáUF: RO

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 89.9 MHzCANAL: 210

CLASSE: C

COTA BASE DA TORRE: 145.7

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW319

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Ji-Paraná

NUMPROCESSO:

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Costa e SilvaBAIRRO: Jotão

MUNICÍPIO: Ji-ParanáUF: RO

NUMERO: 1297

COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

UF:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos

MODELO: SP 1000 ágil

CÓDIGO: 002480300528

POTÊNCIA: 0.270 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

MODELO:

POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda

MODELO: FMCiro 4H 210

POLARIZAÇÃO: Circular

GANHO: 2.87

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

BEAM TILT: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 49.5 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POLARIZAÇÃO:

GANHO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

BEAM TILT: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems

MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:


RDS


Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 07/12/2021 16:35:26

APLICAÇÃO	Emitido Em 15/09/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbmNhQjoyMDIxNjE0MTkzYjUwNGVhMQ==	
-----------	--------------------------	--	---



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183	
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO	
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/05/2031

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO: Ji-Paraná

UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 89.9 MHz

CLASSE: C

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW319

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Ji-Paraná

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Costa e Silva

MUNICÍPIO: Ji-Paraná

NUMERO: 1297

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

CÓDIGO: 002480300528

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

CÓDIGO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO:

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 49.5 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

POLARIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO:

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

RDS

Código PI:

MODELO: SP 1000 ágil

POTÊNCIA: 0.270 kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

MODELO: FMCiro 4H 210

GANHO: 2.87

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

BEAM TILT: 0 graus

MODELO:

GANHO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

BEAM TILT: graus


MODELO: LCF78-50JA

MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/12/2021 12:24:26

APLICAÇÃO	Emitido Em 15/09/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbnNhOjoyMDIxNjE0MTkzYjUwNGVhMQ==	
-----------	--------------------------	--	---



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:28 do dia 14/01/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/02/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

Data de Envio:

28/06/2022 10:27:39

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

cgfm@mc.com.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Data de Envio:

16/08/2022 11:22:25

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@com.gov.br>

Para:

cgfm@com.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qua, 17/08/2022 11:40

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que em relação à referida entidade consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI n. 53581.000747/2014-44, em fase recursal, de acordo com o qual houve, conforme a PORTARIA Nº 1881/2020/SEI-MCOM, a aplicação da penalidade de **CASSAÇÃO**, com fundamento na alínea "c" do artigo 64 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, em razão da prática de infração capitulada no Parágrafo único do art. 55 do Decreto nº 52.795/1963.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 16 de agosto de 2022 11:22

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Data de Envio:

30/08/2023 10:10:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Anexos:

E_mail_10322301_RESPOSTA_CGFM_430.pdf

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Rubens Gonçalves dos Reis Junior

Qua, 30/08/2023 14:46

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Whendell Pereira de Souza <whendell.souza@mcom.gov.br>; Fernando Ribeiro Ramos <fernando.ramos@mcom.gov.br>; Karina César da Silveira Santos Menezes <karina.menezes@mcom.gov.br>

 1 anexos (105 KB)

E_mail_10322301_RESPOSTA_CGFM_430.pdf;

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga, descumprimento do contrato de concessão ou que trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Att.;

CGFM/DEIRF/SECOE

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 30 de agosto de 2023 10:10**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	48.076.533/0001-83
NOME EMPRESARIAL:	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MOTOKO KONDO MORIMOTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RUTH MEGUMI MORIMOTO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **01/09/2023** às **15:41** (data e hora de Brasília).

[↶ VOLTAR](#)[🖨 IMPRIMIR](#)[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W


ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.	DISTRITO	
BAIRRO Jotão	MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		06/05/2031	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	97.3 MHz	CANAL:	247
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	146
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW319		
NOME FANTASIA:		NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Ji-Paraná		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Costa e Silva	BAIRRO:	Jotão
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
NUMERO:	1297	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO:	SP 3000 ágil
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	3.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO:	SP 1000 ágil
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	1.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
		POTÊNCIA:	
CÓDIGO:			kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda	MODELO:	FMV4RU247
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	2.95 dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	49.5 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Radio Frequency Systems	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 01/09/2023 15:56:01

APLICAÇÃO	Emitido Em 30/12/2022	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZW50bWlnbmNhOjoyMDIyNjNhZW55TGxMGU3NA==	
-----------	--------------------------	--	---

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 48.076.533/0001-83 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/10/1976
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MIGUEL CHAQUIAM	NUMERO 1300	COMPLEMENTO SALA 03
CEP 76.820-124	BAIRRO/DISTRITO EMBRATEL	MUNICÍPIO PORTO VELHO
		UF RO
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (69) 8454-9499/ (69) 9902-1088	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/09/2023 às 16:11:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.076.533/0001-83
Razão Social: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA ME
Endereço: R MIGUEL CHAKIAN 1300 SALA 03 / NOVA PORTO VELHO / PORTO VELHO / RO / 76820-124

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/08/2023 a 29/09/2023

Certificação Número: 2023083105550571546230

Informação obtida em 01/09/2023 16:09:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.076.533/0001-83

Certidão nº: 45504418/2023

Expedição: 01/09/2023, às 16:08:39

Validade: 28/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.076.533/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	
FISTEL:			

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(d) prova de inscrição no CNPJ;

(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;

(i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).

**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 14966/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO MORIMOTO LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Jipará/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declaração, datada e assinada pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

- inexistir parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

ATENÇÃO: Somente serão considerados para fins de instrução processual, os documentos firmados de próprio punho, ou ainda, aqueles assinados de forma eletrônica, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade do subscritor.

3.2. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 04/09/2023, às 14:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11096137** e o código CRC **AC328DB1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 26127/2023/MCOM

Brasília, 04 de setembro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
Rua Miguel Chaquiam, 1300, sala 03
76.820-124 Porto Velho/RO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.001396/2021-14.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 14966/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 04/09/2023, às 14:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11096139** e o código CRC **B61155EA**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 14966 (11096137).
- Requerimento Padrão (11096155).

Data de Envio:

04/09/2023 14:39:45

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com

ruthmorimoto@gmail.com

madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11096139.html

Anexo_11096155_REQ_NOVO.pdf

Nota_Tecnica_11096137.html

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

48.076.533/0001-83

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		
Razão Social	CNPJ	Emails
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	morimotozuleica@gmail.com, ruthmorimoto@gmail.com, madalena.peredo@gmail.com
10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		

Data de Envio:

04/09/2023 14:43:42

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, foi encaminhada notificação à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ 48.076.533/0001-83), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Anexo_11096155_REQ_NOVO.pdf
Nota_Tecnica_11096137.html
Oficio_11096139.html

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.076.533/0001-83									
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		059.548.788-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	22.831.507/0001-20	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	22.831.507/0001-20	Sócio	16000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:32:46

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 023.587.408-61												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO GUAPORE LTDA	04.910.840/0001-42	Sócio	100000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Guajará-Mirim	
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena	

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:33:00

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 023.513.418-05												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena	

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:33:12



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CPF/CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 18:20:37 do dia 06/11/2023 , com validade até o dia 06/12/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: D7HS0IHCWwtWpLFXf5nY

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:17:22 do dia 07/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **monique cabral da silva**

Data/Hora: **07/11/2023 17:21:24**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA **Nº FISTEL:** 50413944409

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 48076533000183

Situação: Não licenciada **Data Validade:** ☒ **CADIN:** Não

Incide FUST: **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:**

Integral ☒ **UF:** RO **Proc. Caducidade:** Não

End. Sede: Rua Miguel Chaquiam 1300 - - Sala 03 **Bairro:** Embratel

Município: Porto Velho **CEP:** 76820-124 **UF:** RO

End. Corresp.: Costa e Silva 1297 **Bairro:** Jotão

Município: Ji-Paraná **CEP:** 76908-279 **UF:** RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	20/06/2017	R\$ 200,00	17/05/2017	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	27/06/2018	R\$ 1.000,00	21/05/2018	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	15/03/2019	330,00	330,00	0003	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	15/03/2019	50,00	50,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	10/03/2020	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	10/03/2020	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	08/03/2021	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	08/03/2021	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2021	15/07/2021	R\$ 280,70	15/06/2021	280,70	280,70	0011	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2021	23/10/2021	R\$ 1.000,00	13/09/2021	1.000,00	1.000,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	23/03/2022	330,00	330,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	23/03/2022	50,00	50,00	0014	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	16/12/2022	R\$ 280,70	23/11/2022	280,70	280,70	0015	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	06/02/2023	R\$ 2.000,00	28/12/2022	2.000,00	2.000,00	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	09/03/2023	660,00	660,00	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	09/03/2023	100,00	100,00	0018	Quitado	0,00
Total devido em 07/11/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 07/11/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/05/2031	
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chaquiam	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Numero: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 247	Frequência: 97.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 4.5706kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 30/12/2022	Número da Licença: 53500.342427/2022-21

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10° 53' 10.00" S	Longitude: 61° 55' 45.98" W	Cota da base: 146 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 3000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.13 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMV4RU247	Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 4.57 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.63	5°: 0.63	10°: 0.63	15°: 0.63	20°: 0.63	25°: 0.63	30°: 0.63	35°: 0.63	40°: 0.53	45°: 0.53	50°: 0.53	55°: 0.53
60°: 0.53	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.44	130°: 0.44	135°: 0.44	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.63	160°: 0.63	165°: 0.63	170°: 0.72	175°: 0.72
180°: 0.72	185°: 0.72	190°: 0.72	195°: 0.72	200°: 0.63	205°: 0.63	210°: 0.63	215°: 0.53	220°: 0.53	225°: 0.44	230°: 0.44	235°: 0.26
240°: 0.26	245°: 0.17	250°: 0.17	255°: 0.08	260°: 0.08	265°: 0.08	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.17	320°: 0.17	325°: 0.26	330°: 0.26	335°: 0.44	340°: 0.44	345°: 0.53	350°: 0.53	355°: 0.63

Coordenadas por radial											
0°: Lat 10°46'52.96" S Lon 61°55'45.98" W	5°: Lat 10°46'30.78" S Lon 61°55'10.43" W	10°: Lat 10°46'16.66" S Lon 61°54'31.8" W	15°: Lat 10°45'57.09" S Lon 61°53'47.91" W	20°: Lat 10°46'8.85" S Lon 61°53'9.95" W	25°: Lat 10°46'45.29" S Lon 61°52'43.38" W	30°: Lat 10°47'22.92" S Lon 61°52'22.01" W	35°: Lat 10°47'53.36" S Lon 61°52'0.29" W	40°: Lat 10°48'42.95" S Lon 61°51'57.87" W	45°: Lat 10°49'6.84" S Lon 61°51'38.46" W	50°: Lat 10°49'16.76" S Lon 61°51'3.03" W	55°: Lat 10°49'44.58" S Lon 61°50'47.36" W
60°: Lat 10°50'13.29" S Lon 61°50'34.45" W	65°: Lat 10°50'36.62" S Lon 61°50'11.19" W	70°: Lat 10°51'12.35" S Lon 61°50'17" W	75°: Lat 10°51'37.27" S Lon 61°49'53.82" W	80°: Lat 10°52'6.93" S Lon 61°49'42.17" W	85°: Lat 10°52'37.07" S Lon 61°49'23.52" W	90°: Lat 10°53'9.94" S Lon 61°49'46.19" W	95°: Lat 10°53'39.91" S Lon 61°49'57.17" W	100°: Lat 10°54'7.18" S Lon 61°50'15.42" W	105°: Lat 10°54'31.58" S Lon 61°50'35.75" W	110°: Lat 10°54'48.1" S Lon 61°51'11.4" W	115°: Lat 10°55'11.22" S Lon 61°51'21.15" W
120°: Lat 10°55'26.32" S Lon 61°51'45.46" W	125°: Lat 10°55'27.35" S Lon 61°52'26.18" W	130°: Lat 10°55'34.78" S Lon 61°52'50.23" W	135°: Lat 10°56'26.16" S Lon 61°52'26.17" W	140°: Lat 10°56'31.61" S Lon 61°52'53.66" W	145°: Lat 10°57'5.01" S Lon 61°52'58.36" W	150°: Lat 10°56'53.83" S Lon 61°53'34.35" W	155°: Lat 10°57'38.62" S Lon 61°53'38.39" W	160°: Lat 10°57'39.61" S Lon 61°54'6.03" W	165°: Lat 10°58'10.04" S Lon 61°54'24.09" W	170°: Lat 10°58'20.58" S Lon 61°54'50.2" W	175°: Lat 10°58'38.34" S Lon 61°55'16.72" W
180°: Lat 10°59'17.54" S Lon 61°55'45.98" W	185°: Lat 10°59'11.42" S Lon 61°56'18.19" W	190°: Lat 10°59'49.32" S Lon 61°56'57.71" W	195°: Lat 10°59'55.4" S Lon 61°57'36.65" W	200°: Lat 10°59'26.56" S Lon 61°58'5.61" W	205°: Lat 10°59'0.29" S Lon 61°58'32.38" W	210°: Lat 10°58'32.39" S Lon 61°58'55.6" W	215°: Lat 10°57'51.63" S Lon 61°59'6.86" W	220°: Lat 10°57'22.47" S Lon 61°59'21.78" W	225°: Lat 10°56'52.98" S Lon 61°59'33.12" W	230°: Lat 10°56'50.97" S Lon 62°0'14.26" W	235°: Lat 10°56'48.93" S Lon 62°1'4.51" W
240°: Lat 10°56'11.35" S Lon 62°1'5.99" W	245°: Lat 10°55'59.3" S Lon 62°1'55.89" W	250°: Lat 10°55'30.23" S Lon 62°2'18.59" W	255°: Lat 10°54'52.42" S Lon 62°2'15.54" W	260°: Lat 10°54'17.05" S Lon 62°2'13.63" W	265°: Lat 10°53'42.79" S Lon 62°2'8.47" W	270°: Lat 10°53'9.93" S Lon 62°1'50.61" W	275°: Lat 10°52'41.22" S Lon 62°1'20.34" W	280°: Lat 10°52'19.31" S Lon 62°0'38.47" W	285°: Lat 10°52'10.44" S Lon 9'32.22" W	290°: Lat 10°51'51.31" S Lon 9'26.07" W	295°: Lat 10°51'18.73" S Lon 9'48.88" W
300°: Lat 10°50'48.88" S Lon 9°54.81" W	305°: Lat 10°50'22.68" S Lon 9°49.24" W	310°: Lat 10°49'59.44" S Lon 9°37.17" W	315°: Lat 10°49'37.03" S Lon 9°22.79" W	320°: Lat 10°49'19.28" S Lon 61°59'3.07" W	325°: Lat 10°48'55.52" S Lon 8°47.38" W	330°: Lat 10°48'20.43" S Lon 8°36.17" W	335°: Lat 10°47'54.07" S Lon 8°15.95" W	340°: Lat 10°47'29.07" S Lon 61°57'52.3" W	345°: Lat 10°47'1.23" S Lon 57°26.57" W	350°: Lat 10°47'3.36" S Lon 56°51.79" W	355°: Lat 10°47'18.02" S Lon 6°17.33" W

Distância por radial											
0°: 11.6	5°: 12.4	10°: 13	15°: 13.8	20°: 13.8	25°: 13.1	30°: 12.4	35°: 11.9	40°: 10.8	45°: 10.6	50°: 11.2	55°: 11.1
60°: 10.9	65°: 11.2	70°: 10.6	75°: 11.1	80°: 11.2	85°: 11.6	90°: 10.9	95°: 10.6	100°: 10.2	105°: 9.7	110°: 8.9	115°: 8.9
120°: 8.4	125°: 7.4	130°: 7	135°: 8.6	140°: 8.1	145°: 8.9	150°: 8	155°: 9.2	160°: 8.9	165°: 9.6	170°: 9.7	175°: 10.2

180°: 11.4	185°: 11.2	190°: 12.5	195°: 13	200°: 12.4	205°: 11.9	210°: 11.5	215°: 10.6	220°: 10.2	225°: 9.7	230°: 10.6	235°: 11.8
240°: 11.2	245°: 12.4	250°: 12.7	255°: 12.2	260°: 11.9	265°: 11.6	270°: 11.1	275°: 10.2	280°: 9	285°: 7.1	290°: 7.1	295°: 8.1
300°: 8.7	305°: 9	310°: 9.2	315°: 9.3	320°: 9.3	325°: 9.6	330°: 10.3	335°: 10.8	340°: 11.2	345°: 11.8	350°: 11.5	355°: 10.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP 1000 ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 4.57 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.040014/202 1-24	4494	Ato	ORLE	19/06/2021	25/06/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332344/202 2-24	9477227	Ato	ORLE	24/11/2022	16/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											



BOA TARDE
Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	48.076.533/0001-83

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 68900376187 - Renata Vieira Machado Data: 15/11/2023 Hora: 14:27:05



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

CONJUR
Fls. 94
Rúbrica
M. das Comunicações

PARECER Nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU
PROCESSO nº 53000.028898/2013
INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.
ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

I - Consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre pedidos de renovação de outorga apresentados antecipadamente ao Ministério das Comunicações sem atendimento do prazo previsto em lei.

II - Observância obrigatória do art. 4º da Lei nº 5.785/72, que fixa o período compreendido entre três e seis meses anteriores ao término do prazo da outorga para apresentação do requerimento de renovação.

III - Restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre a possibilidade de o Ministério das Comunicações conhecer de pedido de renovação de outorga apresentado antes do período fixado na legislação.

2. A consulta foi formulada na Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC emitida pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial nos seguintes termos:

"a) O Ministério pode conhecer e, uma vez cumpridas as exigências legais, deferir o pedido de renovação de outorga para o novo período, embora o requerimento tenha sido apresentado antes do prazo máximo fixado no art. 4º § 1º da Portaria 329/12, que recepcionou o Decreto nº 88.066/67, ou seja, antes de 6 meses para o vencimento da outorga, para este processo e também para todos os demais casos que se encontrem em situação similar?

b) Em caso positivo, qual seria o tempo máximo de antecipação a ser considerado razoável para conhecimento e deferimento do pedido apresentado antecipadamente?"

3. De acordo com a referida manifestação, a entidade Sistema de Comunicação Riwen Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, formulou pedido de renovação da outorga dois meses antes do prazo previsto na legislação. Contudo, apresentou, segundo o órgão, toda documentação exigida pela Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, preenchendo, portanto, os requisitos para obter o deferimento de seu pedido.

4. Esclarecido o tema, passamos ao seu exame.

5. O prazo para as entidades delegatárias do serviço de radiodifusão solicitarem renovação de suas outorgas encontra-se fixado no art. 4º da Lei nº 5.785/72. A norma determina que o pedido de renovação deve ser apresentado ao Poder Público no período compreendido entre seis e três meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. A matéria encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83 e tratada na Portaria nº 329/2012 do Ministério das Comunicações.

6. Desse modo, não restam dúvidas de que qualquer pedido formulado fora do prazo legalmente previsto será extemporâneo e não deverá sequer ser recebido pelo Poder Público. A lei não

[Assinatura]

deixa margem de discricionariedade para o administrador. Por esse motivo, não é possível fixar prazo razoável para conhecer de pedidos antecipados, conforme pretende o órgão consulente.

7. A recomendação adequada é de que o Poder Público informe ao interessado, tão logo receba o pedido renovação, o prazo correto, estabelecido por lei, para interposição do requerimento. Assim, são evitadas situações de ilegalidade.

8. Observamos na prática, contudo, que diversos pedidos de renovação formulados antecipadamente foram recebidos e processados pelo Poder Público. Nessas situações, sem que tenha sido constatada ofensa ao interesse público, não é razoável nem proporcional que se indefira o pedido de renovação simplesmente por ter sido formulado antes do prazo. Todavia, é imprescindível que todos os documentos apresentados estejam válidos dentro do período correto para apresentação do requerimento. Além disso, seria adequado que o interessado ratificasse o pedido anterior.

9. Importante registrar que essa prática não é recomendada. Apenas em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento. Ainda assim, necessário que sejam atendidas as recomendações constantes do item anterior.

10. Na hipótese em questão, verificamos que a entidade ratificou o pedido de renovação proposto antecipadamente (fl. 88). Contudo, observamos que algumas certidões fiscais foram apresentadas vencidas, razão pela qual entendemos que não foram cumpridos os requisitos legais, ao contrário do que fora informado pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão. Outrossim, não há no processo comprovante de recolhimento da contribuição sindical relativa ao empregador dos últimos cinco anos, nem declaração expressa de que a entidade conhece e adere às cláusulas baixadas pelo Decreto nº 88.066/83, que regulamenta a Lei nº 5.785/72, consoante exigem, respectivamente, as alíneas "a" e "b" do art. 3º do referido regulamento.

11. Desse modo, embora não existam na situação ora analisada razões que recomendem, em princípio, o não conhecimento do pedido, é certo que a instrução processual deve ser complementada a fim de observar as recomendações constantes dos itens 9 e 10 deste Parecer.

12. Feitos esses esclarecimentos, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 11 de junho de 2014.


DANIELLE LUSTZ PORTELLA BRASIL
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2191/2014/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU
PROCESSO nº 53000.028898/2013
INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.
ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

Aprovo o PARECER Nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à apreciação do Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 16 de junho de 2014.

Tatiane Cavalcante Flores Razuk
Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica - substituta



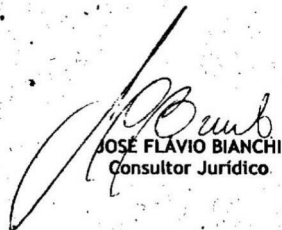
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2192/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU.
PROCESSO nº 53000.028898/2013
INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.
ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

Aprovo o DESPACHO Nº 2192/2014/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União, Dra. Tatiane Cavalcante Flores Razuk, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 725/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Restituam-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 18 de junho de 2014.


JOSE FLAVIO BIANCHI
Consultor Jurídico



Estações

Voltar

1 total de registros																			1 - 50	50	Atualizar	Filtrar
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP			
Visualizar em PDF	FM-C4 (Canal Licenciado)	48076533000183	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	50413944409	P	Comercial	FM	230	RO	Ji-Paraná		247		97.3	B1	Principal	10° 53' 10.00" S	61° 55' 45.98" W	4.5706			

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.001396/2021-14**Entidade:** EMPRESA DE RÁDIO-DIFUSÃO MORIMOTO LTDA**CNPJ nº:** 48.076.533/0001-83**FISTEL nº:** 50413944409**Localidade:** Ji-Paraná/RO**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 14/01/2021**Período:** 21/05/2021 a 21/05/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial (adaptada).() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6378071 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021) - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pelo representante legal da entidade à época, Motoko Kondo Morimoto (SUPER 6378071 - Págs. 4-11).
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11130059 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11190687 11216859</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>6513339 Pág. 6</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	<p>Em conformidade com o QSA (11094007)</p>
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11130059 Pág. 6</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	

5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11094148 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 6513339 Pág. 7 E 6513339 Pág. 8 M 6513339 Pág. 9	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11204011	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 6513339 Pág. 7 FGTS 11094148 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11094148 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	MOTOKO KONDO MORIMOTO 7494833 Págs. 1-2 RUTH MEGUMI MORIMOTO 7494833 Pág. 5 ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO 7494833 Pág. 6	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	

11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11094087	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11204011 11204050	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11089801	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11201613	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11093874** e o código CRC **DEC3F8C0**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19690/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 48.076.533/0001-83**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ji-Paraná/RO, vinculado ao **FISTEL nº 50413944409**, referente ao período de 21 de maio de 2021 a 21 de maio de 2031.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à entidade Empresa de **Radiodifusão Morimoto Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão em onda média, conforme Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de maio de 1981 (SUPER7143160 - Págs. 6-7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de maio de 1981 (SUPER 7143160 - Págs. 1-5)

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 7143176).

8. Concernente ao período de **1991-2001**, a pessoa jurídica protocolou o requerimento de renovação em 25 de janeiro de 1991, de forma antecipada, gerando o protocolo nº 29120.000017/1991-11, Com efeito, a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 21 de novembro de 1991 e 21 de fevereiro de 1992. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre o assunto, faz-se necessário rememorar que, em consulta formulada pela então Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio da Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC, nos autos do processo nº 53000.028898/2013, solicitou-se à unidade consultiva esclarecimentos acerca da possibilidade de conhecimento de pedidos apresentados antes do prazo fixado na legislação. Em resposta, a Conjur, nos termos do Parecer nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, exarou o entendimento de que *em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento* (SUPER 11216876).

10. Quanto ao período de **2001-2011**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº 53000.062782/2005-50, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 24 de janeiro de 2006, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER032327 - Pág. 6). O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

11. Já para o período de **2011 - 2021**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração o processo administrativo nº 53000.057787/2011-17 que foi instaurado de ofício, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos (protocolo nº 01250.003073/2018-10), esclarecendo que, mediante o protocolo nº 01250.007094/2016-34 (SUPER1556542 - Pág. 1), já havia apresentado o requerimento, em 10 de dezembro de 2016. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SUPER 11204180).

16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

18. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de janeiro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6378071). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 21 de maio de 2020 a 21 de maio de 2021.

19. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER11093874). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

20. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

21. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11093874).

22. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 30 de outubro de 2023 e em 15 de novembro de 2023 (SUPER 11190687 e 11216859).

23. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais e em **frequência modulada**, ambos na localidade de **Ji-Paraná/RO**. A interessada explora, ainda, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, na localidade de Vilhena/RO, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Motoko Kondo Morimoto compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Velho/RO. A sócia Ruth Megume Morimoto integra o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarájá-Mirim/RO. Já a sócia Zuleica Yoshiko Morimoto não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
24. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER11212606). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11089801).
25. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11093874).
26. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11094148 - Pág. 1).
27. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.
28. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:
- Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)
- § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)
- § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)
- I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)
- a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)
- c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)
- II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)
- a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)
- b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)
- III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

29. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

30. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

31. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de dezembro de 2022, com validade até 6 de maio de 2031 (SUPER 11094087 e SUPER 11216883).

32. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 7 de novembro de 2023 (SUPER11204011). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER11204050). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

33. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ji-Paraná/RO, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SUPER 11204180).

CONCLUSÃO

34. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

35. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao

encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

36. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

37. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201616** e o código CRC **0DCB73A0**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11201635)
- Minuta Exposição de Motivos (11201636)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE
PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201635** e o código CRC **9EDB656B**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGJ, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201636** e o código CRC **5A62E2DE**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11137, de 20 de novembro de 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/12/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11224418** e o código CRC **A1EB7036**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 20 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria MCOM nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/12/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11224425** e o código CRC **57F95B05**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44175/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 11137/2023(11224418) e Exposição de Motivos nº 452/2023 (11224425)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 19690/2023/MCOM (11201616), encaminho a Portaria nº 11137/2023(11224418) e Exposição de Motivos nº 452/2023 (11224425), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 08/12/2023, às 17:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11224454** e o código CRC **AB9711FC**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 13/12/2023 17:09:14
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10047928
Data prevista de publicação: 14/12/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21229192	PORTARIA MCOM NA 11052.rtf	fc8889c6072321c2 36428f1ebca40ac1	7,00	R\$ 272,44
21229193	PORTARIA MCOM NA 11231.rtf	449eae48657d03f1 0e4be17c62d09327	7,00	R\$ 272,44
21229194	PORTARIA MCOM NA 11232.rtf	7ffe4f2486d505a4 a6b77e42b51ecf17	7,00	R\$ 272,44
21229195	PORTARIA MCOM NA 11247.rtf	ec41aafa1ba3c366 b87d1b79ff640212	21,00	R\$ 817,32
21229196	PORTARIA MCOM NA 11059.rtf	efb9bf13eadb07f6 8a8de99b1e83c48d	9,00	R\$ 350,28
21229197	PORTARIA MCOM NA 11061.rtf	bbd7c70a537be98f ed1c4477d8672744	8,00	R\$ 311,36
21229198	PORTARIA MCOM NA 11079.rtf	b0d166f5416d1f26 0e0a1c02ae25dfffb	8,00	R\$ 311,36
21229199	PORTARIA MCOM NA 11136.rtf	a76b146b1a01f9f9 ddd23740b3aa2ff4	8,00	R\$ 311,36
21229200	PORTARIA MCOM NA 11137.rtf	dd0e84dc6cf9d359 41375681a5113e21	8,00	R\$ 311,36
21229201	PORTARIA MCOM NA 11216.rtf	efd725babacc43a b3d3f104d07de1dd	18,00	R\$ 700,56
21229202	PORTARIA MCOM NA 11217.rtf	ed5dce633636f6b1 d84300a1b9b5a86b	26,00	R\$ 1.011,92
21229203	PORTARIA MCOM NA 11218.rtf	e99849dab8b0c099 a1a4cced1d8f565d	18,00	R\$ 700,56
TOTAL DO OFICIO			145,00	R\$ 5.643,40

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/12/2023 | Edição: 237 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.137, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/05/2031	
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chaquiam	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Numero: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 247	Frequência: 97.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 4.5706kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 30/12/2022	Número da Licença: 53500.342427/2022-21

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10° 53' 10.00" S	Longitude: 61° 55' 45.98" W	Cota da base: 146 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 3000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.13 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMV4RU247	Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 4.57 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.63	5°: 0.63	10°: 0.63	15°: 0.63	20°: 0.63	25°: 0.63	30°: 0.63	35°: 0.63	40°: 0.53	45°: 0.53	50°: 0.53	55°: 0.53
60°: 0.53	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.44	130°: 0.44	135°: 0.44	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.63	160°: 0.63	165°: 0.63	170°: 0.72	175°: 0.72
180°: 0.72	185°: 0.72	190°: 0.72	195°: 0.72	200°: 0.63	205°: 0.63	210°: 0.63	215°: 0.53	220°: 0.53	225°: 0.44	230°: 0.44	235°: 0.26
240°: 0.26	245°: 0.17	250°: 0.17	255°: 0.08	260°: 0.08	265°: 0.08	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.17	320°: 0.17	325°: 0.26	330°: 0.26	335°: 0.44	340°: 0.44	345°: 0.53	350°: 0.53	355°: 0.63

Coordenadas por radial											
0°: Lat 10°46'52.96" S Lon 61°55'45.98" W	5°: Lat 10°46'30.78" S Lon 61°55'10.43" W	10°: Lat 10°46'16.66" S Lon 61°54'31.8" W	15°: Lat 10°45'57.09" S Lon 61°53'47.91" W	20°: Lat 10°46'8.85" S Lon 61°53'9.95" W	25°: Lat 10°46'45.29" S Lon 61°52'43.38" W	30°: Lat 10°47'22.92" S Lon 61°52'22.01" W	35°: Lat 10°47'53.36" S Lon 61°52'0.29" W	40°: Lat 10°48'42.95" S Lon 61°51'57.87" W	45°: Lat 10°49'6.84" S Lon 61°51'38.46" W	50°: Lat 10°49'16.76" S Lon 61°51'3.03" W	55°: Lat 10°49'44.58" S Lon 61°50'47.36" W
60°: Lat 10°50'13.29" S Lon 61°50'34.45" W	65°: Lat 10°50'36.62" S Lon 61°50'11.19" W	70°: Lat 10°51'12.35" S Lon 61°50'17" W	75°: Lat 10°51'37.27" S Lon 61°49'53.82" W	80°: Lat 10°52'6.93" S Lon 61°49'42.17" W	85°: Lat 10°52'37.07" S Lon 61°49'23.52" W	90°: Lat 10°53'9.94" S Lon 61°49'46.19" W	95°: Lat 10°53'39.91" S Lon 61°49'57.17" W	100°: Lat 10°54'7.18" S Lon 61°50'15.42" W	105°: Lat 10°54'31.58" S Lon 61°50'35.75" W	110°: Lat 10°54'48.1" S Lon 61°51'11.4" W	115°: Lat 10°55'11.22" S Lon 61°51'21.15" W
120°: Lat 10°55'26.32" S Lon 61°51'45.46" W	125°: Lat 10°55'27.35" S Lon 61°52'26.18" W	130°: Lat 10°55'34.78" S Lon 61°52'50.23" W	135°: Lat 10°56'26.16" S Lon 61°52'26.17" W	140°: Lat 10°56'31.61" S Lon 61°52'53.66" W	145°: Lat 10°57'5.01" S Lon 61°52'58.36" W	150°: Lat 10°56'53.83" S Lon 61°53'34.35" W	155°: Lat 10°57'38.62" S Lon 61°53'38.39" W	160°: Lat 10°57'39.61" S Lon 61°54'6.03" W	165°: Lat 10°58'10.04" S Lon 61°54'24.09" W	170°: Lat 10°58'20.58" S Lon 61°54'50.2" W	175°: Lat 10°58'38.34" S Lon 61°55'16.72" W
180°: Lat 10°59'17.54" S Lon 61°55'45.98" W	185°: Lat 10°59'11.42" S Lon 61°56'18.19" W	190°: Lat 10°59'49.32" S Lon 61°56'57.71" W	195°: Lat 10°59'55.4" S Lon 61°57'36.65" W	200°: Lat 10°59'26.56" S Lon 61°58'5.61" W	205°: Lat 10°59'0.29" S Lon 61°58'32.38" W	210°: Lat 10°58'32.39" S Lon 61°58'55.6" W	215°: Lat 10°57'51.63" S Lon 61°59'6.86" W	220°: Lat 10°57'22.47" S Lon 61°59'21.78" W	225°: Lat 10°56'52.98" S Lon 61°59'33.12" W	230°: Lat 10°56'50.97" S Lon 62°0'14.26" W	235°: Lat 10°56'48.93" S Lon 62°0'14.51" W
240°: Lat 10°56'11.35" S Lon 62°1'5.99" W	245°: Lat 10°55'59.3" S Lon 62°1'55.89" W	250°: Lat 10°55'30.23" S Lon 62°2'18.59" W	255°: Lat 10°54'52.42" S Lon 62°2'15.54" W	260°: Lat 10°54'17.05" S Lon 62°2'13.63" W	265°: Lat 10°53'42.79" S Lon 62°2'8.47" W	270°: Lat 10°53'9.93" S Lon 62°1'50.61" W	275°: Lat 10°52'41.22" S Lon 62°1'20.34" W	280°: Lat 10°52'19.31" S Lon 62°0'38.47" W	285°: Lat 10°52'10.44" S Lon 62°0'38.47" W	290°: Lat 10°51'51.31" S Lon 62°0'38.47" W	295°: Lat 10°51'18.73" S Lon 62°0'38.47" W
300°: Lat 10°50'48.88" S Lon 61°59'54.81" W	305°: Lat 10°50'22.68" S Lon 61°59'49.24" W	310°: Lat 10°49'59.44" S Lon 61°59'37.17" W	315°: Lat 10°49'37.03" S Lon 61°59'22.79" W	320°: Lat 10°49'19.28" S Lon 61°59'3.07" W	325°: Lat 10°48'55.52" S Lon 61°58'47.38" W	330°: Lat 10°48'20.43" S Lon 61°58'36.17" W	335°: Lat 10°47'54.07" S Lon 61°58'15.95" W	340°: Lat 10°47'29.07" S Lon 61°57'52.3" W	345°: Lat 10°47'1.23" S Lon 61°57'26.57" W	350°: Lat 10°47'3.36" S Lon 61°56'51.79" W	355°: Lat 10°47'18.02" S Lon 61°56'17.33" W

Distância por radial											
0°: 11.6	5°: 12.4	10°: 13	15°: 13.8	20°: 13.8	25°: 13.1	30°: 12.4	35°: 11.9	40°: 10.8	45°: 10.6	50°: 11.2	55°: 11.1
60°: 10.9	65°: 11.2	70°: 10.6	75°: 11.1	80°: 11.2	85°: 11.6	90°: 10.9	95°: 10.6	100°: 10.2	105°: 9.7	110°: 8.9	115°: 8.9
120°: 8.4	125°: 7.4	130°: 7	135°: 8.6	140°: 8.1	145°: 8.9	150°: 8	155°: 9.2	160°: 8.9	165°: 9.6	170°: 9.7	175°: 10.2

180°: 11.4	185°: 11.2	190°: 12.5	195°: 13	200°: 12.4	205°: 11.9	210°: 11.5	215°: 10.6	220°: 10.2	225°: 9.7	230°: 10.6	235°: 11.8
240°: 11.2	245°: 12.4	250°: 12.7	255°: 12.2	260°: 11.9	265°: 11.6	270°: 11.1	275°: 10.2	280°: 9	285°: 7.1	290°: 7.1	295°: 8.1
300°: 8.7	305°: 9	310°: 9.2	315°: 9.3	320°: 9.3	325°: 9.6	330°: 10.3	335°: 10.8	340°: 11.2	345°: 11.8	350°: 11.5	355°: 10.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP 1000 ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 4.57 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.040014/202 1-24	4494	Ato	ORLE	19/06/2021	25/06/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332344/202 2-24	9477227	Ato	ORLE	24/11/2022	16/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150013962021 14	11137	Portaria	MC	20/11/2023	14/12/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento											



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45230/2023/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 452 (11224425)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 11137/2023/SEI-MCOM (11273376), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 452 (11224425), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 14/12/2023, às 14:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11274083** e o código CRC **2436A872**.

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada em 14 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37355/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.001396/2021-14.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/12/2023, às 20:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279487** e o código CRC **A700AC20**.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO		
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	
<i>CNPJ:</i>	48.076.533/0001-83	<i>CEP da sede:</i> 76.820-124
<i>Endereço da sede:</i>	RUA MIGUEL CHAQUIAM, 1300, SALA 03, EMBRATEL – PORTO VELHO-RO.	
<i>E-mail de contato:</i>	pauloagustofm@gmail.com	
<i>Serviço a ser renovado:</i>	(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais
	() Radiodifusão de sons e imagens	
<i>Período da renovação:</i>	21/05/2021 A 21/05/2031	
<i>Localidade da renovação:</i>	JI-PARANÁ	<i>UF:</i> RO

Eu, MOTOKO KONDO MORIMOTO, inscrito no CPF sob o nº 059.548.788-20, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Ji-Paraná/RO, 07 de Janeiro de 2021.


MOTOKO KONDO MORIMOTO

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**EMPRESA RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA.
CNPJ/MF 48.076.533/0001-83 – NIRE 11.200.349.944**

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

1) MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, natural de Uberlândia/MG, em 14/11/1938, Viúva, Pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.225.440 SSP/SP; inscrito no CPF/MF sob nº 059.548.788-20; residente e domiciliada à Rua SKN, nº 310 Bloco L, apto. 402 – Bairro Asa Norte – Cidade de Brasília/DF, CEP: 70756-120;

2) RUTH MEGUMI MORIMOTO; brasileira, Casada no regime parcial de bens; Advogada, nascida na cidade de Andradina/SP em 21/05/1957; portadora da cédula de identidade RG nº 7.499.597 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.587.408-61; residente e domiciliada à Rua Silas Shookmes nº 1455, Jardim das Mangueiras II, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76820-476 e;

2) ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO; brasileira, Solteira, Arquiteta, nascida na cidade de Andradina/SP em 08/07/1955; portadora da cédula de identidade RG nº 6.866.855 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.513.418-05, residente e domiciliada à Av. Capitão Castro nº 3027, Centro, na cidade de Vilhena/RO – CEP: 76980-000;

Todos sócios da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**, estabelecida à Rua Miguel Chaquiam, nº 1300, sala 03, no bairro Embratel, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia - CEP 76820-124, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.076.533/0001-83, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de RONDONIA – JUCER/RO, com NIRE sob nº. 11200349944, em sessão de 26/04/2000, e algumas alterações, conforme segue:

1ª Alteração Contratual nº	1.118.640/80	em sessão de	30/07/1980	JUCESP
2ª Alteração Contratual nº	86.383/82	em sessão de	14/07/1982	JUCESP
3ª Alteração Contratual nº	137.975/99-5	em sessão de	16/08/1999	JUCESP
4ª Alteração Contratual nº	11.200.349.944	em sessão de	26/04/2000	JUCER
5ª Alteração Contratual nº	110.293.974	em sessão de	21/02/2005	JUCER
6ª Alteração Contratual nº	110.425.812	em sessão de	26/12/2013	JUCER

Registrada sob forma de **Sociedade Empresária Limitada** nos termos da Lei nº. 10.406/2002, e representando a totalidade do capital social, **resolvem de pleno e comum acordo entre si**, na melhor forma de Direito, conforme as disposições do presente instrumento Particular de Alteração, **Consolidar o Contrato Social**, mediante as deliberações, cláusulas e condições mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas neste instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

I – DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

Artigo 1º - A sociedade girará sob a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA** com sede social e foro na Rua Miguel Chaquiam, nº 1300, sala 03, no bairro Embratel, Porto Velho/RO - CEP 76820-124.

II – FILIAIS

Artigo 2º – Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pela maioria representativa do capital social.

III – PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

Artigo 3º – A Sociedade teve o início de suas atividades operacionais na data de 05/10/1976 e o prazo de duração será por tempo indeterminado.

IV – OBJETO SOCIAL

Artigo 4º – A sociedade tem por objetivo explorar o ramo de : atividade de rádio, Atividade de televisão aberta, produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais.

V - CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO.

Artigo 5º - O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente integralizada neste ato, assim distribuídas entre os sócios;

Sócio	quotas	Valor R\$	Em %
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00	40,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00	25,00
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	3.500	3.500,00	35,00
Total	10.000	10.000,00	100,00

Parágrafo 1º - O valor das quotas subscritas está totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente no País.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do Capital Social, em conformidade com o artigo 1.052 da lei 10.406/02.

Parágrafo 3º - Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/02 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 4º - Em caso de aumento de Capital, os sócios quotistas terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, proporcionalmente ao número das que já possuam no Capital da Sociedade, tendo os sócios o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o seu direito de preferência na subscrição das quotas.

VI - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º - A sociedade será administrada pela sócia: **Motoko Kondo Morimoto**, acima qualificada, cabendo a ela a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos necessários para a gestão da sociedade compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade. **Inclusive, isoladamente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.** Sendo autorizado o uso do nome empresarial. Fica expressamente proibido o uso da firma em atividades estranhas ao objeto social, tais como: abono, aval e cessão de cartas de fiança que impliquem responsabilidade para a sociedade diversa do fim para o qual foi constituída, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. O administrador responderá pessoalmente pelos excessos eventualmente praticados.

Parágrafo Primeiro - Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406/02, fica autorizado a alteração deste Contrato social para permitir a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços do Capital Social



Parágrafo Segundo - O administrador poderá constituir procuradores, com poderes específicos, especificando claramente os poderes, e, com a exceção das procurações "ad judicia", estabelecer os prazos conferidos aos procuradores.

VII - REMUNERAÇÃO

Artigo 7º - Os sócios, deliberarão sobre a retirada mensal a título de pró-labore, cujo o valor será fixado de comum acordo entre os sócios, sendo observadas as disposições regulamentares pertinentes.

VIII - DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 8º - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas na forma do artigo 1.072 do Código Civil.

IX - CONSELHO FISCAL E REUNIÕES

Artigo 09º - Fica estabelecido que a sociedade não tenha Conselho Fiscal.

parágrafo único: A sociedade está dispensada de formalidades tais como, publicação ou notificação de convocação aos sócios para as reuniões. As reuniões serão convocadas por escrito em uma lista simples, com coleta individual. As reuniões poderão ser objeto de Ata, sujeita a arquivo na JUCESP, dispensando a sociedade da manutenção e lavratura do livro de ata.

Artigo 10º - Os sócios poderão reunir-se sempre que for necessário, mediante a convocação, conforme descrito no parágrafo acima, do sócio Majoritário ou dos sócios minoritário, cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social. Para que as deliberações sejam válidas, será necessária a presença da maioria societária e o quorum para decisão será a maioria simples. No caso de empate, o sócio majoritário terá o direito do segundo voto de desempate.

Parágrafo único: Os sócios realizarão pelo menos uma reunião anual até o último dia do quarto mês seguinte ao encerramento do exercício social, para aprovação das contas dos administradores, deliberação sobre o Balanço Anual e demais assuntos de interesse da sociedade.

X - DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 11º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de Dezembro de cada ano. Quando será levantado o balanço Patrimonial da Sociedade, bem como as demais demonstrações relativas ao exercício social findo. Sendo a ocasião em que os sócios deliberarão sobre a destinação do resultado apurado.

Parágrafo Primeiro - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo Segundo - A sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestrais, quadrimestrais, trimestrais, bimensais e até mensais, ou qualquer outra periodicidade



menor que a anual, para fins contábeis, ou para a verificação da situação financeira, observadas as disposições legais, com base nos quais os sócios, representando a maioria do capital, poderão deliberar sobre a distribuição de lucros.

Parágrafo Terceiro - O prejuízo do exercício será, obrigatoriamente, absorvido pelos Lucros Acumulados e Pelas Reservas de Lucros, nesta ordem e, eventuais prejuízos remanescentes, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas respectivas quotas de Capital.

Parágrafo quarto - As distribuições dos lucros não necessitam ser proporcionais à participação de cada sócio no Capital Social da Sociedade, entretanto, sempre que assim decidirem, deverá haver a aprovação de todos os sócios que participem do capital social. Os quais, formalizarão por escrito os valores e a parcela que caberá a cada sócio, bem como o período e a forma que será distribuído.

Parágrafo quinto : Por deliberação dos sócios representando a maioria do Capital Social, poderão ser pagos ou creditados aos sócios os juros, a título de remuneração sobre capital próprio, na forma e limite permitidos por lei.

XI - REGÊNCIA

Artigo 12º - Este Contrato Social será regido pela Lei nº 10.406/02, tendo como regência supletiva a Lei 6.404/76

XII - CESSÃO DE QUOTAS

Artigo 13º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, se colocadas à venda. E se realizada a cessão delas, deve-se formalizá-la, levando-se à registro na Jucesp a alteração Contratual pertinente.

Parágrafo Primeiro - O sócio que por qualquer motivo pretender retirar-se da sociedade deverá comunicar por escrito e com antecedência mínima de 90 (Noventa) dias.

Parágrafo Segundo:- Concretizando-se a saída do sócio sem alienação das suas quotas, aos demais sócios ou a terceiros, a sociedade reembolsará o valor da sua participação, o qual será apurado pelo valor do patrimônio Líquido, através de Balanço Especial a ser procedido. Sendo o respectivo pagamento efetuado nas condições a serem acordadas, na ocasião. Sempre em prazo não inferior a 12 (Doze) meses, e em caso de ser parcelado, corrigido por índice de inflação vigente à época.

XIII - DA EXCLUSÃO

Artigo 14º- Por decisão de quotistas que representem a maioria do Capital Social, poderá ser determinada a exclusão de sócios do quadro social, nos seguintes casos:

- Violação de cláusula contratual e/ou falta de cumprimento dos deveres sociais;

- Comprometimento, por atos ou omissões da sobrevivência normal da sociedade, ou do desenvolvimento e expansão dos negócios sociais;
- Uso indevido da firma ou da denominação social;
- Desarmonia ou séria divergência com quotista que representem a maioria do Capital Social, com efeitos negativos para a sociedade;
- Superveniência de incapacidade física ou mental;
- Prática de atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais;
- Ocorrência de qualquer outro motivo justo para a exclusão.

XIV - O FALECIMENTO, RETIRADA OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Artigo 15º - Os casos de retiradas de sócios, dissolução e liquidação de sociedade serão resolvidos consoantes disposições do Código Civil, aplicáveis ao presente contrato.

Artigo 16º - O falecimento, retirada ou interdição de sócio, não operará a Extinção da sociedade, que continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro - O pagamento aos herdeiros pelos sócios remanescentes poderá ser efetuado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, devidamente corrigidas monetariamente, por índice de inflação vigente à época.

Parágrafo Segundo - Ficando a sociedade constituída apenas de um único sócio e se a pluralidade de sócios não for reconstituída, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, entrará a sociedade em liquidação.

XV – FORO JURÍDICO

Artigo 17º - Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, para qualquer ação pertinente a este contrato social, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVI – DECLARAÇÃO

Artigo 18º Os sócios e, administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade, na presença de duas testemunhas, abaixo, assinadas.


Porto Velho, 10 de Abril de 2014.



MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócio Administrador



RITH MEGUMI MORIMOTO
Sócio Quotista



ZULICA YOSHIKO MORIMOTO
Sócio Quotista

TESTEMUNHAS


Mauro Francisco Ribeiro
Testemunha
RG nº 13.854.124-3 SSP/ SP.


Nicolau Johannes Coelho Simons
Testemunha
RG nº 11.104.088-7 SSP/SP.

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/04/2014 SOB Nº: 110431379.
Protocolo: 14/019199-2, DE 24/04/2014.
Empresa: 11 2 0034394-4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA


ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETARIA-GERAL



E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e validade, na presença de duas testemunhas, abaixo, assinadas.


Porto Velho, 10 de Abril de 2014.


MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócio Administrador



RUTH MEGUMI MORIMOTO
Sócio Quotista


ZULICA YOSHIKO MORIMOTO
Sócio Quotista

TESTEMUNHAS


Mauro Francisco Ribeiro
Testemunha
RG nº 13.854.124-3 SSP/ SP.


Nicolau Johannes Coelho Simons
Testemunha
RG nº 11.104.088-7 SSP/SP.

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/04/2014 SOB Nº: 110431379.
Protocolo: 14/019199-2, DE 24/04/2014.
Empresa: 11 2 0034394-4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA


ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETARIA-GERAL





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:51:06 do dia 07/01/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/02/2021.

Certidão expedida gratuitamente.





ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

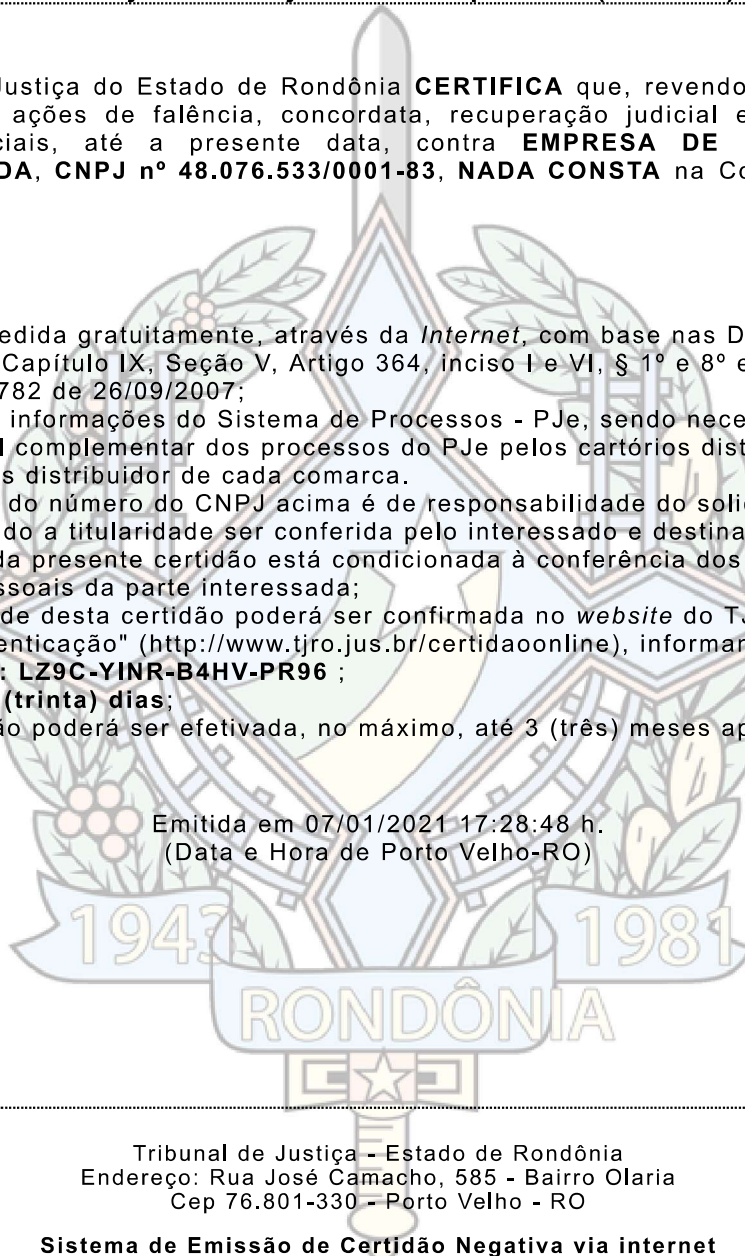
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Ações de falência, concordata, recuperação judicial
e extrajudicial e juizados especiais (1º Grau)

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuição de ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais, até a presente data, contra **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, CNPJ nº 48.076.533/0001-83, NADA CONSTA** na Comarca de Porto Velho.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais 2007, Capítulo IX, Seção V, Artigo 364, inciso I e VI, § 1º e 8º e Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
- b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
- c) a informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
- e) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (<http://www.tjro.jus.br/certidaoonline>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: LZ9C-YINR-B4HV-PR96** ;
- f) válida por **30 (trinta) dias**;
- g) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 07/01/2021 17:28:48 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)



Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.076.533/0001-83

Certidão nº: 363457/2021

Expedição: 07/01/2021, às 17:47:01

Validade: 05/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.076.533/0001-83**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.076.533/0001-83 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/10/1976
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MIGUEL CHAQUIAM	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO SALA 03
CEP 76.820-124	BAIRRO/DISTRITO EMBRATEL	MUNICÍPIO PORTO VELHO
UF RO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (69) 8454-9499/ (69) 9902-1088	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/01/2021** às **10:29:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.076.533/0001-83

Razão Social: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA ME

Endereço: R MIGUEL CHAKIAN 1300 SALA 03 / NOVA PORTO VELHO / PORTO VELHO
/ RO / 76820-124

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/01/2021 a 01/02/2021

Certificação Número: 2021010302132915143884

Informação obtida em 07/01/2021 17:45:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20215300109588**
Código de Controle: **300109588**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **48076533000183**
Nome ou Razão Social: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data **NÃO CONSTAM** débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade...: **VERIFICAÇÃO DE DEBITOS / CNPJ E SOCIOS**
Emitida em.: **12/01/2021 16:49:28**
Validade.....: **12/04/2021**

Certidão emitida com base na Instrução Normativa nº 004/2011/GAB/CRE.

 Imprimir

Fechar Janela

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA			Protocolo: ROC2100637482																										
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																													
NIRE (Sede) 11200349944		CNPJ 48.076.533/0001-83		Data de Ato Constitutivo 07/10/1976																									
Início de Atividade 05/10/1976																													
Endereço Completo Rua MIGUEL CHAQUIAM, Nº 1300, SALA 03, EMBRATEL - Porto Velho/RO - CEP 76820-124																													
Objeto Social ATIVIDADE DE RÁDIO; ATIVIDADE DE TELEVISÃO ABERTA, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E EVENTOS CULTURAIS.																													
Capital Social R\$ 10.000,00 (dez mil reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado																								
Capital Integralizado R\$ 10.000,00 (dez mil reais)																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Dados do Sócio</th> <th>CPF/CNPJ</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome MOTOKO KONDO MORIMOTO</td> <td>059.548.788-20</td> <td>R\$ 4.000,00</td> <td>Sócio</td> <td>S</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome RUTH MEGUMI MORIMOTO</td> <td>023.587.408-61</td> <td>R\$ 2.500,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome ZULEICA YOSHICO MORIMOTO</td> <td>023.513.418-05</td> <td>R\$ 3.500,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Sócio	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	Nome MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	R\$ 4.000,00	Sócio	S		Nome RUTH MEGUMI MORIMOTO	023.587.408-61	R\$ 2.500,00	Sócio	N		Nome ZULEICA YOSHICO MORIMOTO	023.513.418-05	R\$ 3.500,00	Sócio	N	
Dados do Sócio	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																								
Nome MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	R\$ 4.000,00	Sócio	S																									
Nome RUTH MEGUMI MORIMOTO	023.587.408-61	R\$ 2.500,00	Sócio	N																									
Nome ZULEICA YOSHICO MORIMOTO	023.513.418-05	R\$ 3.500,00	Sócio	N																									
Dados do Administrador		Término do mandato																											
Nome MOTOKO KONDO MORIMOTO		CPF 059.548.788-20																											
Último Arquivamento		Ato/eventos			Situação																								
Data 23/07/2015	Número 150319193	901 / 956 - TRANSFERENCIA DE PRONTUARIO DE OUTRA UF			ATIVA Status TRANSFERIDA DE OUTRA UF																								
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 11900007060 CNPJ: 48.076.533/0002-64 Endereço Completo AV CAPITÃO CASTRO, Nº 3027 , CENTRO, Vilhena, RO, CEP: 76980000 2 - NIRE: 11900015615 CNPJ: 48.076.533/0003-45 Endereço Completo AV BRASIL, Nº 721, N 3 , VILA NOVA BRASILIA, Ji-Paraná, RO, CEP: 76908562																													

Esta certidão foi emitida automaticamente em 13/01/2021, às 11:20:50 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ro.gov.br>, com o código **XFI9OGUX**.



ROC2100637482

José Raimundo Rodrigues da Silva
Secretário Geral

BOA NOITE
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** | internet | tela | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RO

Município: Ji-Paraná

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
BISPO & FERNANDES LTDA	Ji-Paraná	07/10/2011	07/10/2021
CAMARA DOS DEPUTADOS	Ji-Paraná		
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	Ji-Paraná	21/05/1981	21/05/1991
RADIO ALVORADA DE RONDONIA LTDA	Ji-Paraná	09/03/1988	
RADIO CLUBE CIDADE LTDA	Ji-Paraná	06/10/1986	06/10/1996
SISTEMA ITAPIREMA DE COMUNICACOES LTDA	Ji-Paraná		

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **06/04/2021**Hora: **18:25:13**

Registro 1 até 6 de 6 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:23:56 do dia 06/04/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/05/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 48.076.533/0001-83

EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
ANTONIO MORIMOTO	026.158.198-87	EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná

EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco Data: 06/04/2021 Hora: 18:21:21



BOA NOITE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 026.158.198-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO MORIMOTO	<u>026.158.198-87</u>	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	<u>22.831.507/0001-20</u>	Diretor (SOCIO-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	<u>22.831.507/0001-20</u>	Sócio	64000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:02



BOA NOITE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.548.788-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	<u>059.548.788-20</u>	REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	<u>22.831.507/0001-20</u>	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	<u>22.831.507/0001-20</u>	Sócio	16000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	<u>48.076.533/0001-83</u>	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:18



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 023.587.408-61

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO GUAPORE LTDA	04.910.840/0001-42	Sócio	100000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Guajará-Mirim
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:37



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 023.513.418-05

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 06/04/2021

Hora: 18:22:55

Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chakian	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Numero: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 210	Frequência: 89.9 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.4064kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 24/05/2018	Número da Licença: 53500.019292/2018-17

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10°53'10" S	Longitude: 61°55'46" W	Cota da base: 145.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 1000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.270 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.08 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMCiro 4H 210	Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
Ganho: 2.87 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 0.41 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.62	5°: 0.63	10°: 0.62	15°: 0.62	20°: 0.62	25°: 0.63	30°: 0.62	35°: 0.58	40°: 0.53	45°: 0.52	50°: 0.53	55°: 0.54
60°: 0.53	65°: 0.49	70°: 0.44	75°: 0.43	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.43	130°: 0.44	135°: 0.49	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.57	160°: 0.62	165°: 0.68	170°: 0.72	175°: 0.73
180°: 0.72	185°: 0.73	190°: 0.72	195°: 0.67	200°: 0.62	205°: 0.62	210°: 0.62	215°: 0.58	220°: 0.53	225°: 0.49	230°: 0.44	235°: 0.35
240°: 0.26	245°: 0.21	250°: 0.17	255°: 0.12	260°: 0.08	265°: 0.03	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0.04
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.12	320°: 0.17	325°: 0.21	330°: 0.26	335°: 0.35	340°: 0.44	345°: 0.49	350°: 0.53	355°: 0.58

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.41 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

1004522590

Indicativo da Estação

ZYW319

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

24/05/2018

Data Último Licenciamento

Número da Licença

53500.019292/2018-17

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
		▼	▼	

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
53900034781201624	1413	Despacho ▼	MCTIC ▼	04/08/2016

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Raz
9999	85969	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	04/05/1981	06/05/1981	De
9999	721	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Mu
9999	662	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Mu
9999	843	Ato ▼	MC ▼	30/06/1997	08/07/1997	Mu
9999	432	Ato ▼	MC ▼	30/05/2001	07/06/2001	Mu
53500.001897/20	397	Ato ▼	ORLE ▼	25/01/2017	03/05/2017	Au

**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**EMPRESA RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA.
CNPJ/MF 48.076.533/0001-83 – NIRE 11.200.349.944**

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

1) MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, natural de Uberlândia/MG, em 14/11/1938, Viúva; Pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.225.440 SSP/SP; inscrito no CPF/MF sob nº 059.548.788-20 residente e domiciliada à Rua SKN, nº 310 Bloco L, apto. 402 – Bairro Asa Norte – Cidade de Brasília/DF, CEP: 70756-120.;

2) RUTH MEGUMI MORIMOTO, brasileira, Casada no regime parcial de bens, Advogada, nascida na cidade de Andradina/SP em 21/05/1957, portadora da cédula de identidade RG nº 7.499.597 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.587.408-61, residente e domiciliada à Rua Silas Shookmes nº 1455, Jardim das Mangueiras II, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76820-476 e;

2) ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO, brasileira, Solteira, Arquiteta, nascida na cidade de Andradina/SP em 08/07/1955; portadora da cédula de identidade RG nº 6.866.855 SSP-SP e do CPF/MF sob o nº 023.513.418-05; residente e domiciliada à Av. Capitão Castro nº 3027, Centro, na cidade de Vilhena/RO – CEP: 76980-000;.

Todos sócios da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**, estabelecida à Rua Miguel Chaquiam, nº 1300; sala 03; no bairro Embratel, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia - CEP 76820-124, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.076.533/0001-83; com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de RONDONIA – JUCER/RO, com NIRE sob nº 11200349944, em sessão de 26/04/2000, e algumas alterações, conforme segue:

1ª Alteração Contratual nº	1.118.640/80	em sessão de	30/07/1980	JUCESP
2ª Alteração Contratual nº	66.383/82	em sessão de	14/07/1982	JUCESP
3ª Alteração Contratual nº	137.975/99-5	em sessão de	16/08/1999	JUCESP
4ª Alteração Contratual nº	11.200.349.944	em sessão de	26/04/2000	JUCER
5ª Alteração Contratual nº	110.293.974	em sessão de	21/02/2005	JUCER
6ª Alteração Contratual nº	110.425.812	em sessão de	26/12/2013	JUCER

Registrada sob forma de **Sociedade Empresária Limitada** nos termos da Lei nº. 10.406/2002, e representando a totalidade de capital social, **resolvem de pleno e comum acordo entre si**, na melhor forma de Direito, conforme as disposições do presente instrumento Particular de Alteração, **Consolidar o Contrato Social**, mediante as deliberações, cláusulas e condições mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas neste instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

I – DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

Artigo 1º - A sociedade girará sob a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA** com sede social e foro na Rua Miguel Chaquiam, nº 1300, sala 03, no bairro Embratel, Porto Velho/RO - CEP 76820-124.

II – FILIAIS

Artigo 2º – Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pela maioria representativa do capital social. .

III – PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

Artigo 3º – A Sociedade teve o início de suas atividades operacionais na data de 05/10/1976 e o prazo de duração será por tempo indeterminado. ✓

IV – OBJETO SOCIAL

Artigo 4º – A sociedade tem por objetivo explorar o ramo de : atividade de rádio, Atividade de televisão aberta, produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais.

Q. 2. *Q. 2. Q. 2.*

V – CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO.

Artigo 5º – O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente integralizada neste ato, assim distribuídas entre os sócios;

Sócio	quotas	Valor R\$	Em %
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00	40,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00	25,00
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	3.500	3.500,00	35,00
Total	10.000	10.000,00	100,00

Parágrafo 1º - O valor das quotas subscritas está totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente no País.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do Capital Social, em conformidade com o artigo 1.052 da lei 10.406/02.

Parágrafo 3º - Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/02 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 4º - Em caso de aumento de Capital, os sócios quotistas terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, proporcionalmente ao número das que já possuam no Capital da Sociedade, tendo os sócios o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o seu direito de preferência na subscrição das quotas.

VI - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6º – A sociedade será **administrada pela sócia: Motoko Kondo Morimoto**, acima qualificada, cabendo a ela a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos necessários para a gestão da sociedade compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade. **Inclusive, isoladamente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.** Sendo autorizado o uso do nome empresarial. Fica expressamente proibido o uso da firma em atividades estranhas ao objeto social, tais como: abono, aval e cessão de cartas de fiança que impliquem responsabilidade para a sociedade diversa do fim para o qual foi constituída, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. O administrador responderá pessoalmente pelos excessos eventualmente praticados.

Parágrafo Primeiro - Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406/02, fica autorizado a alteração deste Contrato social para permitir a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços do Capital Social.

Parágrafo Segundo – O administrador poderá constituir procuradores, com poderes específicos, especificando claramente os poderes, e, com a exceção das procurações “ad judicia”, estabelecer os prazos conferidos aos procuradores.

VII – REMUNERAÇÃO

Artigo 7º – Os sócios, deliberarão sobre a retirada mensal a título de pró-labore, cujo o valor será fixado de comum acordo entre os sócios, sendo observadas as disposições regulamentares pertinentes.

VIII – DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 8º – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas na forma do artigo 1.072 do Código Civil.

IX - CONSELHO FISCAL E REUNIÕES

Artigo 09º - Fica estabelecido que a sociedade não tenha Conselho Fiscal.

parágrafo único: A sociedade está dispensada de formalidades tais como, publicação ou notificação de convocação aos sócios para as reuniões. As reuniões serão convocadas por escrito em uma lista simples, com coleta individual. As reuniões poderão ser objeto de Ata, sujeita a arquivo na JUCESP, dispensando a sociedade da manutenção e lavratura do livro de ata.

Artigo 10º - Os sócios poderão reunir-se sempre que for necessário, mediante a convocação, conforme descrito no parágrafo acima, do sócio Majoritário ou dos sócios minoritário, cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social. Para que as deliberações sejam válidas, será necessária a presença da maioria societária e o quorum para decisão será a maioria simples. No caso de empate, o sócio majoritário terá o direito do segundo voto de desempate.

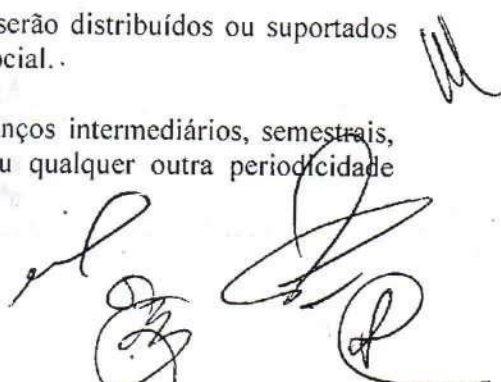
Parágrafo único: Os sócios realizarão pelo menos uma reunião anual até o último dia do quarto mês seguinte ao encerramento do exercício social, para aprovação das contas dos administradores, deliberação sobre o Balanço Anual e demais assuntos de interesse da sociedade.

X – DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 11º- O exercício social terá início em 1ª de janeiro e encerrar-se-à no dia 31 de Dezembro de cada ano. Quando será levantado o balanço Patrimonial da Sociedade, bem como as demais demonstrações relativas ao exercício social findo. Sendo a ocasião em que os sócios deliberarão sobre a destinação do resultado apurado.

Parágrafo Primeiro - Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo Segundo – A sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestrais, quadrimestrais, trimestrais, bimensais e até mensais, ou qualquer outra periodicidade



- #### XIV - O FALECIMENTO, RETIRADA OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Parágrafo Segundo - Ficando a sociedade constituída apenas de um único sócio e se a pluralidade de sócios não for reconstituída, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, entrará a sociedade em liquidação.

Artigo 17º - Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, para qualquer ação pertinente a este contrato social, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. -

Artigo 18º Os sócios e, administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

SEI 53115.001396/2021-14 / pg. 37

Porto Velho, 10 de Abril de 2014.

Sócio Administrador

Sócio Quotista

Sócio Quotista

Testemunha

Testemunha

CERTIFICADO O REGISTRO EM: 30/04/2014 SOB Nº: 110431379
Protocolo: 14/019199-2, DE 24/04/2014

Empresa: 11 2 0034994 4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA

ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETÁRIA-GERAL

Rua Conselheiro Brotero, 879 - Santa Cecília - Capital - SP - (11) 3667-2642

Anexo Contrato e Alterações (5)

11º REGISTRO CIVIL SANTA CELIA
FERNANDO DA FARECIDO PIRES FERNANDES
Escritor Autorizado

[illegible]



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 110431379 em 30/04/14 JI-PARANÁ 19/04/2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack
Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
Decreto Federal nº 1800/96

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

Rua: Miguel Chaquiam, 1300 – Bairro Embratel

CNPJ 48.076.533/0001-83

0456

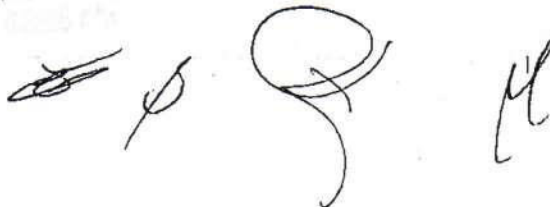
SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

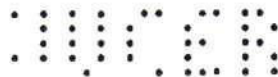
Por este Instrumento particular, os sócios abaixo assinados: O espólio de **ANTONIO MORIMOTO**, representado no ato por seu inventariante e sócia, **MOTOKO KONDO MORIMOTO**; brasileira, casado no regime parcial de bens; nascida na cidade de Uberlândia - MG em 14-11-1938, pedagoga, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.225.440 SSP/SP e CPF 059.548.788-20; residente e domiciliado à rua: SKN, 310 – Bloco L, Apt. 402 – CEP 70756-120, na Cidade de Brasília – DF, **RUTH MEGUMI MORIMOTO**; brasileira, casada no regime parcial de bens; nascida na cidade de Andradina – SP em 21-05-1957; advogada, portadora da Cédula de Identidade RG 7.499.597 SSP/SP e CPF 023.587.408-61; residente e domiciliada a rua: Silas Shookmess, 1455 – bairro Jardim das Mangueiras II – CEP 76820-476, na cidade de Porto Velho – RO e **ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO**; brasileira, solteira; nascida na cidade de Andradina – SP em 08-07-1955; arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG 6.866.855 SSP/SP e CPF 023.513.418-05; residente e domiciliada a av: Capitão Castro, 3027 – Centro - CEP 76980-000 na cidade de Vilhena - RO. Únicos sócios componentes da **SOCIEDADE LIMITADA**, que gira sob a Denominação Social de: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**; inscrita no CNPJ sob nº 48.076.533/0001-83; com sede e foro, à Rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 76801-254, na Cidade de Porto Velho – RO, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob nº 87529576, em sessão realizada em 07-10-1976, e suas alteração contratual sob o nº 111864080, em sessão realizada em 30-07-1980, sob nº 6638382, em sessão 14-07-1982, e sob nº 11200349944; em sessão 26-04-2000 e sob nº 110293974 em sessão 21-02-2005. Têm entre si justo e acordados efetuar pela sexta vés alteração contratual, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sede da sociedade que antes era a rua: Miguel Chaquiam, 1300 – Bairro Embratel – CEP 76820-124, no Município de Porto Velho, neste ato passa para a rua: Miguel Chaquiam, 1300 – sala 03 – Bairro Embratel – CEP 76820-124, no Município de Porto Velho no Estado de Rondônia.

CLAUSULA SEGUNDA: O espólio representado pelo inventariante comprovado por documento judicial em anexo, transfere as 2.000 quotas do capital social de **ANTONIO MORIMOTO**, para **ANTONIO MORIMOTO JUNIOR**; brasileiro, casado no regime parcial de bens; nascido na cidade de São Paulo – SP em 16-02-1976; advogado, portador da Cédula de Identidade RG 1.517.308 SSP/DF e CPF 801.122.691-68; residente e domiciliado a rua: SKN, 310 – bloco L, Apt. 402 – CEP 70756-120 na cidade de Brasília – DF.

CLAUSULA TERCEIRA: Neste ato retira-se da sociedade o sócio **ANTONIO MORIMOTO JUNIOR**, que cede e transfere suas 2.000 (duas mil) quotas no valor unitário de R\$ 1.00 (hum real) para a sócia **ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO**; dessa forma o capital passa a ter a seguinte distribuição:





U457

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	3.500	3.500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

CLAUSULA QUARTA: A administração da sociedade será exercida pela a sócia **MOTOKO KONDO MORIMOTO**, com o poder e atribuição de administrar autorizado o uso de nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades entranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outros sócios.

CLAUSULA QUINTA: A administradora declara sob as penas de Lei de não esta impedida de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, ou por encontra sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA: Toda as demais cláusulas do Contrato Social, não abrangidas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas em pleno vigor.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições supra, assinam este em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinando-se a primeira via para registro e arquivo na Junta Comercial do Estado de Rondônia-JUCER.


Porto Velho (RO), 20 de Dezembro de 2013.


MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócia


RUTH MEGUMI MORIMOTO
Sócia

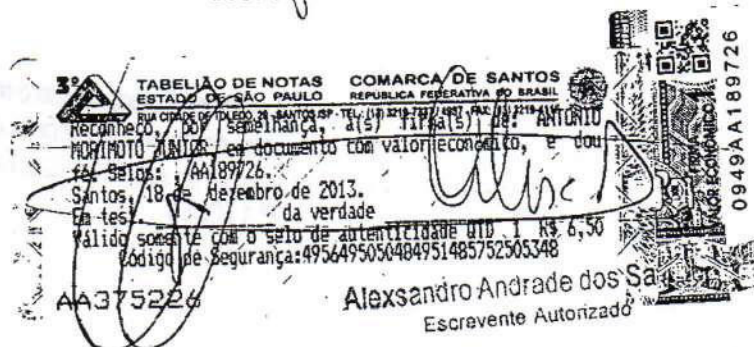

ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
Sócia


ANTONIO MORIMOTO JUNIOR
Sócio Retirante


Pedro Nunes Vieira
RG. 18.888/SSP/RO

TESTEMUNHAS:


Jaime de Castro Santos Filho
RG. 70.382 SSP/RO



1240

837011

0458

2o. OFÍCIO DE NOTAS

Rua São Pedro 731, 637, Loja A - Caiari
(69) 3211-4027/3224-3353 - PORTO VELHO-RO

Reconheço e dou fe, por SENELHANDA,

a(s) firma(s) de:

[LX6Haks1]-ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO.....

[LX6H2ir1]-MOTOKO KONDO MORIMOTO.....

[LX6H4u1]-RUTH MEDIANI MORIMOTO.....

Em testemunho da verdade.

PORTO VELHO, 23 de dezembro de 2013.

Ruizattorca
067-KHAISSA SOUSA BUZATTI LEAO
ESCRIVENTE AUTORIZADA

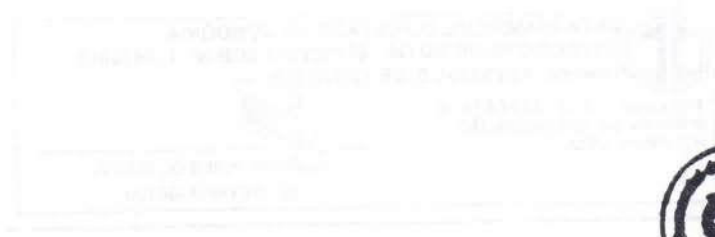
V. Unit: Emol. R\$-4,65 - Selo R\$-0,77
FUJU R\$-0,93. TOTAL: R\$ 6,35.
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
A1AA026909 a AA026911-FC1C1
Confira a validade em
www.tjro.jus.br/consultaselo/

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/12/2013 SOB Nº: 110425812
Protocolo: 13/055751-0, DE 12/12/2013

Empresa: 11 2 0034994 4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA

Adriana Pires de Souza
ADRIANA PIRES DE SOUZA
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 110425812 em 26/12/13 em JI-PARANÁ 19.01.2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E Rodolme Rack
Chefe de Esc. Regional

A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do Dec. Federal
nº 1.800/96

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento particular, os sócios abaixo assinados: **ANTONIO MORIMOTO**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, nascido na cidade de Promissão -SP, em 05-11-1934, advogado, portador da Cédula de Identidade RG 1.566.650 SSP/SP e CPF 026.158.198-87, residente e domiciliado à rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 78906-300, na cidade de Porto Velho – RO, e **MOTOKO KONDO MORIMOTO**, brasileira, casado no regime parcial de bens, nascida na cidade Uberlândia - MG, em 14-11-1938, pedagoga, portadora da Cédula de Identidade RG 7.225.440 SSP/SP e CPF 059.548.788-20, residente e domiciliada à rua: SKN, 310 – bloco L, Apt. 402 – CEP 70756-120, na cidade de Brasília – DF, e **RUTH MEGUMI MORIMOTO**, brasileira, casada no regime parcial de bens, nascida na cidade de Andradina – SP, em 21-05-1957, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG 7.499.597 SSP/SP e CPF 023.587.408-61, residente e domiciliada à rua: Silas Shokmer, 1455 – bairro Jardim das Mangueiras II – CEP 78909-640, na cidade de Porto Velho – RO. Únicos sócios componentes da **SOCIEDADE LIMITADA**, que gira, sob a Denominação Social de **EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 48.076.533/0001-83, com sede e foro à rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 78906-300, na cidade de Porto Velho – RO, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob nº 87529576, em sessão realizada em 07-10-1976, e suas alteração contratual sob o nº 111864080, em sessão realizada em 30-07-1980, sob nº 6638382, em sessão 14-07-1982 e sob nº 11200349944, em sessão 26-04-2000. Tem entre si justo e acordados efetuar pela quinta vez alteração contratual, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade sob a Denominação Social de: **EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA**, com sede à rua: Miguel Chaquiam, 1300 – bairro Embratel – CEP 78906-300, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, passa a girar sob a Denominação Social de: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objetivo explorar o ramo de: Atividade de rádio. Atividade de televisão aberta, produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Neste ato entra para a sociedade **ZULEICA YOSHICO MORIMOTO**, brasileira, solteira, nascida na cidade de Andradina – SP, em 08-07-1955, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG 6.866.855 SSP/SP e CPF 023.513.418-05, residente e domiciliada à av: Capitão Castro, 3027 – Centro – CEP 78995-000 - Vilhena – RO.



EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

0040

Rua: Miguel Chaquiam, 1300 – Bairro Embratel

CNPJ 48.076.533/0001-83

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios de comum acordo resolvem aumentar o Capital Social para o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios, ficando distribuído da seguinte forma:

SOCIOS	QUOTAS	VALOR
MOTOKO KONDO MORIMOTO	4.000	4.000,00
RUTH MEGUMI MORIMOTO	2.500	2.500,00
ANTONIO MORIMOTO	2.000	2.000,00
ZULEICA YOSHICO MORIMOTO	1.500	1.500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e o balanço geral encerra anualmente em 31 de dezembro de cada ano, devendo ser assinado pelo o sócio administrador.

CLÁUSULA SETIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio. A quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se, postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ANTONIO MORIMOTO**, com o poder e atribuição de gerencia autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir filiais e ou outro estabelecimento no País ou fora dele, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios em comum acordo poderão, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de falecimento ou interdição de algum dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescente o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

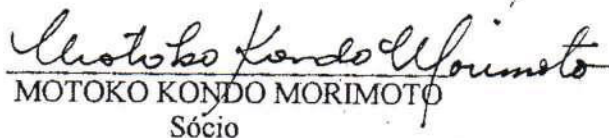
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o Foro desta Comarca de Porto Velho – RO, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições supra, assinam este em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinando-se a primeira via para registro e arquivo na Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER.

Porto Velho – RO, 27 de agosto de 2004.

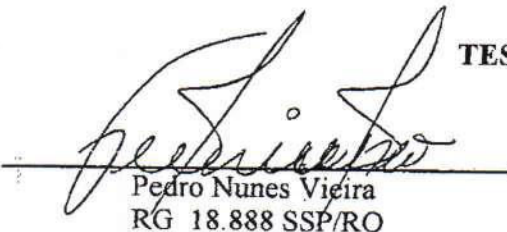

ANTONIO MORIMOTO
Sócio


MOTOKO KONDO MORIMOTO
Sócio


RUTH MEGUMI MORIMOTO
Sócio


ZULEICA YOSHICO MORIMOTO
Socio

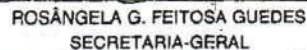
TESTEMUNHAS:


Pedro Nunes Vieira
RG 18.888 SSP/RO


Pablo Souza Vieira
RG 553.415 SSP/RO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/21/02/2005
SOB Nº: 110293974
Protocolo: 05/000155-8
Empresa: 11 2 0034994 4
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO
LTDA


ROSÂNGELA G. FEITOSA GUEDES
SECRETARIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 110293974 em 21/05/05 JI-PARANÁ

17 OUT 2012

Certifico que até a data presente:

- ☐ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☒ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack
Chefe de Esc. Regional



08 OUT 2012

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
JI-PARANÁ



12/041687-5

ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER

fotocópia

NOME EMPRESARIAL

Marmato Ltda

Empresa de Rodiofusor

A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do dec. Federal
nº 1800/96

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO

391459/99-5



0486

QUARTA ALTERAÇÃO CONSTITUTIVA
EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA

MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, casada, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG. nº 7.225.440 - SSP/SP e do CPF/MF. 099.548.788-20, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Sanharó nº 364.

JANUÁRIO GORGA, brasileiro, desquitado, economista, portador da cédula de identidade RG. nº 774.340 - SSP/SP e do CPF. 005.768.836-90, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Oliveira Melo, 90 - Ipiranga.

ANTONIO MORIMOTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº 566.650 - SSP/SP e do CPF/MF. 026.158.198-87, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Sanharó nº 364.

RUTH MEGUME MORIMOTO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 7.499.597 - SSP/SP e do CPF/MF. 023.587.408-61, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia à rua 22 nº 160 - jardim Mangueiras I,

Únicos sócios quotistas da firma **A EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA.**, inscrita no CGC sob nº 48.076.533/0001-83, com sede à Praça João Mendes nº 42 12º andar, Cj. 128/29, Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), sob nº 875.295/76 em 07.10.76 e Alteração de nº 1.118.640-80 em 30.07.80 e 66.383-82 em 14.07.82, resolvem em comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a quarta alteração contratual para efeito de:

- conversão da moeda;
- mudança de endereço;
- aumento de capital social;
- saída de sócio;
- mudança no objetivo social;
- gerência administrativa

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com as Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, os valores monetários do Capital Social fica convertido e denominar REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA

Neste ato, os sócios decidem mudar o endereço da Sociedade para rua Miguel Chakian nº 1.300, sala 03 na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente nacional totalmente subscrita e integralizada nas proporções social de cada sócio.

16 04 99

O Capital Social de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dividido em 1.200 (um mil e duzentas) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	581	quotas	R\$ 2.905,00
JANUARIO GORGA	27	quotas	R\$ 135,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, nos termos do artigo 2 In Fine, do decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade o sócio **JANUARIO GORGA**, acima qualificado, que cede e transfere 14 (quatorze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 70,00 (setenta reais) totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer onus para a sócia **MOTOKO KONDO MORIMOTO** acima qualificada; e 13 (treze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), totalmente livres e desembaraçada de quaisquer onus para a sócia **RUTH MEGUME MORIMOTO**, acima qualificada.

Com as transferencia acima o Capital Social da empresa ficam assim distribuídos entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	595	quotas	R\$ 2.975,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	309	quotas	R\$ 1.545,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, conforme determina o Artigo II "In Fine" do Decreto Lei Federal nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá, por, objetivo social a instalação e exploração de serviços de radiofusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de transmissão de televisão, serviço especial de repetição de televisão e de geração, e serviço especial de música funcional, com finalidades educativas, culturais e informáticas, bem como a exploração comercial do empreendimento no estado de Rondônia ou em quaisquer outras localidades do território nacional. Mediante a obtenção do governo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A gerência e administração da sociedade será exercida exclusivamente e isoladamente pelo sócio ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado, com poderes para:

- A) Usar a denominação social e representar a sociedade em juízo ou fora dele, passiva e ativamente perante as repartições financeiras bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes ao funcionamento regular da Empresa;
- B) Nomear procuradores, para representar a sociedade, quer judiciais, quer extrajudiciais, desde que especificado nos instrumentos de mandato os atos que os mesmos poderão praticar em nome da sociedade;
- C) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

De acordo com o consignado no Artigo 12 do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, o sócio, bem como os procuradores eventualmente nomeados ficam dispensados de prestação de caução para o exercício da administração e gerência da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por gerência e administração, entende-se a prática de todos os atos que fizerem necessários para a realização da finalidade social.

CLÁUSULA OITAVA

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social não modificadas pela presente Alteração Contratual.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

1

Certidão

0491

PETIÇÃO PROTOCOLADA SOB NUMERO: 0682895/99-4

CERTIFICO QUE AS INFORMAÇÕES ATUALIZADAS ABAIXO TRANSCRITAS CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL.

Dados da Empresa							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35200816577	875295	07/10/1976	05/10/1976	INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL							
EMPRESA DE RADIOFUSAO MORIMOTO LTDA.							
CGC	ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
- / -	PRACA JOAO MENDES			42	12ºAND.CJ.128		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL		
	SAO PAULO	SP	-	Cr\$	12000000,00		
Objeto Social							

INSTALACAO E EXPLORACAO DE SERVICOS DE RADIOFUSAO SONORA OU DE SONS E IMAGENS E SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES, COM FINALIDADE EDUCATIVA, CULTURAL E INFORMATIVA, NESTE ESTADO DE SP OU EM QUALQUER OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, C/ OBTENCAO DO NOVO GOVERNO FEDERAL DE CONCESSOES E PERMISSOES TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA REGEDORA DA MATERIA.

Quadro Social							
NOME							
ANTONIO MORIMOTO							
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO			
RUA SANHARO			364				
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	
	SAO PAULO			SP	-	1566650	
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS			
026.158.198-87	SOCIO						

NOME							
JANUARIO GORGA							
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO			
RUA OLIVEIRA MELO			90				
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	
	SAO PAULO			SP	-	774340	
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS			
	SOCIO GERENTE						



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 11200349944-26,04,00 em JI-PARANÁ 19, 01, 2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodasine Rack
Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 73 da Lei Federal
nº 1.074/50



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

nº 20.382/82

NRC.

0480

CERTIDÃO



C E R T I F I C O, em cumprimento

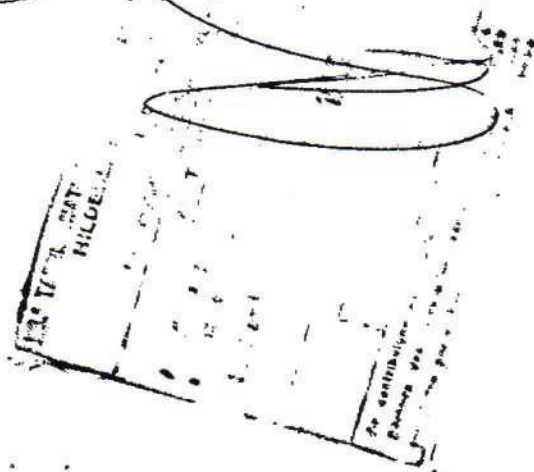
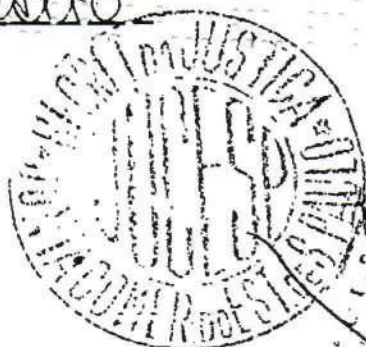
ao despacho do Sr. Secretário Geral desta Junta Comercial, exarado em petição taxada com Cr\$119,00 e protocolada sob nº 20.382/82, de conformidade com o Decreto nº 65.400 de 13.10.69, artigo 63º, que a sociedade "EMPRESA DE RIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA", com sede em São Paulo, na Praça João Mendes, nº 42, conjunto 127/28, tem seu Contrato Social devidamente arquivado nesta Repartição sob nº 875.295, por despacho da Junta Comercial em sessão de 07 de outubro de 1976, assinado aos 05 de outubro de 1976; Prazo de Duração: Indeterminado; posteriormente a referida sociedade arquivou: sob nº 1.118.640, em sessão de 30.07.80, alteração contratual que elevou o capital para Cr\$ 3.000.000,00, bem como aprovou a mudança da sede social, para a Praça João Mendes, nº 42, 12º andar, conjunto 128/9, da abertura de uma filial na Avenida Capitão Castro, nº 3027, Território Federal de Rondonia, com o capital destacado de Cr\$ 2.900.000,00, como também alterou Objetivo Social para: instalação e exploração de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, e serviços especiais de telecomunicações, com finalidade educativa, cultural e informativa, neste Estado de São Paulo, ou em qualquer outra localidades do território nacional, com obtenção do governo federal de concessões e permissões tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria; sob nº 66.383, em sessão de 14 de julho de 1982, alteração contratual que elevou o capital para Cr\$ 12.000.000,00, assim distribuído entre os sócios: Motoko Kondo Morimoto, com 5.810.000,00, Januário Gorga, com Cr\$ 270.000,00, Antonio Morimoto, com 2.960.000,00, e Ruth Megume Morimoto, com 2.960.000,00, sendo destacado a importância de Cr\$ 5.550.000,00 para a filial de Vilhena-RO, e 6.500.000,00, para a filial da cidade de Ji-Paraná-RO; sendo este o último documento anotado em nossas fichas, do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 26 de outubro de 1982. Eu, Nadia Regi

Mod. 57

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO

na Costa, escriturária, a escrevi, conferi e assino: Nadia Regina
Eu, Ana Maria de Moraes Castro, Chefe substituta da Seção de Certi-
dões, a subscrevo: Castro. VISTO: Rubens Abutara, Secre-
tário Geral: Castro

0481



Junta Comercial de Rondonia

Claudio Cavalcante Feltoda
Diretor da Divisão de Registro do Comércio

11-9 - 0001561 - 5

N.º _____
Por despacho do Presidente da Junta
Comercial do Estado de Rondonia, nesta data,
foi arquivado sob o número _____ e regis-
trado no livro competente, um exemplar de
igual teor.

Secretaria da JUDOR.

09 DEZ 1982

Secretário Geral



Apresentada a 3ª Via do C.G.C.

EM 14 / 12 / 82

Cargo ou Função



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO

0101 PARA USO DA REPARTIÇÃO

2

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUÍNTES - CGC, AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 4 (QUATRO) VIAS, PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - A PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PELO CADASTRAMENTO DO ESTABELECIMENTO SERÁ SEMPRE A MESMA RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO - SEDE.
- 6 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO - SEDE.
- 7 - APRESENTE AS 3ª E 4ª VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS - NO CASO DE NÃO COINCIDIR COM O DO ESTABELECIMENTO - SEDE.

0202 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO - SEDE

48076533/0001-83

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO
MORIMOTO LTDA.

Pça. João Mendes 42 - Conj. 127/28
Centro - CEP 01501

SÃO PAULO - SP

0482

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

04 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE ESTE ESTABELECIMENTO RECOLHER HABITUALMENTE

EXPORTAÇÃO	81 4	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	88 1
PROP. TERRITORIAL RURAL	82 2	ENERGIA ELÉTRICA	89 0
IMPORTAÇÃO	83 0	MINERAIS	90 3
IMP. DE RENDA (NA FONTE)	84 9	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	91 1
IPI	85 7	ICM	92 0
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	86 5	PROP. TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	93 8
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	87 3	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	94 6

03 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

03 CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NÚMERO BÁSICO: 8 4 7 6 5 3 3
NÚMERO DE ORDEM: 45

05 LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ

05 MUNICÍPIO: São Paulo
06 CÓDIGO: 7 1 7 1 8 0

06 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO

06 DESCRIÇÃO: Radiodifusão

09 CÓDIGO: 5 1 2 0

07 DENOMINAÇÃO

07 FICHA DE RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO M
07 NOME DE FANTASIA: MORIMOTO LTDA

08 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

08 TIPO (RUA, AV., ETC.): AV
08 NOME DO LOGRADOURO: BRASIL
08 NÚMERO: 7 2 1
08 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.):
08 BAIRRO OU DISTRITO: VILA NOVA BRASÍLIA
08 CEP: 7 8 9 3 0
08 SIGLA DA UF: RJ
08 MUNICÍPIO: PARANÁ

09 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

09 INSCRIÇÃO NO CPF (OBS. 5): 0 0 5 7 6 8 8 3 8 9 1
09 NOME: JANUARIO GORGA

10 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

10 DATA: 10.09.1982
10 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA: [Assinatura]

11 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

11 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

13 CONTROLE DA REMESSA DE DOCUMENTOS

13 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR: 8046038202

14 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

14 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

DRE-SP
A. R. F. - 11/09/82
GENY SAYFEN PASCHOAL
Chefe da Seção de Informações Econômico-Fiscais

12 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

12 DATA DE APRESENTAÇÃO: DIA MES ANO
12 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

15 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

15 DATA DE RECEPÇÃO: DIA MES ANO
15 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO: 1.639.690

ESTA FICHA AUTENTICADA POR AMBAS AS REPARTIÇÕES, SUBSTITUI O CARTÃO CGC PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 15) OU DA ÚLTIMA REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 11900015615 em 09.12.82 JI-PARANA 19.01.2018

Certifico que até a data presente:

☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial

☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial

☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Rodeline Rack

Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do dec. Federal
nº 1.800/96



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO



0473

PORTARIA Nº 0921 (10) de 30 JUN 1980

O DIRETOR REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 178.306/80,

R E S O L V E :

Autorizar, nos termos do artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SÃO MORIMOTO LTDA, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a alterar as cláusulas primeira, terceira e quarta do seu contrato social, com o objetivo de criar uma filial na cidade de Vilhena, Território Federal de Rondônia e elevar o capital social por força da Portaria MC nº 441/76, conforme minuta apresentada no Processo nº 178.306/80.

II- Em consequência, o capital social da entidade ficará assim distribuído :

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR CR\$</u>
- LUIZ MORIMOTO	125	1.250.000,00
- MOTOKO KONDO MORIMOTO	125	1.250.000,00
- JANUARIO GORGA	50	500.000,00
T O T A L	300	3.000.000,00

57



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO

0474

III- Determinar, nos termos do artigo 102 do citado Regulamento que, após a efetivação do ato ora autorizado, este deva ser comprovado pela entidade junto ao Departamento Nacional de Telecomunicações, dependendo dessa medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.

RUBENS BUSSACOS

DR/SPO
MHSM/ecsm
Proc.nº 178.306/80



Para os efeitos do disposto no Inciso III, do Artigo 38, da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, e no Inciso III, do Artigo 71, do Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966 e na conformidade com o Decreto nº 65.400, de 12 de Outubro de 1969 Eu,

0475

Motoko Kondo Morimoto
(nome completo)

abaixo-assinado, brasileira natural de Uberlândia
(nacionalidade) (localidade)

—, Minas Gerais nascido em 14
(estado) (dia)

de novembro de 19 38, casado, função
(mês) (ano) (estado civil)

nária pública filho de Tadashi Kondo
(profissão) (nome do pai)

Sadako Kondo
(nome da mãe)

portador da carteira de identidade registro nº 7.225.440

expedida pela Secretaria da Segurança Pública - DICC.
(órgão expedidor)

São Paulo residente e domiciliado
(estado/território)

a Rua Sanharó nº 364
(rua avenida etc)

, na cidade de São Paulo

declaro, sob as penas da Lei, que não estou sendo processado, nem fui definitivamente condenado, em qualquer parte do Território Nacional, pela prática de crime cuja vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, por crime de prevariação, falência culposa, ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, e ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou fé pública. Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se entrega esta declaração, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito.

São Paulo 13, de agosto de 19 80
Localidade

x Motoko Kondo Morimoto
ASSINATURA DO DECLARANTE

(RECONHECER FIRMA)



Para os efeitos do disposto no Inciso III, do Artigo 38, da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, e no Inciso III, do Artigo 71, do Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966 e na conformidade com o Decreto nº 65.400, de 12 de Outubro de 1969 Eu,

Luiz Morimoto 0476
(nome completo)

abaixo-assinado, BRASILEIRA natural de PROMISSÃO
(nacionalidade) (localidade)

SÃO PAULO nascido em 01
(estado) (dia)

de OUTUBRO de 19 40, CASADO, ENGENHEIRO
(mês) (ano) (estado civil)

AGRONOMO filho de TARO MORIMOTO
(profissão) (nome do pai)

e MITUME MORIMOTO
(nome da mãe)

portador da carteira de identidade registro nº 3.374.193

expedida pelo SEC. SEGURANCA PUBLICA - S.P.
(órgão expedidor)

residente e domiciliado
(estado/território)

a CHARLES SPENCER CHAPLIN nº 85
(rua avenida etc)

APTO Nº 34, na cidade de SÃO PAULO - S.P.

declaro, sob as penas da Lei, que não estou sendo processado, nem fui definitivamente condenado, em qualquer parte do Território Nacional, pela prática de crime cuja vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, por crime de prevariação, falência culposa, ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, e ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou fé pública. Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se entrega esta declaração, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito.

SÃO PAULO, 13, de AGOSTO de 19 80
Localidade

[Assinatura]
ASSINATURA DO DECLARANTE

(RECONHECER FIRMA)



Para os efeitos do disposto no Inciso III, do Artigo 30, da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, e no Inciso III, do Artigo 71, do Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966 e na conformidade com o Decreto nº 65.400, de 12 de Outubro de 1969 Eu,

0477

Januario Gorga (nome completo)
abaixo-assinado, brasileiro (nacionalidade) natural de Teracicaoba (localidade)
, Paulo (estado) nascido em 23-01-1914 (dia)
de Janeiro (mês) de 19 14 (ano), casado (estado civil)
Economista (profissão) filho de Francisco Gorga (nome do pai)
e Rosa Fagundes (nome da mãe)
portador da carteira de identidade registro nº 774 340
expedida pelo Serviço de Identificação (órgão expedidor)
do Estado de São Paulo (estado/território) residente e domiciliado
a Rua Oliveira Melo (rua avenida etc) nº 90
, na cidade de Capital - Paulo

declaro, sob as penas da Lei, que não estou sendo processado, nem fui definitivamente condenado, em qualquer parte do Território Nacional, pela prática de crime cuja vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, por crime de prevariação, falência culposa, ou fraudulenta, peito ou suborno, peculato, e ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou fé pública. Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se entrega esta declaração, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito.

São Paulo - 12, de agosto de 19 80
Localidade

x Januario Gorga
ASSINATURA DO DECLARANTE

(RECONHECER FIRMA)

ATA DE JULGAMENTO



PROCESSO N.º

361683

TURMA DE VOGAIS

PRIMEIRA TURMA

DISTRIBUIDO PELO SR. PRESIDENTE DA TURMA AO SR. VOGAL

ISRAEL C. DO VALE

I

RELATÓRIO

Em condições de Deferimento

0478

[Signature]
Vogal Relator

II

DECISÃO

VOTOS

VOGAL (relator) *[Signature]*

VOGAL *[Signature]*

PRESIDENTE DA TURMA *[Signature]*

AO SR. SECRETÁRIO GERAL, PARA JUNTADA AO PROCESSO

SALA DAS SESSÕES, EM _____ DE **10 SET 1980** DE 19 _____

[Signature]
Presidente da Turma



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original esta arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 1190007060 em 10.09.80 JI-PARANÁ 19.01.2018

Certifico que até a data presente:

- ☒ existe(m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☐ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Maria José E. Radelaine Rack
Chefe de Esc. Regional



A presente Fotocópia tem o mesmo
valor do original de acordo com o
inciso II do Art. 78 do Dec. Federal
nº 1800/96

122041



SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.

0469



Os abaixo assinados LUIZ MORIMOTO, brasileiro, RG. 3.374.193, CIC. 187.406.698/15, solteiro, Engenheiro Agrônomo, residente à Rua dos Jacintos nº 372, aptº 96, MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, RG. 7.225.440, CIC. 059.548.788/20, casada, residente à Rua Sanharol nº 364 e JANUÁRIO GORGA, brasileiro, RG. 774.340, CIC. 005.768.838/91, casado, Economista, residente à Rua Oliveira Melo nº 90, todos nesta Capital, tem justo e contratado a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade, com sede nesta Capital, para a exploração dos serviços de radiodifusão em ondas médias, regulando-se a mesma pelas cláusulas que se seguem, com sede à Praça João Mendes, 42 - cj. 127/28:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade que, pelo presente contrato organizam os abaixo assinados é de responsabilidade limitada ou por quotas para a exploração de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias e da qual, como sócios quotistas, fazem parte os SRS. LUIZ MORIMOTO, MOTOKO KONDO MORIMOTO e JANUÁRIO GORGA, poderá inclusive abrir uma filial na cidade de Rondonia, Território Federal de Rondonia.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade girará sob a razão social de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., da qual os sócios quotistas usarão somente em negócios da firma, que por este motivo ficam expressamente proibidos de subscrevê-lo em endosso, saques de favor, fianças e abonos.

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) divididos em 12 (doze) quotas par



tes do valor unitário de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) to
talmente integralizado neste ato, em moeda corrente do país,
assim distribuídos:

0470

LUIZ MORIMOTO - 5 (cinco) quotas partes no total de
Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros);

MOTOKO KONDO MORIMOTO - 5 (cinco) quotas partes no
total de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) e,

JANUÁRIO GORGA - 2 (duas) quotas partes no total de
Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

PARÁGRAFO ÚNICO:- Os sócios respondem pela totalidade do capi
tal social.

PARÁGRAFO SEGUNDO:- Do capital social fica destacado o valor
de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para abertura de filial
na cidade de Rondonia, Território Federal de Rondonia.

CLÁUSULA QUARTA

As quotas partes da firma são indivisíveis
e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consen
timento da firma, cabendo, em igualdade de condições, o direi
to de preferência aos sócios que queiram adquiri-los.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Fica ainda terminantemente proibida a alie
nação ou caução de qualquer quota parte do capital, direta ou
indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependen
do, qualquer alteração contratual de prévia autorização do po
der cedente.

CLÁUSULA QUINTA

A duração da firma será por tempo indeter
minado.

CLÁUSULA SEXTA

Fica investido das funções de Garante da



3 -

firma, o sócio quotista JANUÁRIO GORGA, que poderá receber um pró-labore mensal, para suas despesas particulares, na importância, condizente com o que permitirá a legislação pertinente.

0471

CLÁUSULA SÉTIMA


No fim de cada ano civil, em 31 de dezembro, será levantado um balanço geral da sociedade e dos resultados far-se-á a distribuição proporcional.

CLÁUSULA OITAVA

O falecimento de qualquer dos sócios quotistas não dissolverá a sociedade. Os herdeiros do sócio falecido exercerão, em comum, os direitos à quota, designando por escrito, um dos co-proprietários que os represente na sociedade. A sociedade poderá, porém, adquirir as quotas do sócio falecido, em obediência do que está previsto na cláusula 4ª deste contrato de constituição.

E como assim contrataram, obrigam-se fielmente a cumprir em seus termos, as cláusulas acima e fazem o presente instrumento, em 3(três) vias de igual teor e valor.

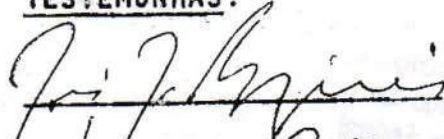
São Paulo, 05 de outubro de 1976

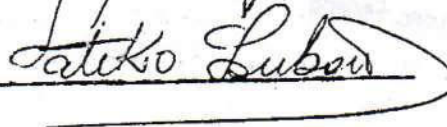

LUIZ MORIMOTO


MOTOKO KONDO MORIMOTO


JANUÁRIO GORGA

TESTEMUNHAS:-

 - JOSÉ JERONYMO PAZZINI

 - SATIKO TSUBONE

0472

REGISTRADO SOB Nº 875.295-76

7 OUT 1976



Nº 11.9 0000706 0

Por despacho do Presidente da Junta
Comercial do Território Federal de Rondô-
nia, nesta data, fica arquivado sob o núme-
ro acima e registrado no livro competente,
uma exemplar de qual teor.

Secretaria da JUCOR 10 SET 1980

Secretário Geral

26º CARTÓRIO DE NOTAS

Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42 - 1º And. - Fone. 37-6023
SÃO PAULO

Reconheço a firma: *[assinatura]*
São Paulo, *[data]*
Em teste *[assinatura]* da verdade

DENIZART L. PENNERADO - ENCH. AUTOR.
São Estadual e de Arquivo para pagar por Verbo

26º CARTÓRIO DE NOTAS 26º
Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42 - 1º And. - S.P.

AUTENTICAÇÃO
Autenticado a presente cópia reprografia conforme o
original e assim apresentado, de que deu fé
VERSO E ANVERSO

SÃO PAULO, 21 AGO 1980

São Estadual e de Arquivo para pagar por verbo
Escritório Arquivo 7,70
Obrato Lido Paulo 4,00
Tercio dos Santos Bel. Adriano Reis Cont. 6,00
São Paulo Paulo

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4145/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. as alterações contratuais posteriores à 7ª, se for o caso, registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

3.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 07/04/2021, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6979599** e o código CRC **0A262F0B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

SEI nº 6979599



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 7627/2021/MCOM

Brasília, 06 de abril de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4145/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/04/2021, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6979613** e o código CRC **37420607**.

Data de Envio:

08/04/2021 11:20:23

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mctic.gov.br>

Para:

ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_6979613.html
Nota_Tecnica_6979599.html



Autuizada pela Portaria
018/98



JUCESP PROTOCOLO

391459/99-5



QUARTA ALTERAÇÃO COI

EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA

MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, casada, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG. nº 7.225.440 - SSP/SP e do CPF/MF. 099.548.788-20, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Sanharó nº 364.

JANUÁRIO GORGA, brasileiro, desquitado, economista, portador da cédula de identidade RG. nº 774.340 - SSP/SP e do CPF. 005.768.836-90, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Oliveira Melo, 90 - Ipiranga.

ANTONIO MORIMOTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº 566.650 - SSP/SP e do CPF/MF. 026.158.198-87, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Sanharó nº 364.

RUTH MEGUME MORIMOTO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 7.499.597 - SSP/SP e do CPF/MF. 023.587.408-61, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia à rua 22 nº 160 - jardim Mangueiras I,

Únicos sócios quotistas da firma **A EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA.**, inscrita no CGC sob nº 48.076.533/0001-83, com sede à **Praça João Mendes nº 42 12º andar, Cj. 128/29**. Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob nº 875.295/76 em 07.10.76 e Alteração de nº 1.118.640-80 em 30.07.80 e 66.383-82 em 14.07.82, resolvem em comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a quarta alteração contratual para efeito de :

- conversão da moeda;
- mudança de endereço;
- aumento de capital social;
- saída de sócio;
- mudança no objetivo social;
- gerência administrativa

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com as Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, os valores monetários do Capital Social fica convertido e denominar REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA

Neste ato, os sócios decidem mudar o endereço da Sociedade para **rua Miguel Chakian nº 1.300, sala 03** na cidade de **Porto Velho - Estado de Rondônia**.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente nacional totalmente subscrita e integralizada nas proporções social de cada sócio.

O Capital Social de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dividido em 1.200 (hum mil e duzentas) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	581	quotas	R\$ 2.903,00
JANUARIO GORGA	27	quotas	R\$ 135,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
	523		
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, nos termos do artigo 2 In Fine, do decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade o sócio JANUARIO GORGA, acima qualificado, que cede e transfere 14 (quartoze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 70,00 (setenta reais) totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer onus para a sócia MOTOKO KONDO MORIMOTO acima qualificada; e 13 (treze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), totalmente livres e desembaraçada de quaisquer onus para a sócia RUTH MEGUME MORIMOTO, acima qualificada.

Com as transferencia acima o Capital Social da empresa ficam assim distribuídos entre os sócios;

MOTOKO KONDO MORIMOTO	595	quotas	R\$ 2.975,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	309	quotas	R\$ 1.545,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, conforme determina o Artigo II "In Fine" do Decreto Lei Federal nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá por objetivo social a instalação e exploração de serviços de radiofusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de transmissão de televisão, serviço especial de repetição de televisão e de geração, e serviço especial de música funcional com finalidades educativas, culturais e informáticas, bem como a exploração comercial do empreendimento no estado de Rondônia ou em quaisquer outras localidades do território nacional. Mediante a obtenção do governo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A **gerência e administração** da sociedade será exercida exclusivamente e isoladamente pelo sócio ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado, com poderes para:

- A) Usar a denominação social e representar a sociedade em juízo ou fora dele, passiva e ativamente perante as repartições financeiras bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes ao funcionamento regular da Empresa;
- B) Nomear procuradores, para representar a sociedade, quer judiciais, quer extrajudiciais, desde que especificado nos instrumentos de mandato os atos que os mesmos poderão praticar em nome da sociedade;
- C) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

De acordo com o consignado no Artigo 12 do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, o sócio, bem como os procuradores eventualmente nomeados ficam dispensados de prestação de caução para o exercício da administração e gerência da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por gerência e administração, entende-se a prática de todos os atos que fizerem necessários para a realização da finalidade social.

CLÁUSULA OITAVA

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social não modificadas pela presente Alteração Contratual.

CLÁUSULA NONA

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que a tudo presenciaram.

São Paulo, 10 de Setembro 1998

Motoko Kondo Morimoto
MOTOKO KONDO MORIMOTO

Sócia quotista

Antonio Morimoto
ANTONIO MORIMOTO

Sócio gerente

Ruth Megume Morimoto
RUTH MEGUME MORIMOTO

Sócia quotista

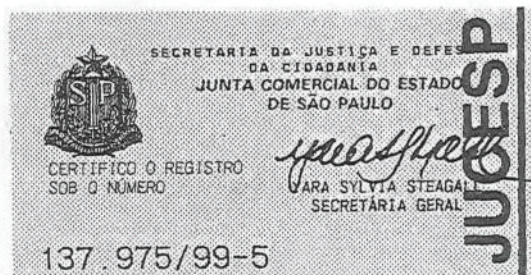
Januario Gorga
JANUARIO GORGA

sócio retirante

TESTEMUNHAS:

José Ferreira dos Santos
JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
RG. 6.961.916 - SSP-SP

José de Almeida
JOSÉ DE ALMEIDA
RG. 5.900.528 / 0



SELOS PAGOS POR VERBA 260 TABELIAO DE NOTAS 260
SERGIO DOS SANTOS
Tabelião Designado
Pg. João Mendes, 42 - 1.º And. - BEX 3107-8491 - S. Paulo
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de *S. Paulo*
e dou fé. *S. Paulo* 07 MAIO 1999
Valor Recebido por Firma R\$ 0,91
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

22.6 ABR 2000

12.00349944

CERTIFICADO
Certifico que este documento foi registrado
sob número e data estampados mecanicamente.



Francisca Lidia F. Arruda

FRANCISCA LIDIA F. ARRUDA
Secretaria Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o disposto do artigo 78, e incisos do Decreto nº 1800/96,
certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta

Junta Comercial sob o

Nº 12.00349944 em 26/04/2000 PVH 25 OUT 2004

Certifico até a data presente:

- ☐ existiu ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial
☒ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
☒ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

Gilene Sobrinho Moraes
Gerente da J.C.E.R.



NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W


ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO *****
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná
		UF RO

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	89.9 MHz	CANAL:	210
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	145.7
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW319		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Ji-Paraná		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Costa e Silva	BAIRRO:	Jotão
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
NUMERO:	1297	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos	MODELO:	SP 1000 ágil
CÓDIGO:	Eletrônicos Ltda	POTÊNCIA:	0.270 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR	002480300528		
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		MODELO:	*****
FABRICANTE:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
CÓDIGO:	*****	MODELO:	*****
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de	MODELO:	FMCiro 4H 210
POLARIZAÇÃO:	Antenas Ltda		
DESCRIÇÃO:	Circular	GANHO:	2.87
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	49.5 m	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ANTENA AUXILIAR		BEAM TILT:	***** graus
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
RDS			
Código PI:	*****		

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 28/04/2021 14:44:42

APLICAÇÃO	Emitido Em 24/05/2018	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDE4NWlwnjY4Y2Q4MmFIZg==	
-----------	--------------------------	--	---

alterado
Pelo presente instrumento particular de contrato, LUIZ MORIMOTO, RG 3.374193 e cio 187 406 698/78, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente a Rua Charles Spenser Chaplin, n. 85, apart. 34, MOTOKO KONDO MORIMOTO, RG 7.225.440 e cio n. 059 548 788/20, brasileira, casada, pedagoga, residente a Rua Sanharó, 364 e JANUARIO GORGA, RG 774340 e cio 005768838-90, brasileiro, casado, economista, residente a Rua Oliveira Melo, 90 todos nesta Capital, socios e unicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., com sede nesta Capital a Praça João Mendes, 42, 12º and. conj. 128/29, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. 875 295 em sessão de 6/10/1976, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar seu contrato social, propiciando abertura de uma filial na cidade de Vilhena, no T.F. Rondonia, dando nova redação as clausulas primeira, terceira e quarta, ampliando seus objetivos, aumentando o capital social, como segue:

- a) ampliar os objetivos da Empresa dentro dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens constante da clausula primeira, propiciando a abertura de filiais em quaisquer outras localidades do territorio nacional;
- b) aumentar o capital social constante da clausula terceira, para Cr\$3.000.000,00 (treis milhões de cruzeiros) com subscrição integral pelos socios da elevação de Cr\$2.880.000,00 (dois milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros), representada por 288 (duzentos e oitenta e oito) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) para integralização em moeda corrente do país, em 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data deste instrumento, a saber:
 - 1) pelo socio LUIZ MORIMOTO, Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) representados por 120 (cento e vinte) quotas partes;
 - 2) pelo socio MOTOKO KONDO MORIMOTO Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) representados por 120 (cento e vinte) quotas partes; e
 - 3) pelo socio JANUARIO GORGA, Cr\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) representados por 48 (quarenta e oito) quotas partes.
- c) dar nova redação a clausula quarta, como segue abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade é de responsabilidade limitada ou por quotas partes, tendo como principal objetivo a instalação e exploração de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens e serviços especiais de telecomunicações, com finalidade educativa, cultural e informativa, neste Estado de São Paulo ou em quaisquer outras localidades do territorio nacional, mediante a obtenção do Governo Federal de concessões e permissões, tudo de acordo com a legislação especifica regedora da materia;

- § 1º - A sociedade tem sede nesta Capital a praça João Mendes, 42, 12º andar, conjunto 128/29;
- § 2º - A sociedade abrirá uma filial na cidade de VILHENA, Territorio Federal de Rondonia a Avenida Capitão Castro n. 3027 mantendo-a em pleno funcionamento.

19.º TABELIONATO DE NOTARIADO
HILDEBERTO
T. 1
Rua Quintino D
AUT
Autentico a presente cópia
conforme o original, a mim
São Paulo, 24
FRANCISCO

Foto Confedera ARGO IRIS S/C Ltda
 Praça João Mendes, 2 - S/N
 CEC 01000000/0001-67
 Ass. _____

O Capital social é de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), dividido em 300 (trezentas) quotas partes no valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalmente subscritas pelos socios e para integralização, como segue:

- 1) pelo socio LUIS MONIMOTO 125 (cento e vinte e cinco) quotas partes do valor total de Cr\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros), estando Cr\$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) já integralizados em moeda corrente e os restantes Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para serem integralizados na forma do item "b" retro;
- 2) pela socia MOTEXO MONTE MO IMOTO 125 (cento e vinte e cinco) quotas partes no valor de Cr\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros) estando Cr\$50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) já integralizados em moeda corrente do país e os restantes Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para serem integralizados na forma do item "b" retro;
- 3) pelo socio JANUARIO MONUA 50 (cincoenta) quotas partes no valor de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), estando já integralizados Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em moeda corrente do país e os restantes Cr\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) para serem integralizados na forma do item "b" retro.

Paragrafo primeiro - A responsabilidade dos socios é limitada a totalidade do capital social, nos termos do Decreto n. 3708, de 10 de janeiro de 1919;

Paragrafo segundo - Do capital social fica destacado o valor de Cr\$2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros) destinados a abertura de uma filial na cidade de VILHENA, no Territorio Federal de Rondonia, conforme outorga concedida através do Decreto n. 84.379, de 8 de janeiro de 1980, publicado no D.O.U. de 9 do mês mês e ano.

Clausula quarta

As quotas partes da firma são indivisiveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos integrantes da firma, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferencia aos socios que queiram adquiri-las.

Paragrafo primeiro - Fica, ainda, terminantemente proibida a alienação ou caução de qualquer quota parte do capital, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas juridicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferência de quotas, de previa autorização do poder concedente.

Paragrafo segundo - Ficam ainda integrante deste contrato, as disposições constantes da Lei 4.117, de 27.8.1962, alterada pelo Decreto-Lei 236, de 28.2.1967, bem como as Leis, regulamentos e instruções emanadas do poder concedente, vigente ou que venham a vigorar, referentes a execução dos serviços de radiodifusão, ou sejam:

- I - que o capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos;
- II - que o quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais;
- III - que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos.

30 JUL 1980

08/079.118.640/180

[Handwritten signature]

10.º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE S. PAULO	
HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO	
Tabelião	
Rua Quintino Bocaiuva, 176 - Térreo	
AUTENTICAÇÃO	
Autentico a presente cópia reprográfica (Anverso e Verso), conforme o original, a mim apresentado, do que dou fé.	
São Paulo, 21 de AGO de 1980	
FRANCISCO APOCALYPSE HAMILTON MARTINS LOURDES C. FIGUEIROA ESCRIVENTES AUTORIZADOS	
As contribuições ao Estado e a Certeira das Serventias serão colhidas por verba:	Ao Tab. 2,00 Ao Est. 1,00 Ao Cel. 1,00 TOTAL R\$ 4,00

Nota Controlada RECEBIS S/C L180
Praca João Mendes 43 - SP
COC 610-1000/1-67
Ass. _____

IV - que as quotas partes representativas do capital social serão sempre nominativas.

E como assim acordaram, obrigam-se, fielmente, os signatarios a cumprir em seus termos a presente alteração e as demais clausulas do primitivo contrato não alteradas, pelo que assinam as tres vias de igual teor e valor.

São Paulo, 19 de junho de 1980

[Signature]
LUIZ MORIMOTO

[Signature]
MOTOKO KONDO MORIMOTO

[Signature]
JANUARIO GORGA

Testemunhas

[Signature]
Lauro Shibuya
Rg 4.414 719

[Signature]
José Neme
RG 13 511 336

20 = CARTORIO DE NOTAS
Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escriva
RUY LA FARIÑA - Oficial Máo
PRAÇA JOÃO MENDES, 42 - 1.º ANDAR - SÃO PAULO - SP

Reconheço a firma

[Signature]

São Paulo, 19 JUN 1980

Em test.:

DENIZARI LUIZ PEREIRA
VALOR ESTADUAL 1,00
POR FIRMAR 1,00
ENTRADA 1,00
CART. DENVAL 1,00

30 JUL 1980

0871040811186401780

10.º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE SÃO PAULO	
HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO	
Tabelião	
Rua Quintino Bocaiuva, 176 - Torreão	
AUTENTICAÇÃO	
Autentico a presente cópia xerográfica (Anverso e Verso), conferindo o original, a mim apresentado, do que dou fé.	
São Paulo, 24 de AGO de 1980	
FRANCISCO APOCALYPSE HAMILTON MARTINS LOURDES C. FIGUEIRA ESCRIVENTES AUTORIZADOS	
As contribuições ao Estado e a	As contribuições ao Estado e a
Certidão das Serventias serão	Certidão das Serventias serão
recebidas por verba:	recebidas por verba:

Prço Copiadora 100
Prço Léo Mendes, 50
Gr 11.67.037/007121

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS DE REGIONALIDADE LIMITADA - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

78573

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato LUIZ MORIMOTO RG 3.374.193 e cia 187 406 698/78, brasileiro, casado engenheiro agrônomo, residente a Rua Charles "Chener" Chaplin, n. 85 apartamento 34, MOTOZO KONDO MORIMOTO RG 7.2 440 e cia numero 099 548 788-20, brasileira, casada, pedagoga, residente a Rua Sanharó, 364 e JANUARIO GORGA, RG 774 340 e cia 005 768 838-90, brasileiro, desquitado, economista, residente a Rua Oliveira Melo, 90, todos nesta Capital, socios e únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., com sede nesta Capital a Praça João Mendes, 42, 122 and. Cj 128/29, com contrato social de 5.10.1976, posteriormente alterado pelo de 19.6.1980 arquivados ambos na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob os ns. 875 295 de 6.10.1976 e 1.118.640-80 em 30.7.1980, respectivamente, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, promover as alterações que se seguem:

1) Transferir parte das quotas do capital social para os novos socios, com expresse consentimento dos quotistas remanescentes, a saber:

a) o socio LUIZ MORIMOTO cede e transfere, neste ato, a totalidade de suas 125 (cento e vinte e cinco) quotas parte de seu capital social de valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) a nova socia, ora admitida RUTH MECUNE MORIMOTO RG 7.499597 e cia 021587408-61, brasileira, solteira, advogada, residente nesta Capital a Rua Sanharó, n. 364 pelo preço de Cr\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cincoenta mil cruzeiros), dos quais Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), não integralizados, mas que será integralizado na forma estabelecida na alteração do contrato social de 30.7.1980 arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. 1.118.640-80, até 29 de julho de 1982;

§ unico - em consequencia o socio cedente Luiz Morimoto que se retira da sociedade da plena e geral quitação de seus haveres na firma;

b) o socio JANUARIO GORGA cede e transfere nesta ato, parte de seu capital representado por 23 (vinte e três) quotas parte do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) no total de Cr\$230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros) ao novo socio, ora admitido, Dr. ANTONIO MORIMOTO RG 1.566.650 e cia 026158198-87, brasileiro, casado, advogado residente nesta Capital a Rua Sanharó, 364 pelo preço de Cr\$230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros), não integralizado e que será integralizado na forma estabelecida na alteração contratual de 30.7.1980, arquivado sob o n. 1.118.640-80, até 29.7.1982.

c) aumentar o capital social da sociedade de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para Cr\$12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), devendo a diferença, para parior de Cr\$9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) a ser integralizado em moeda corrente do país, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar desta data, assim subscrito pelos socios:

S. J. P.

TABELIONATO FIGUEIREDES

COMARCA DE VILHENA

AUTENTICO PARA OS DEVIDOS ESTATOS
E PRESENTE FOTOCOPIA PARA
DIREÇÃO FISCAL DO FORTALECIMENTO QUE
APRESENTAÇÃO DE 1983

22.02.83

ROSENDA TAVARES
Secretaria

NOV 23 1963

Anexo 1^a, 2^a e 3^a / 4^a AC (7141457)

SEI 53115.001396/2021-14 / pg. 85

- a) MOTOKO KONDO MORIMOTO, acima qualificada, subscorre Cr\$4.560.000,00 (quatro milhões quinhentos e sessenta mil cruzeiros) representada por 456 (quatrocentos e oitenta e seis) quotas parte do valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros);
- b) ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado subscorre Cr\$ 2.730.000,00 (dois milhões setecentos e trinta mil cruzeiros) representados por 273 (duzentos e setenta e três) quotas parte do valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros);
- c) RUTH MEGUME MORIMOTO, acima qualificada subscorre Cr\$. 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil cruzeiros) representados por 171 (cento e setenta e uma) quotas parte do capital de valor unitário de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros).
- 3) Em razão das alterações entre as cláusulas terceira e sexta, como segue:

CLÁUSULA TERCEIRA

O capital social é de Cr\$12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros, divididos em 1.200 (um mil e duzentas) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), totalmente subscritas pelas sócias como segue:

- a) pela sócia MOTOKO KONDO MORIMOTO 581 (quinhentas e oitenta e uma) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalizando Cr\$ 5.810.000,00 (cinco milhões oitocentos e dez mil cruzeiros);
- b) pela sócia JANUARIO CORGA 27 (vinte e sete) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalizando Cr\$270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros);
- c) ANTONIO MORIMOTO 296 (duzentos e noventa e seis) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) totalizando Cr\$2.960.000,00 (dois milhões novecentos e sessenta mil cruzeiros);
- d) RUTH MEGUME MORIMOTO 296 (duzentos e noventa e seis) quotas partes do valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada uma, totalizando Cr\$2.960.000,00 (dois milhões novecentos e sessenta mil cruzeiros).

§ 1º - A responsabilidade dos sócios é limitada a totalidade do capital social, nos termos do Decreto-Lei 3708, de 10.01.1919;

O capital social ficam destinados:

a) Cr\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinados a filial de Vilhena R.O.;

b) Cr\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinados a abertura da filial na cidade de JI-PARANA, R.O.

CLÁUSULA SEXTA

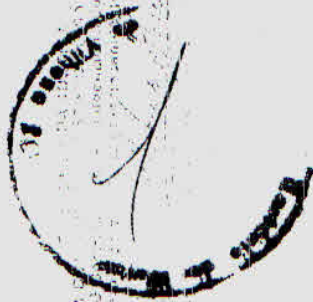
Os signatários da função de Gerente da firma os quotistas JANUARIO CORGA, MOTOKO KONDO MORIMOTO e RUTH MEGUME MORIMOTO

segue

14 JUL 1982

NO 66383-1/82

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Luis Carlos Mendez
Rector El Colegio Mayor



que poderão retirar um pro-lubere mensal, para suas despesas particulares, na importância condizente com que permite a legislação pertinente.

e como assim acordaram e promover a presente alteração contratual, obrigam-se fielmente a cumprir em seus termos desta alteração e as demais cláusulas não alteradas do contrato social, pelo que assinam as quatro vias, de igual teor, deste instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, 30 de Novembro de 1981

[Signature]
Luis Roxiroto

[Signature]
Motoke Kondo Morimoto

[Signature]
Antonio Morimoto

[Signature]
Jannario Gerga

[Signature]
Yoshiko Katayama

Testemunhas

[Signature]
A. de Yoshino RG 2.331163

[Signature]
Yoshiko Katayama R. 10.690.030

JOSÉ NEME

043-SR 10.249

20
CARTÓRIO DE NOTAS
DE JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial - Maior
RUA JOÃO MENDES, 42 - 1.º AND. PAIX 258-8344 - S. Paul.

Recebeu por semelhança a firma

[Signature]
[Signature]

9 JUN 82

São Paulo.

SELO ESTADUAL E DE APOSENTADORIA PAGOS POR VERSA

INTERVENIENTES AUTORIZADOS

☒ Carlos Alberto Machado Castanho de Almeida
☒ Luis Carlos Elchla
☐ Sergio dos Santos
☐ Nul. Almeida Reis

POR FIRMA

Escrivão R\$ 01
Estadual S\$ 50
Cart. Serv. R\$ 20

COMARCA DE SÃO PAULO
AUTENTICO PARA OS INTERFES INTERES
A PRESENTE FOTOCOPIA DO CONTRATO SOCIAL E REPRO-
DUÇÃO FOT. DO DOCUMENTO DE REGISTRO
APRESENTADO EM 22.06.1999
VERIFICAÇÃO

22.06.1999

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

SECRETARIA DE ECONOMIA
Nº 066.383-1-82

3 4 JUN 1982



SECRETARIA DE ECONOMIA
MINISTERIO DA ECONOMIA
CARTÃO DE CANCELAMENTO DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO
Nº 066.383-1-82

*Autorizada pela Portaria
018/98*



JUCESP PROTOCOLO
391459/99-5



SINGULAR

QUARTA ALTERAÇÃO COI

EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA

MOTOKO KONDO MORIMOTO, brasileira, casada, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG. nº 7.225.440 - SSP/SP e do CPF/MF. 099.548.788-20, residente e domiciliada nesta capital do Estado de São Paulo à Rua Sanharó nº 364.

JANUÁRIO GORGA, brasileiro, desquitado, economista, portador da cédula de identidade RG. nº 774.340 - SSP/SP e do CPF. 005.768.836-90, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Oliveira Melo, 90 - Ipiranga.

ANTONIO MORIMOTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG. nº 566.650 - SSP/SP e do CPF/MF. 026.158.198-87, residente e domiciliado nesta capital do Estado de São Paulo à rua Sanharó nº 364.

RUTH MEGUME MORIMOTO, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 7.499.597 - SSP/SP e do CPF/MF. 023.587.408-61, residente e domiciliada na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia à rua 22 nº 160 - jardim Mangueiras I,

Únicos sócios quotistas da firma **A EMPRESA DE RADIOFUSÃO MORIMOTO LTDA.**, inscrita no CGC sob n.º 48.076.533/0001-83, com sede à Praça João Mendes nº 42 12º andar, Cj. 128/29. Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), sob n.º 875.295/76 em 07.10.76 e Alteração de nº 1.118.640-80 em 30.07.80 e 66.383-82 em 14.07.82, resolvem em comum acordo e na melhor forma de direito, proceder a quarta alteração contratual para efeito de :

- conversão da moeda;
- mudança de endereço;
- aumento de capital social;
- saída de sócio;
- mudança no objetivo social;
- gerência administrativa

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com as Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal, os valores monetários do Capital Social fica convertido e denominar REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA

Neste ato, os sócios decidem mudar o endereço da Sociedade para rua Miguel Chakian nº 1.300, sala 03 na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, os sócios resolvem aumentar o capital social da empresa para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente nacional totalmente subscrita e integralizada nas proporções social de cada sócio.

O Capital Social de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dividido em 1.200 (um mil e duzentas) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

MOTOKO KONDO MORIMOTO	581	quotas	R\$ 2.905,00
JANUARIO GORGA	27	quotas	R\$ 135,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do Capital Social, nos termos do artigo 2 In Fine, do decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade o sócio JANUARIO GORGA, acima qualificado, que cede e transfere 14 (quatorze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 70,00 (setenta reais) totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer onus para a sócia MOTOKO KONDO MORIMOTO acima qualificada; e 13 (treze) quotas de Capital Social no valor total de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), totalmente livres e desembaraçada de quaisquer onus para a sócia RUTH MEGUME MORIMOTO, acima qualificada. Com a transferência acima o Capital Social da empresa ficam assim distribuídos entre os sócios;

MOTOKO KONDO MORIMOTO	595	quotas	R\$ 2.975,00
ANTONIO MORIMOTO	296	quotas	R\$ 1.480,00
RUTH MEGUME MORIMOTO	309	quotas	R\$ 1.545,00
TOTAL	1.200	quotas	R\$ 6.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do Capital Social, conforme determina o Artigo II "In Fine" do Decreto Lei Federal nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade terá por objetivo social a instalação e exploração de serviços de radiofusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de transmissão de televisão, serviço especial de repetição de televisão e de geração, e serviço especial de música funcional com finalidades educativas, culturais e informáticas, bem como a exploração comercial do empreendimento no estado de Rondônia ou em quaisquer outras localidades do território nacional. Mediante a obtenção do governo.

CLÁUSULA SÉTIMA

A gerência e administração da sociedade será exercida exclusivamente e isoladamente pelo sócio ANTONIO MORIMOTO, acima qualificado, com poderes para:

A) Usar a denominação social e representar a sociedade em juízo ou fora dele, passiva e ativamente perante as repartições financeiras bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes ao funcionamento regular da Empresa;

B) Nomear procuradores, para representar a sociedade, quer judiciais, quer extrajudiciais, desde que especificado nos instrumentos de mandato os atos que os mesmos poderão praticar em nome da sociedade;

C) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

De acordo com o consignado no Artigo 12 do Decreto 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, o sócio, bem como os procuradores eventualmente nomeados ficam dispensados de prestação de caução para o exercício da administração e gerência da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por gerência e administração, entende-se a prática de todos os atos que fizerem necessários para a realização da finalidade social.

CLÁUSULA OITAVA

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato Social não modificadas pela presente Alteração Contratual.

CLÁUSULA NONA

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que a tudo presenciaram.

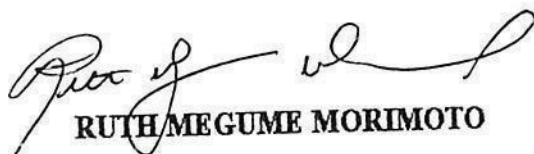
São Paulo, 10 de Setembro 1998


MOTOKO KONDO MORIMOTO

Sócia quotista


ANTONIO MORIMOTO

Sócio gerente


RUTH MEGUME MORIMOTO

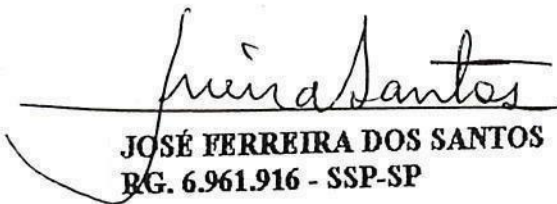
Sócia quotista





JANUARIO GORCA

sócio retirante

TESTEMUNHAS:


JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
RG. 6.961.916 - SSP-SP


JOSE DE ALMEIDA
RG. 5.900.528



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464
CERTIDÃO

Processo nº 53115.001396/2021-14

Assunto: Regularização Societária ou Diretiva

Certifico e dou fé que em face da alteração societária/diretiva nº 7 (Evento SEI nº6378071 , págs. 4-11) a regularização da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 01250.012668/2017-77, o que possibilita, assim, a continuidade da instrução do presente feito.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 28/04/2021, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7139860** e o código CRC **E13B8D95**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

2. A fim de dar prosseguimento ao feito, faz-se necessária a verificação da observância de todas as obrigações relativas à migração pela cessionária, tendo em vista que eventuais irregularidades, inclusive quanto aos aspectos técnicos relacionados à execução do novo serviço, poderão obstar a renovação pretendida.

3. Assim sendo, encaminhem-se os autos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares - COESA, para que se manifeste quanto ao cumprimento, por parte da interessada, das obrigações e prazos constantes no Termo Aditivo de Adaptação da Outorga. Após, restitua-se os autos à CORRC, para adoção das medidas consectárias.

Brasília, 28 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/04/2021, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7140187** e o código CRC **77CF5ABD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

SEI-MCOM nº 7140187

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. INFORMAÇÕES QUANTO À REGULARIDADE TÉCNICA DA ENTIDADE.

1. Trata-se de processo administrativo de interesse de radiodifusão sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, adaptado para Frequência Modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

2. A fim de dar prosseguimento ao feito, faz-se necessário que o setor responsável se manifeste expressamente quanto à regularidade técnica da interessada, no curso da prestação do serviço para o qual foi outorgada, por se tratar de *requisito legal indispensável à renovação das outorgas de radiodifusão*, conforme entendimento recente da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, nos termos da Nota nº 00139/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo nº 01250.018853/2018-56, e em observância ao art. 5º, parágrafo único, da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020.

3. Assim sendo, encaminhem-se os autos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares - COESA, para exame e manifestação. Após, restitua-se os autos à CORRC_DOC, para adoção das medidas consecutórias.

Brasília, 28 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/04/2021, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7140207** e o código CRC **E9A9A9BE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Data de Envio:

28/04/2021 17:39:58

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

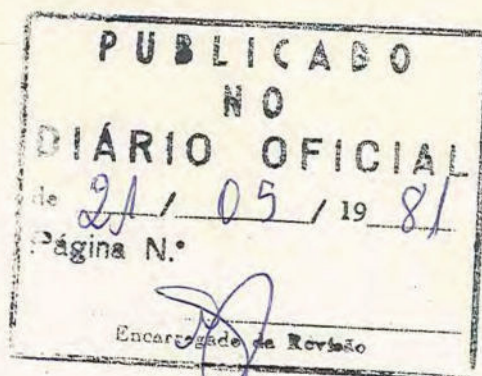
Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Município de Ji-Paraná/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

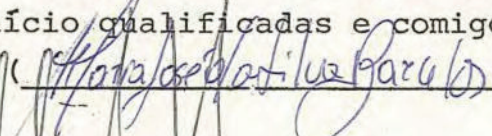


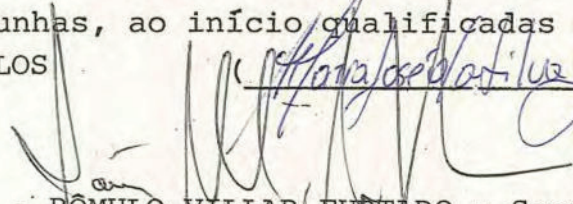
Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e a Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., para estabelecer uma estação de radio difusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia.

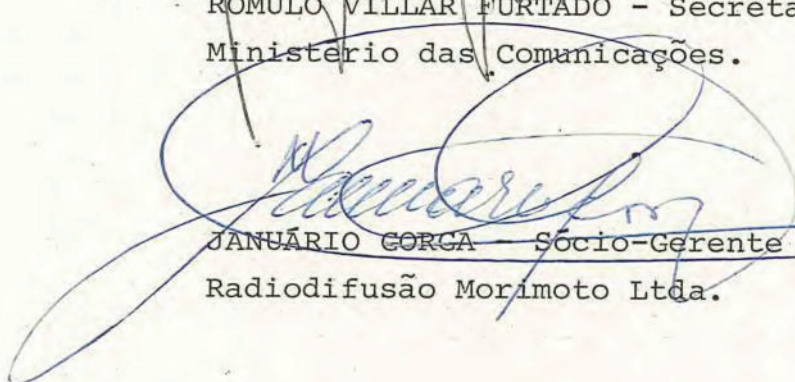
Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), no Gabinete do Senhor Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Engenheiro Rômulo Villar Furtado, titular do cargo acima citado, e como testemunhas os senhores José Foch de Lima, Diretor-Geral Substituto do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e Domingo Poty Chabalgoity, Diretor Substituto da Divisão de Radiodifusão do mesmo Departamento, compareceu o Senhor Januário Gorga, brasileiro, casado, economista, Carteira de Identidade nº 774.340, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com o CPF nº 005.768.838-91, residente e domiciliado na Rua Oliveira Melo, nº 90, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Sócio-Gerente da Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., conforme consta do Processo número cento e setenta e oito mil, setecentos e vinte e dois, do ano de mil novecentos e oitenta, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada Entidade, através do Decreto número oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e nove, de quatro de maio de mil novecentos e oitenta e um, publicado no Diário Oficial da União do dia seis subsequente, para estabelecer na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia, uma estação de radio difusão sonora em onda média de âmbito regional, regendo-se referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes:

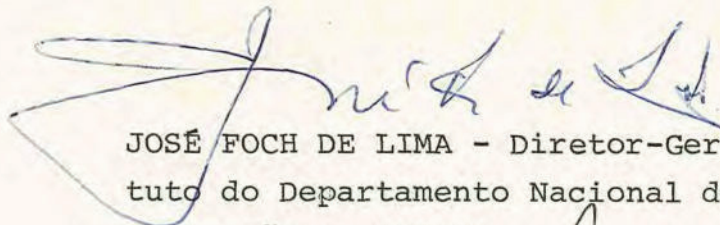
CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Empresa de Radiodifusão Marimot Ltda., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez anos e entrará em vigor a partir da publicação deste contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de

1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, às Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido q) não alterar em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter a sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou que vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais compreendendo 5 (cinco) horas semanais conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236,

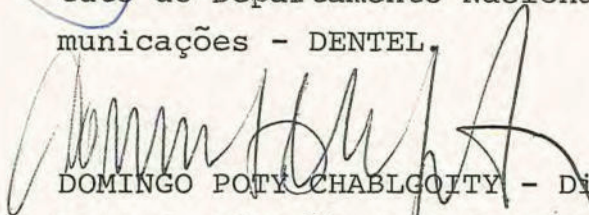
de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior. CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo, MARIA JOSÉ DA SILVA BARCELOS , que o datilografei.


RÔMULO VILLAR FURTADO - Secretário-Geral do
Ministério das Comunicações.


JANUÁRIO CORÇA - Sócio-Gerente da Empresa de
Radiodifusão Morimoto Ltda.



JOSÉ FOCH DE LIMA - Diretor-Geral Substituto do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL.



DOMINGO POTY CHABLGOITY - Diretor-Substituto da Divisão de Radiodifusão do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL.

PR - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
Em 06/ MAI 1981 /

PR - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 06 MAI 1981



Decreto n.º 85.969, de 04 de maio de 1981

Outorga concessão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia.

O Presidente da República,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 7.873/80 (Edital nº 15/80),

D E C R E T A :


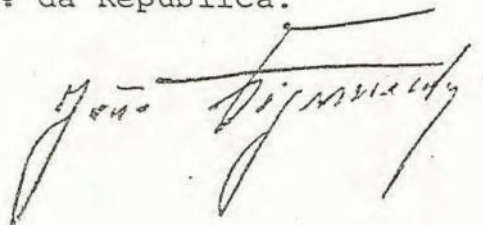
Art. 1º - Fica outorgada concessão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., nos termos do artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da

publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 04 de maio de 1981;
160º da Independência e 93º da República.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'H. L. Silva', written in a cursive style.A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'João F. Silva', written in a cursive style.

CLÁUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO
Nº85.969, DE 04 DE MAIO DE 1981

I

Fica assegurado à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MO RIMOTO LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Ji-Paraná, Território Federal de Rondônia, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do contrato celebrado entre o Ministério das Comunicações e a concessionária.

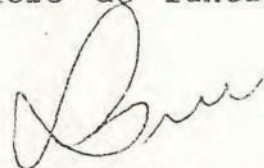
III

A concessionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;

b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funciona



mento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização;

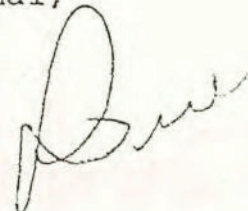
g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no artigo 71 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, vinculada ao Ministério da Justiça, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional;



m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

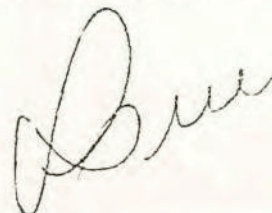
p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia au



torização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

IV

A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Interministerial nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura;

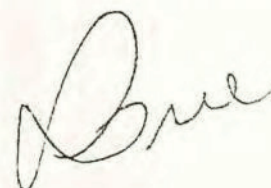
b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior.

V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



VII

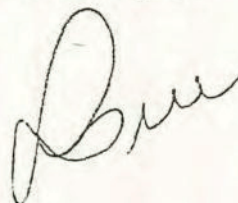
Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
17º Subdistrito - Bela Vista - São Paulo - Capital



Flávia Benito Teixeira
Oficial

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, no livro B-0118 de registro de casamentos, às folhas 083, sob número 28187, consta o assento de casamento de ANTONIO MORIMOTO e MOTOKO KONDO, que passou a assinar o nome de MOTOKO KONDO MORIMOTO, realizado no dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e setenta e dois (26/09/1972), perante o MM. Juiz de casamentos Dr. Cyro de Azevedo Marques.

ELE natural de Promissão, SP, nascido em 05/11/1934, nacionalidade brasileira, filho de SAZAHITE MORIMOTO e de HISSAYE MORIMOTO.

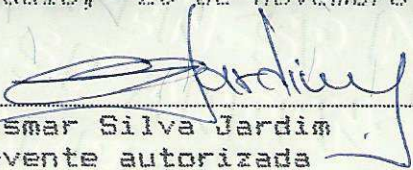
ELA natural de Uberlândia, MG, nascida em 14/11/1938, nacionalidade brasileira, filha de TADASHI KONDO e de SADAKO KONDO.

O casamento foi realizado sob regime de separação total de bens, de acordo com a escritura de pacto ante-nupcial, lavrada nas Notas do 24º Tabelionato, desta Capital, em 11/08/1972, (Livro 1357, folhas 58v).

OBS: FAZ PARTE DA PRESENTE CERTIDÃO AS AVERBAÇÕES E/OU ANOTAÇÕES CONSTANTES NO VERSO.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 25 de novembro de 2009.


Clerismar Silva Jardim
escrevente autorizada



CERTIDÃO

CERTIFICO que na margem do termo consta o seguinte:
ANTONIO MORIMOTO, faleceu em Guará, DF, no dia 28/08/2007 (livro
C-161, fls. 96, nº 50456).

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 25 de novembro de 2009.


Clerismar Silva Jardim
escrevente autorizada

Reconheço a firma supra de
Clerismar Silva Jardim e
dou fé.
São Paulo, 25 de novembro de 2009
Em teste _____ da verdade.

Rec. FirmaR\$ 2,90
"VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE"

Emolumentos:
Certidão... 18,95
Averbação... 9,50
TOTAL..... 31,35
GUIA Nº:265/09
Digitado por: Digitado por: 3080

Rogério Luz Pimenta
Escrevente Autorizado





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS DO DISTRITO FEDERAL

1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E PROTESTO, REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.

TITULAR: EMIVAL MOREIRA DE ARAÚJO

AV. CENTRAL, A. ESP. 12, BLOCO K, N. BANDEIRANTE, BRASÍLIA-DF
QI 11 BLOCO "B" LOJA 23 GUARA-I, BRASÍLIA-DF

- FONE (0XX61) 3552-0005
- FONE (0XX61) 3568-3200

LIVRO Nº C 161

FOLHA Nº: 96

Nº 50456 - CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que aos 28 de agosto de 2007, sob os números acima mencionados, do Livro de Registro de Óbitos deste Cartório, foi lavrado o óbito de:

ANTONIO MORIMOTO,

falecido aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete (**28/08/2007**), às 03:30 horas, no(a) **DOMICÍLIO,**

do sexo **masculino**, de cor **amarela**,

profissão **empresário**, natural de **PROMISSÃO-SP,**

domiciliado e/ou residente na(em) **SQN 310 BL. L AP. 402 - ASA NORTE, BRASÍLIA-DF**

com **72** (setenta e dois anos de idade), estado civil **casado**,

filho de **SAZAHITI MORIMOTO**

e de **HISSAYE MORIMOTO,**

Foi declarante: **RALIDIO VITURINO DA SILVA.**

O óbito foi atestado pelo(a) médico(a) Dr.(ª) **VALTENIR VASCO DA SILVA**, CRM nº 4584/DF, que deu como causa de morte **PARADA CARDIORESPIRATÓRIA, INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO, HIPERTENSÃO ARTERIAL, DISLIPIDEMIA, INSUFICIÊNCIA CORONARIANA CRÔNICA, SOBREPESO, ACENTUADO.**

O sepultamento foi realizado **NO CEMITÉRIO DE ANDRADINA - SP.**

Observações: ERA ELEITOR EM PORTO VELHO-RO. DEIXOU BENS A INVENTARAI, NÃO DEIXOU TESTAMENTO CONHECIDO. ERA CASADO COM A SRA. MOTOKO KONDO MORIMOTO. DEIXOU FILHO: ANTONIO MORIMOTO JÚNIOR (31 ANOS). DOCUMENTO APRESENTADO CI Nº 24672 OAB/DF. O DECLARANTE COMPARECE NA QUALIDADE DE PREPOSTO DA ESPOSA DO FALECIDO.

Registro feito em 28 de agosto de 2007

O referido é verdade e dou fé. Eu 119-298 a digitei e eu 061 conferi, dou fé e assino.

GUARÁ I-DF, 30 de agosto de 2007.

Emolumentos:

Registro: R\$
Certidão(ões): R\$ 3.83
Busca(s): R\$
Total: R\$ 3.83

119-298
OFICIAL/ESCREVENTE





República Federativa do Brasil

Estado de São Paulo



Município e Comarca de Andradina

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais de Interdição e Tutela

Rua D. Pedro I, 829 - Fone (18) 3722-4274

Marise V. Lima Lehn dos Reis
DELEGADA SUBSTITUTA

Maria Aparecida Antonini Shinkado
OFICIAL DELEGADA

Maria Stela Gareti Guimarães
ESCREVENTE

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que, sob o nº 25419 folha 258 do Livro nº A-27 de REGISTRO DE NASCIMENTOS, encontra-se o assento de:

RUTH MEGUMI MORIMOTO

nascida na data de 21 de maio de 1957, às 10:00 horas, local nesta cidade, do sexo feminino,

filha de JIRO MORIMOTO
e de Dona MISSAKO MORIMOTO
sendo:
avós paternos SADASHITI MORIMOTO
e Dona HISSAE MORIMOTO
e maternos SUEKITI TAKEMURA
e Dona SHOTI TAKEMURA

Foi declarante o pai e serviram de testemunhas as constantes do termo. Registro lavrado em 3 de junho de 1957.

Observações: nascida ao vigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

O referido é verdade e dou fé

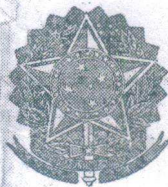
Andradina, 5 de novembro de 2003

(OFICIAL)

D.11,46 Ipesp.2,29,Total 13,75.

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS DE ANDRADINA, EST. SÃO PAULO
Maria Aparecida Antonini Shinkado
Oficial

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DE INTERDIÇÕES E TUTELAS.
Rua D. Pedro I, Nº 829 - Andradina - SP
Maria Aparecida Antonini Shinkado - Oficiala
Marise Vicente Lima Lehn dos Reis - 1º Subst.
Maria Stela Gareti Guimarães - 2º Subst.
selo pago por verba



ESTADO DE SÃO PAULO

Distrito, Município e Comarca de Andradina

Registro Civil

MARIA ROBERT DE CARVALHO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

MARIA JOSÉ APARECIDA ROBERT DE CARVALHO
OFICIAL MAIOR

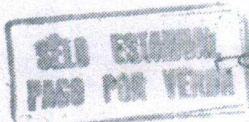
CERTIDÃO

CERTIFICO, para fins de Direito. - -
que no livro A- -25-, folhas -152s-, sob número de ordem -22.601.-
consta o registro de nascimento de ULEICA YOSHIKO MORIMOTO;- - -
nascida em nesta cidade de Andradina.- Estado de São Paulo.-
no dia -8- do mês de -julho- do ano 1955, sendo filha
de JIRO MORIMOTO;- - -
e de d. MISSAKO MORIMOTO;- -
Registro lavrado no dia -19- de - julho - de 19 55.-
Foi declarante O Pai.-

O Referido é verdade e dou fé.

Andradina, -10- de -Agosto- de 19 66.

OFICIAL



TABELIONATO PAIVA



TERMO - São Paulo
Escritório José Cyllio
Rua Barão de Paranaguá, 40-2



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Nº do Processo: 20038/2015. ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05. CONTRATO Nº 009-2012/DA. OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir do dia 11/04/2016, e com o seu término no dia 10/04/2017. DATA DE ASSINATURA: 08 de Abril de 2016. EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, § 2º da Lei nº 8.666/93; CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL. CNPJ-MF nº 04.196.645/0001-00. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.122.2116.2000.0001. ELEMENTO DE DESPESA: 339139; CATEGORIA ECONÔMICA: CUSTEIO; PLANO INTERNO: AIDEMCO3; NOTA DE EMPENHO: 2016NE000265; SIGNATÁRIOS CBTU: EXPANSÃO E MARKETING: Francisco de Assis dos Santos Júnior, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Davidson Tolentino de Almeida. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: REPRESENTANTE LEGAL: Cristina Aciole de Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFÁCIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Prorrogação FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, II da Lei 8.666/93. PROCESSO: PRC-3052/2015. DATA DE ASSINATURA: 18.02.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSÓRCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 027/CBTU/STU-BH/2014. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. INTERVENIENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS. CONTRATADAS: CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFÁCIL E TACOM SISTEMAS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. OBJETO: Reajuste FUNDAMENTO LEGAL: artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c artigo 2º § 2º da Lei nº 10.192/2001. PROCESSO: PRC-3042/2015. DATA DE ASSINATURA: 10.05.2016. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Miguel da Silva Marques e Eduardo Oliveira Coimbra. Pela INTERVENIENTE: Ramon Victor César e Daniel Marx Couto - BHTRANS. Pelas CONTRATADAS: Albert Andrade e Renaldo de Carvalho Moura - CONSÓRCIO OPERACIONAL. Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga e Roney Tonussi Rodrigues - TACOM.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120.15/2015-1

Primeiro Termo Aditivo firmado com POWER SERVICE MANUTENÇÃO INTEGRADA LTDA. OBJETO: Aditamento para renovação da avença e prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2016 e concessão de reajuste contratual no percentual de 10,4762% (IPCA) perfazendo o valor global de R\$ 3.167.713,29 (três milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e vinte e nove centavos), tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 3143/2013. Assinatura: 06/05/2016

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Assaré, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 11 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Antônio Donizete Arruda Linhares - Procurador/Representante do Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda.

PARTES: União e Rede Tocantins de Comunicação Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rede Tocantins de Comunicação Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Nacional, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Ottoniel Andrade Costa Filho - Procurador/Representante da Rede Tocantins de Comunicação Ltda.

PARTES: União e Rádio Itacaiúns Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Itacaiúns Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Marabá, estado do Pará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Demétrius Fernandes Ribeiro - Procurador/Representante da Rádio Itacaiúns Ltda.

PARTES: União e Rádio Independente de Barretos LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Independente de Barretos LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e João Monteiro de Barros - Procurador/Representante da Rádio Independente de Barretos LTDA.

PARTES: União e Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Augusto dos Santos - Procurador/Representante da Empresa de Radiodifusão Morimoto LTDA.

PARTES: União e Rádio Araguaia Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA Rádio Araguaia Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguaína, estado de Tocantins. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Guliver Augusto Leão - Procurador/Representante da Rádio Araguaia Ltda.

PARTES: União e Rádio Araripe S.A. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Araripe S.A. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Paulo Sérgio Arrais de Andrade - Procurador/Representante da Rádio Araripe S.A.

PARTES: União e Rádio Barretos Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Barretos Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Barretos, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcia Guaritá Sandoval Monteiro de Barros - Procuradora/Representante da Rádio Barretos Ltda.

PARTES: União e Rádio Brasil de Adamantina LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Brasil de Adamantina LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Adamantina, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Matilde de Oliveira Nery - Procuradora/Representante da Rádio Brasil de Adamantina LTDA.

PARTES: União e Rádio Cultura de Paracuru Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Paracuru Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paracuru, estado de Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Aguiar Vale - Procurador/Representante da Rádio Cultura de Paracuru Ltda.

PARTES: União e Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de Jacobina, estado da Bahia. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Marilene Sousa Ricarte Miranda - Procuradora/Representante da Rádio Monte Jaraguá de Comunicações LTDA.

PARTES: União e Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Uberaba, estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Luiz Ciabotti Neto - Procurador/Representante da Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.

PARTES: União e Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Tabajara de São Benedito LTDA. OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na Localidade de São Benedito, estado do Ceará. VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária. DATA E ASSINATURA: 10 de maio de 2016. André Figueiredo - Ministro de Estado das Comunicações, e Maurílio Banhos Dias - Procurador/Representante da Rádio Tabajara de São Benedito LTDA.

EDITAL Nº 214/2016/SEI-MC EDITAL PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

O Ministério das Comunicações torna público o lançamento do Edital para seleção dos projetos de Cidades Inteligentes para Exercício de 2016 e convida interessados de todo o território nacional a participarem dessa Chamada Pública, conforme Portaria MC nº 2.111/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 8.776/2016.

O regulamento completo pode ser visualizado no sítio do Ministério das Comunicações: <http://www.comunicacoes.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Ministro de Estado das Comunicações, Interioro

**Publicado no D.O.U.
de 13/ 05/ 2016,
Seção: III, Página: 137**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos 30 dias do mês de maio do ano dois mil e 2016, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **ANDRÉ FIGUEIREDO**, e a Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 48.076.533/0001-83, representada por seu procurador, Paulo Augusto dos Santos, inscrito no R.G. n.º 12.764.580-9 - SSP/SP, CPF n.º 088.267.938-40, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, decorrente da concessão outorgada à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda., por meio do Decreto n.º 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 1981, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda. o canal 210 (duzentos e dez), correspondente à frequência 89,9 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

Parágrafo único: A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 1981, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério das Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a

prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações

Permissonária

Testemunha

Testemunha

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53115.001396/2021-14		
Entidade: Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda		CNPJ: 48.076.533/0001-83
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	Localidade: Ji-Paraná	UF: RO
Validade da Outorga: vencida	Período: 21/05/2021 a 21/05/2031	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que:	OK	6378071 págs. 1,2
<i>a) os sócios e dirigentes da Entidade outorgada respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</i>	OK	6378071 págs. 1,2
<i>b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</i>	OK	6378071 págs. 1,2
<i>c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</i>	OK	6378071 págs. 1,2
<i>d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</i>	OK	6378071 págs. 1,2
<i>e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i>	OK	6378071 págs. 1,2
<i>f) a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</i>	OK	6378071 págs. 1,2
<i>g) nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;</i>	OK	6378071 págs. 1,2

1. REQUISITOS MÍNIMOS

1.1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	6979479 págs. 3-8**
---	----------	------------------------

	2. RELATIVOS À ENTIDADE		
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI Nº
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	6378071 , págs. 4-11 (7ª AC) 6979591 Contrato e alterações (até a sétima) 7139745 - 4ª AC 7141457 - 1ª a 4ª AC**
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	6378071 pág. 19 (simplificada) 7136127, pág. 2
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	6513339 págs. 4,5
	2.1.4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	6378071 pág. 14
	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	6378071 pág. 16
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F 6513339 pág. 7
			E 6513339 pág. 8
			M 6513339 pág. 9

REGULARIDADE FISCAL	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	6979479 pág. 2
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	6513339 pág. 7
			6378071 pág. 17
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	6378071 pág. 15

3. APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

3.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	EVENTO SEI N°
<p>3.1.1. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	Não se aplica
3.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

* **Processo de Apuração de Infração NUP. 53581.000747/2014-44 (fase recursal)**

**Pendente de regularização do quadro. Última alteração ainda não conhecida;

***1) em face da alteração societária/diretiva nº 7 (Evento SEI nº 6378071, págs. 4-11), a regularização da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 01250.012668/2017-77;

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 27/05/2021, às 13:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7139174** e o código CRC **C77E39C0**.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

SEI nº 7139174

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Qui, 29/04/2021 10:40

Para: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que em relação à referida entidade houve a aplicação da sanção de cassação, de acordo com a Portaria Nº 1881/2020/SEI-MCTIC, no bojo do Processo de Apuração de Infração n. 53581.000747/2014-44. O referido PAI encontra-se em fase de análise recursal.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 28 de abril de 2021 17:39

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Município de Ji-Paraná/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6763/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4145/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 7627/2021/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.011045/2021-11, acompanhado de documentos.

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

3.1. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Ji-Paraná/RO, encontra-se com o status "TV-C4 - Canal Licenciado", porém a licença refere-se ao período anterior, tendo vencido com o prazo da outorga, conforme consta do art. 3º, § 7º, da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524 de 2021. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 17:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7494854** e o código CRC **B64DC094**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

SEI nº 7494854



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 11867/2021/MCOM

Brasília, 27 de maio de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6763/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 28/05/2021, às 17:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7494909** e o código CRC **ECB0AC61**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11867/2021/MCOM - Processo nº 53115.001396/2021-14 - Nº SEI: 7494909

Data de Envio:

31/05/2021 10:46:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7494909.html
Nota_Tecnica_7494854.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 8130/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6763/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 11867/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.017377/2021-18, acompanhado de documentos.

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)

Obs.apresentar o comprovante relativo apenas ao exercício de 2018.

3.2. Declaração de inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

4. Reitera-se pela regularização do licenciamento da estação, solicitada no item 5 da Nota Técnica n.º 6763/2021/SEI-MCOM, haja vista que, em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Ji-Paraná/RO, encontra-se com o status "(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o

atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 02/07/2021, às 12:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7823743** e o código CRC **B42E5E08**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

SEI nº 7823743



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 14394/2021/MCOM

Brasília, 02 de julho de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8075/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 02/07/2021, às 12:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7823747** e o código CRC **CC45839D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14394/2021/MCOM - Processo nº 53115.001396/2021-14 - Nº SEI: 7823747

Data de Envio:

02/07/2021 12:40:10

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_7823747.html
Nota_Tecnica_7823743.html

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 10513/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média e que teve a sua outorga adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 8130/2021SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 14394/2021/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 7823743 e 7823747). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.021991/2021-76, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. **Para uma melhor contextualização, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declaração assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do

serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Ji-Paraná/RO, encontra-se com o status "**C2**", **aguardando dados da estação**, não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 01/09/2021, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 11:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8059913** e o código CRC **C2722153**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 18359/2021/MCOM

Brasília, 01 de setembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
R. Miguel Chaquiam, nº 1300, Sala 03, Embratel
76820 124 - Porto Velho/RO

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.001396/2021-14.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10513/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 11:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8059985** e o código CRC **D4889F70**.

Data de Envio:

01/09/2021 12:03:02

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mcom.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8059985.html
Nota_Tecnica_8059913.html

NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO *****
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná
		UF RO

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	89.9 MHz	CANAL:	210
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	145.7
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW319		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Ji-Paraná		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Costa e Silva	BAIRRO:	Jotão
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
NUMERO:	1297	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	Rua Miguel Chakian	BAIRRO:	Embratel
MUNICÍPIO:	Porto Velho	UF:	RO
NUMERO:	1300	COMPLEMENTO:	- Sala 03
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO:	SP 1000 ágil
CÓDIGO:	002480300528	POTÊNCIA:	0.270 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	*****
FABRICANTE:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
CÓDIGO:	*****	MODELO:	*****
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	***** kW
FABRICANTE:	*****		
CÓDIGO:	*****		
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda	MODELO:	FMCIro 4H 210
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	2.87
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	49.5 m	BEAM TILT:	***** graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Radio Frequency Systems	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****




RDS

Código PI:

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 15/09/2021 08:35:01

APLICAÇÃO	Emitido Em 15/09/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIxNjE0MTkzYjUwNGVhMQ==	
-----------	--------------------------	--	---

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 48.076.533/0001-83											
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO MORIMOTO	026.158.198-87	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 059.548.788-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	22.831.507/0001-20	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		REDE SANMORI DE RADIO E TELEVISAO LTDA	22.831.507/0001-20	Sócio	16000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 023.587.408-61									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO GUAPORE LTDA	04.910.840/0001-42	Sócio	100000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Guajará-Mirim

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 023.513.418-05									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	1500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 07/12/2021 Hora: 15:18:26



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA NOITE
Renata Vieira Machado
Sistemas Interativos

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet tela | menu ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO
.	
Não foi encontrado dados com essa informação	

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 07/12/2021 Hora: 18:22:24



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA
CNPJ: 48.076.533/0001-83

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.
Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:26:11 do dia 07/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/01/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar

Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chakian	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Número: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Número: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Número: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 210	Frequência: 89.9 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.4064kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Relatório do Canal

Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 15/09/2021	Número da Licença: 53500.057893/2021-23

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10°53'10" S	Longitude: 61°55'46" W	Cota da base: 145.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 1000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.270 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA		Fabricante: Radio Frequency Systems	
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.08 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMCiro 4H 210			Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda		
Ganho: 2.87 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 0.41 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.62	5°: 0.63	10°: 0.62	15°: 0.62	20°: 0.62	25°: 0.63	30°: 0.62	35°: 0.58	40°: 0.53	45°: 0.52	50°: 0.53	55°: 0.54
60°: 0.53	65°: 0.49	70°: 0.44	75°: 0.43	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.43	130°: 0.44	135°: 0.49	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.57	160°: 0.62	165°: 0.68	170°: 0.72	175°: 0.73
180°: 0.72	185°: 0.73	190°: 0.72	195°: 0.67	200°: 0.62	205°: 0.62	210°: 0.62	215°: 0.58	220°: 0.53	225°: 0.49	230°: 0.44	235°: 0.35
240°: 0.26	245°: 0.21	250°: 0.17	255°: 0.12	260°: 0.08	265°: 0.03	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0.04
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.12	320°: 0.17	325°: 0.21	330°: 0.26	335°: 0.35	340°: 0.44	345°: 0.49	350°: 0.53	355°: 0.58

Coordenadas por radial											
0°: Lat 10°4 9'48.44" S Lon 61°55' 45.98" W	5°: Lat 10°4 9'39.76" S Lon 61°55' 27.26" W	10°: Lat 10° 49'28.15" S Lon 61°55' 61°55'6.16" W	15°: Lat 10° 49'18.66" S Lon 61°5 4'42.88" W	20°: Lat 10° 49'24.94" S Lon 61°5 4'22.59" W	25°: Lat 10° 49'41.53" S Lon 61°5 61°54'7.01" W	30°: Lat 10°50'3.12" S Lon 61° 53'56.13" W	35°: Lat 10°50'21" S Lon 61°5 3'45.51" W	40°: Lat 10° 50'46.49" S Lon 61°5 3'43.38" W	45°: Lat 10°51'0.88" S Lon 61° 53'34.53" W	50°: Lat 10°51'3.47" S Lon 61° 53'12.47" W	55°: Lat 10° 51'19.82" S Lon 61° 61°53'5.78" W
60°: Lat 10° 51'33.95" S Lon 61°5 2'56.61" W	65°: Lat 10° 51'48.81" S Lon 61°5 2'48.73" W	70°: Lat 10°52'7.53" S Lon 61° 52'51.28" W	75°: Lat 10° 52'20.27" S Lon 61°5 2'37.07" W	80°: Lat 10°52'35.8" S Lon 61° 52'28.61" W	85°: Lat 10° 52'52.41" S Lon 61°5 2'21.52" W	90°: Lat 10°53'9.98" S Lon 61° 52'35.22" W	95°: Lat 10° 53'25.89" S Lon 61°5 2'40.76" W	100°: Lat 10° 53'40.86" S Lon 61°5 2'47.63" W	105°: Lat 10° 53'53.56" S Lon 61°5 61°53'0.37" W	110°: Lat 10°54'2.7" S Lon 61°5 3'18.48" W	115°: Lat 10° 54'15.13" S Lon 61°5 3'23.73" W
120°: Lat 10° 54'24.68" S Lon 61°5 3'34.23" W	125°: Lat 10°54'24.8" S Lon 61° 53'57.18" W	130°: Lat 10° 54'30.78" S Lon 61°5 61°54'7.94" W	135°: Lat 10° 54'55.62" S Lon 61°5 3'58.41" W	140°: Lat 10°55'0.8" S Lon 61°5 4'11.29" W	145°: Lat 10° 55'16.25" S Lon 61°5 4'15.95" W	150°: Lat 10° 55'11.15" S Lon 61°5 4'34.74" W	155°: Lat 10° 55'33.98" S Lon 61°5 61°54'37.6" W	160°: Lat 10° 55'34.83" S Lon 61°5 4'52.29" W	165°: Lat 10° 55'52.62" S Lon 61°5 61°55'1.6" W	170°: Lat 10°55'55.8" S Lon 61°5 55'16.21" W	175°: Lat 10°56'2.44" S Lon 61° 55'30.62" W
180°: Lat 10° 56'26.81" S Lon 61°5 5'45.98" W	185°: Lat 10° 56'26.06" S Lon 61°56'3.45" W	190°: Lat 10°56'42.5" S Lon 61° 56'24.15" W	195°: Lat 10° 56'47.59" S Lon 61°5 6'45.37" W	200°: Lat 10° 56'32.77" S Lon 61°56'57'1.15" W	205°: Lat 10° 56'16.96" S Lon 61°5 7'14.78" W	210°: Lat 10°56'4.55" S Lon 61° 57'28.63" W	215°: Lat 10° 55'39.56" S Lon 61°5 7'32.64" W	220°: Lat 10° 55'26.23" S Lon 61°5 7'42.41" W	225°: Lat 10° 55'59.04" S Lon 61° 57'47.23" W	230°: Lat 10°55'7.35" S Lon 61°56'58'8.43" W	235°: Lat 10°55'5.59" S Lon 61° 58'34.13" W
240°: Lat 10° 54'48.39" S Lon 61°5 8'39.57" W	245°: Lat 10° 54'41.17" S Lon 61°59'5.15" W	250°: Lat 10°54'25.4" S Lon 59'17.02" W	255°: Lat 10°54'4.6" S Lon 61°5 9'13.58" W	260°: Lat 10°53'45.8" S Lon 61° 59'12.88" W	265°: Lat 10° 53'27.54" S Lon 61°5 9'10.46" W	270°: Lat 10°53'9.98" S Lon 61°56'59'1.58" W	275°: Lat 10° 52'54.48" S Lon 61°5 8'46.39" W	280°: Lat 10° 52'42.39" S Lon 61°5 8'25.31" W	285°: Lat 10° 52'37.46" S Lon 61°56'57'49.6" W	290°: Lat 10°52'27" S Lon 61°5 7'46.24" W	295°: Lat 10° 52'10.86" S Lon 61°57'55.1" W
300°: Lat 10° 51'52.92" S Lon 61°58'1.9" W	305°: Lat 10° 51'38.86" S Lon 61°57'58.5" W	310°: Lat 10° 51'27.87" S Lon 61°5 7'49.91" W	315°: Lat 10°51'14.3" S Lon 61° 57'43.79" W	320°: Lat 10°51'4.65" S Lon 61° 57'33.07" W	325°: Lat 10° 50'52.08" S Lon 61°5 7'24.31" W	330°: Lat 10° 50'35.97" S Lon 61°5 7'16.52" W	335°: Lat 10° 50'20.22" S Lon 61°56'57'6.59" W	340°: Lat 10°50'9.51" S Lon 61° 6'40.35" W	345°: Lat 10° 49'50.73" S Lon 61°5 6'40.35" W	350°: Lat 10° 49'56.17" S Lon 61°5 6'20.78" W	355°: Lat 10° 49'58.66" S Lon 61°56'3.03" W

Distância por radial											
0°: 6.2	5°: 6.5	10°: 7	15°: 7.4	20°: 7.4	25°: 7.1	30°: 6.7	35°: 6.4	40°: 5.8	45°: 5.6	50°: 6.1	55°: 5.9
60°: 5.9	65°: 5.9	70°: 5.6	75°: 5.9	80°: 6.1	85°: 6.2	90°: 5.8	95°: 5.6	100°: 5.5	105°: 5.2	110°: 4.8	115°: 4.8

120°: 4.6	125°: 4	130°: 3.9	135°: 4.6	140°: 4.5	145°: 4.8	150°: 4.3	155°: 4.9	160°: 4.8	165°: 5.2	170°: 5.2	175°: 5.3
180°: 6.1	185°: 6.1	190°: 6.7	195°: 7	200°: 6.7	205°: 6.4	210°: 6.2	215°: 5.6	220°: 5.5	225°: 5.2	230°: 5.6	235°: 6.2
240°: 6.1	245°: 6.7	250°: 6.8	255°: 6.5	260°: 6.4	265°: 6.2	270°: 5.9	275°: 5.5	280°: 4.9	285°: 3.9	290°: 3.9	295°: 4.3
300°: 4.8	305°: 4.9	310°: 4.9	315°: 5.1	320°: 5.1	325°: 5.2	330°: 5.5	335°: 5.8	340°: 5.9	345°: 6.4	350°: 6.1	355°: 5.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.41 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Órgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.040014/202 1-24	4494	Ato	ORLE	19/06/2021	25/06/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação	1004522590
Indicativo da Estação	ZYW319
Situação	
Limite para solicitação de Licenciamento	
Data Primeiro Licenciamento	24/05/2018
Data Último Licenciamento	15/09/2021
Número da Licença	53500.057893/2021-23

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
		▼	▼		

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
53900034781201624	1413	Despacho ▼	MCTIC ▼	04/08/2016	16/08/2016

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Razão
9999	85969	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	04/05/1981	06/05/1981	Delibe
9999	721	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Multa
9999	662	Ato ▼	MC ▼	16/06/1997	23/06/1997	Multa
9999	843	Ato ▼	MC ▼	30/06/1997	08/07/1997	Multa
9999	432	Ato ▼	MC ▼	30/05/2001	07/06/2001	Multa
53500.001897/20	397	Ato ▼	ORLE ▼	25/01/2017	03/05/2017	Autori
53500.040014/20	4494	Ato ▼	ORLE ▼	19/06/2021	25/06/2021	Autori

← Fechar

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183	
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO	
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/05/2031

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Ji-ParanáUF: RO

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 89.9 MHzCANAL: 210

CLASSE: C

COTA BASE DA TORRE: 145.7

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW319

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Ji-ParanáNUMPROCESSO:

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Costa e SilvaBAIRRO: Jotão

MUNICÍPIO: Ji-ParanáUF: RO

NUMERO: 1297

COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

UF:

NUMERO:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa EquipamentosMODELO: SP 1000 ágil

Eletrônicos Ltda

CÓDIGO: 002480300528POTÊNCIA: 0.270 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas LtdaMODELO: FMCiro 4H 210

Circular

POLARIZAÇÃO: 2.87

DESCRIÇÃO: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 49.5 mBEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POLARIZAÇÃO:

GANHO:

DESCRIÇÃO: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: mBEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency SystemsMODELO: LCF78-50JA

FABRICANTE:

MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:


RDS

Código PI:


VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 07/12/2021 16:35:26

APLICAÇÃO	Emitido Em 15/09/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIxNjE0MTkzYjUwNGVhMQ==	
-----------	--------------------------	--	---

Anexo Relatório-Relatório de Canal-Licença (8795434) SEI 53115.001396/2021-14 / pg. 151



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183	
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.		DISTRITO	
BAIRRO Jotão		MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/05/2031

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO: Ji-Paraná

UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 89.9 MHz

CANAL: 210

CLASSE: C

COTA BASE DA TORRE: 145.7

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW319

NUMPROCESSO:

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Ji-Paraná

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Costa e Silva

BAIRRO: Jotão

MUNICÍPIO: Ji-Paraná

UF: RO

NUMERO: 1297

COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

UF:

NUMERO:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

MODELO: SP 1000 ágil

CÓDIGO: 002480300528

POTÊNCIA: 0.270 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda

MODELO: FMCiro 4H 210

POLARIZAÇÃO: Circular

GANHO: 2.87

DESCRIÇÃO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 49.5 m

BEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POLARIZAÇÃO:

GANHO:

DESCRIÇÃO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems

MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:


RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/12/2021 12:24:26

APLICAÇÃO	Emitido Em 15/09/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbnNhOjoyMDIxNjE0MTkzYjUwNGVhMQ==	
-----------	--------------------------	--	---

Anexo Licença (8912701)SEI 53115.001396/2021-14 / pg. 152



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:28 do dia 14/01/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/02/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Data de Envio:

28/06/2022 10:27:39

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Data de Envio:

16/08/2022 11:22:25

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qua, 17/08/2022 11:40

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que em relação à referida entidade consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI n. 53581.000747/2014-44, em fase recursal, de acordo com o qual houve, conforme a PORTARIA Nº 1881/2020/SEI-MCOM, a aplicação da penalidade de **CASSAÇÃO**, com fundamento na alínea "c" do artigo 64 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, em razão da prática de infração capitulada no Parágrafo único do art. 55 do Decreto nº 52.795/1963.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 16 de agosto de 2022 11:22

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Data de Envio:

30/08/2023 10:10:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Anexos:

E_mail_10322301_RESPOSTA_CGFM_430.pdf

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Rubens Gonçalves dos Reis Junior

Qua, 30/08/2023 14:46

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Whendell Pereira de Souza <whendell.souza@mcom.gov.br>; Fernando Ribeiro Ramos <fernando.ramos@mcom.gov.br>; Karina César da Silveira Santos Menezes <karina.menezes@mcom.gov.br>

 1 anexos (105 KB)

E_mail_10322301_RESPOSTA_CGFM_430.pdf;

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga, descumprimento do contrato de concessão ou que trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Att.;

CGFM/DEIRF/SECOE

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 30 de agosto de 2023 10:10**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.001396/2021-14

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Conforme informado anteriormente pela CGFM, houve a aplicação da sanção de cassação à interessada, no bojo do processo administrativo nº 53581.000747/2014-44. No entanto, de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, a penalidade foi aplicada para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais (OT), na localidade de Ji-Paraná/RO.

Sendo assim, solicita-se informações quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), no município de Município de Ji-Paraná/RO, deferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	48.076.533/0001-83
NOME EMPRESARIAL:	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MOTOKO KONDO MORIMOTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RUTH MEGUMI MORIMOTO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 01/09/2023 às 15:41 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR



NOME/RAZÃO SOCIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA				CNPJ 48076533000183
Nº DA ESTAÇÃO 1004522590	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 10° 53' 10.00" S	LONGITUDE 61° 55' 45.98" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Costa e Silva, nº 1297.	DISTRITO	
BAIRRO Jotão	MUNICÍPIO Ji-Paraná	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	06/05/2031		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	97.3 MHz	CANAL:	247
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	146
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW319		
NOME FANTASIA:		NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Ji-Paraná		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Costa e Silva	BAIRRO:	Jotão
MUNICÍPIO:	Ji-Paraná	UF:	RO
NUMERO:	1297	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos	MODELO:	SP 3000 ágil
CÓDIGO:	Eletrônicos Ltda	POTÊNCIA:	3.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Auad Correa Equipamentos	MODELO:	SP 1000 ágil
CÓDIGO:	Eletrônicos Ltda	POTÊNCIA:	1.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	002480300528	MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de	MODELO:	FMV4RU247
	Antenas Ltda	GANHO:	2.95 dBd
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
DESCRIÇÃO:		BEAM TILT:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	49.5 m		
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Radio Frequency Systems	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 01/09/2023 15:56:01

APLICAÇÃO	Emitido Em 30/12/2022	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMbWlnbmNhOjoyMDlyNjNhZWMSYtQxMGU3NA==	
-----------	--------------------------	--	--

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 48.076.533/0001-83 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/10/1976
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MIGUEL CHAQUIAM	NUMERO 1300	COMPLEMENTO SALA 03
CEP 76.820-124	BAIRRO/DISTRITO EMBRATEL	MUNICÍPIO PORTO VELHO
UF RO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (69) 8454-9499/ (69) 9902-1088	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/09/2023 às 16:11:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.076.533/0001-83
Razão Social: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA ME
Endereço: R MIGUEL CHAKIAN 1300 SALA 03 / NOVA PORTO VELHO / PORTO VELHO / RO / 76820-124

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/08/2023 a 29/09/2023

Certificação Número: 2023083105550571546230

Informação obtida em 01/09/2023 16:09:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 28/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certidão emitida gratuitamente.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	
FISTEL:			

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. <u>Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</u></p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e</p> <p>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>(i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).</p>

**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 14966/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.001396/2021-14

INTERESSADO: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná/RO, referente ao seguinte período: 21/05/2021 a 21/05/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declaração, datada e assinada pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

- inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

ATENÇÃO: Somente serão considerados para fins de instrução processual, os documentos firmados de próprio punho, ou ainda, aqueles assinados de forma eletrônica, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade do subscritor.

3.2. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente

os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 04/09/2023, às 14:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11096137** e o código CRC **AC328DB1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

Documento nº 11096137



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 26127/2023/MCOM

Brasília, 04 de setembro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ Nº 48.076.533/0001-83)
Rua Miguel Chaquiam, 1300, sala 03
76.820-124 Porto Velho/RO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.001396/2021-14.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 14966/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 04/09/2023, às 14:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11096139** e o código CRC **B61155EA**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 14966 (11096137).
- Requerimento Padrão (11096155).

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

Documento nº 11096139

Data de Envio:

04/09/2023 14:39:45

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

morimotozuleica@gmail.com
ruthmorimoto@gmail.com
madalena.peredo@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11096139.html
Anexo_11096155_REQ_NOVO.pdf
Nota_Tecnica_11096137.html

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

48.076.533/0001-83

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		
Razão Social	CNPJ	Emails
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	morimotozuleica@gmail.com, ruthmorimoto@gmail.com, madalena.peredo@gmail.com
10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		

Data de Envio:

04/09/2023 14:43:42

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, foi encaminhada notificação à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ 48.076.533/0001-83), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Anexo_11096155_REQ_NOVO.pdf

Nota_Tecnica_11096137.html

Oficio_11096139.html

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.076.533/0001-83									
EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:32:31

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 059.548.788-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOTOKO KONDO MORIMOTO	059.548.788-20	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	OM	Regional	RO	Vilhena
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	22.831.507/0001-20	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Porto Velho
		REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	22.831.507/0001-20	Sócio	16000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Porto Velho
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:32:46

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 023.587.408-61												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
RUTH MEGUME MORIMOTTO	023.587.408-61	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO GUAPORE LTDA	04.910.840/0001-42	Sócio	100000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Guajará-Mirim	
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	2500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena	

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:33:00

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 023.513.418-05												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO	023.513.418-05	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OT	--	RO	Ji-Paraná	
		EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA	48.076.533/0001-83	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Regional	RO	Vilhena	

Usuário: 02651594156 - monique cabral da silva

Data: 30/10/2023

Hora: 11:33:12



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CPF/CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 18:20:37 do dia 06/11/2023 , com validade até o dia 06/12/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: D7HS0IHCWwtWpLFXf5nY

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**

CNPJ: **48.076.533/0001-83**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:17:22 do dia 07/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **monique cabral da silva**

Data/Hora: **07/11/2023 17:21:24**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA

Nº FISTEL: 50413944409

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48076533000183

Situação: Não licenciada

Data Validade:

☒ **CADIN:** Não

Incide FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Rua Miguel Chaquiam 1300 - - Sala 03

Bairro: Embratel

Município: Porto Velho

CEP: 76820-124

UF: RO

End. Corresp.: Costa e Silva 1297

Bairro: Jotão

Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-279

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	20/06/2017	R\$ 200,00	17/05/2017	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	27/06/2018	R\$ 1.000,00	21/05/2018	1.000,00	1.000,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	15/03/2019	330,00	330,00	0003	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	15/03/2019	50,00	50,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	10/03/2020	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	10/03/2020	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	08/03/2021	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	08/03/2021	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2021	15/07/2021	R\$ 280,70	15/06/2021	280,70	280,70	0011	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2021	23/10/2021	R\$ 1.000,00	13/09/2021	1.000,00	1.000,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	23/03/2022	330,00	330,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	23/03/2022	50,00	50,00	0014	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	16/12/2022	R\$ 280,70	23/11/2022	280,70	280,70	0015	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	06/02/2023	R\$ 2.000,00	28/12/2022	2.000,00	2.000,00	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	09/03/2023	660,00	660,00	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	09/03/2023	100,00	100,00	0018	Quitado	0,00

Total devido em 07/11/2023 (em reais): 0,00

Total de créditos em 07/11/2023 (em reais): 0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/05/2031	
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chaquiam	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Numero: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 247	Frequência: 97.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 4.5706kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 30/12/2022	Número da Licença: 53500.342427/2022-21

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10° 53' 10.00" S	Longitude: 61° 55' 45.98" W	Cota da base: 146 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 3000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.13 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMV4RU247	Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 4.57 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.63	5°: 0.63	10°: 0.63	15°: 0.63	20°: 0.63	25°: 0.63	30°: 0.63	35°: 0.63	40°: 0.53	45°: 0.53	50°: 0.53	55°: 0.53
60°: 0.53	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.44	130°: 0.44	135°: 0.44	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.63	160°: 0.63	165°: 0.63	170°: 0.72	175°: 0.72
180°: 0.72	185°: 0.72	190°: 0.72	195°: 0.72	200°: 0.63	205°: 0.63	210°: 0.63	215°: 0.53	220°: 0.53	225°: 0.44	230°: 0.44	235°: 0.26
240°: 0.26	245°: 0.17	250°: 0.17	255°: 0.08	260°: 0.08	265°: 0.08	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.17	320°: 0.17	325°: 0.26	330°: 0.26	335°: 0.44	340°: 0.44	345°: 0.53	350°: 0.53	355°: 0.63

Coordenadas por radial											
0°: Lat 10°46'52.96" S Lon 61°55'45.98" W	5°: Lat 10°46'30.78" S Lon 61°55'10.43" W	10°: Lat 10°46'16.66" S Lon 61°54'31.8" W	15°: Lat 10°45'57.09" S Lon 61°53'47.91" W	20°: Lat 10°46'8.85" S Lon 61°53'9.95" W	25°: Lat 10°46'45.29" S Lon 61°52'43.38" W	30°: Lat 10°47'22.92" S Lon 61°52'22.01" W	35°: Lat 10°47'53.36" S Lon 61°52'0.29" W	40°: Lat 10°48'42.95" S Lon 61°51'57.87" W	45°: Lat 10°49'6.84" S Lon 61°51'38.46" W	50°: Lat 10°49'16.76" S Lon 61°51'3.03" W	55°: Lat 10°49'44.58" S Lon 61°50'47.36" W
60°: Lat 10°50'13.29" S Lon 61°50'34.45" W	65°: Lat 10°50'36.62" S Lon 61°50'11.19" W	70°: Lat 10°51'12.35" S Lon 61°50'17" W	75°: Lat 10°51'37.27" S Lon 61°49'53.82" W	80°: Lat 10°52'6.93" S Lon 61°49'42.17" W	85°: Lat 10°52'37.07" S Lon 61°49'23.52" W	90°: Lat 10°53'9.94" S Lon 61°49'46.19" W	95°: Lat 10°53'39.91" S Lon 61°49'57.17" W	100°: Lat 10°54'7.18" S Lon 61°50'15.42" W	105°: Lat 10°54'31.58" S Lon 61°50'35.75" W	110°: Lat 10°54'48.1" S Lon 61°51'11.4" W	115°: Lat 10°55'11.22" S Lon 61°51'21.15" W
120°: Lat 10°55'26.32" S Lon 61°51'45.46" W	125°: Lat 10°55'27.35" S Lon 61°52'26.18" W	130°: Lat 10°55'34.78" S Lon 61°52'50.23" W	135°: Lat 10°56'26.16" S Lon 61°52'26.17" W	140°: Lat 10°56'31.61" S Lon 61°52'53.66" W	145°: Lat 10°57'5.01" S Lon 61°52'58.36" W	150°: Lat 10°56'53.83" S Lon 61°53'34.35" W	155°: Lat 10°57'38.62" S Lon 61°53'38.39" W	160°: Lat 10°57'39.61" S Lon 61°54'6.03" W	165°: Lat 10°58'10.04" S Lon 61°54'24.09" W	170°: Lat 10°58'20.58" S Lon 61°54'50.2" W	175°: Lat 10°58'38.34" S Lon 61°55'16.72" W
180°: Lat 10°59'17.54" S Lon 61°55'45.98" W	185°: Lat 10°59'11.42" S Lon 61°56'18.19" W	190°: Lat 10°59'49.32" S Lon 61°57'57.71" W	195°: Lat 10°59'55.4" S Lon 61°57'36.65" W	200°: Lat 10°59'26.56" S Lon 61°58'5.61" W	205°: Lat 10°59'0.29" S Lon 61°58'32.38" W	210°: Lat 10°58'32.39" S Lon 61°58'55.6" W	215°: Lat 10°57'51.63" S Lon 61°59'6.86" W	220°: Lat 10°57'22.47" S Lon 61°59'21.78" W	225°: Lat 10°56'52.98" S Lon 61°59'33.12" W	230°: Lat 10°56'50.97" S Lon 62°0'14.26" W	235°: Lat 10°56'48.93" S Lon 62°1'4.51" W
240°: Lat 10°56'11.35" S Lon 62°1'5.99" W	245°: Lat 10°55'59.3" S Lon 62°1'55.89" W	250°: Lat 10°55'30.23" S Lon 62°2'18.59" W	255°: Lat 10°54'52.42" S Lon 62°2'15.54" W	260°: Lat 10°54'17.05" S Lon 62°2'13.63" W	265°: Lat 10°53'42.79" S Lon 62°2'8.47" W	270°: Lat 10°53'9.93" S Lon 62°1'50.61" W	275°: Lat 10°52'41.22" S Lon 62°1'20.34" W	280°: Lat 10°52'19.31" S Lon 62°0'38.47" W	285°: Lat 10°52'10.44" S Lon 62°0'38.47" W	290°: Lat 10°51'51.31" S Lon 62°0'38.47" W	295°: Lat 10°51'18.73" S Lon 62°0'38.47" W
300°: Lat 10°50'48.88" S Lon 61°59'54.81" W	305°: Lat 10°50'22.68" S Lon 61°59'49.24" W	310°: Lat 10°49'59.44" S Lon 61°59'37.17" W	315°: Lat 10°49'37.03" S Lon 61°59'22.79" W	320°: Lat 10°49'19.28" S Lon 61°59'3.07" W	325°: Lat 10°48'55.52" S Lon 61°58'47.38" W	330°: Lat 10°48'20.43" S Lon 61°58'36.17" W	335°: Lat 10°47'54.07" S Lon 61°58'15.95" W	340°: Lat 10°47'29.07" S Lon 61°57'52.3" W	345°: Lat 10°47'1.23" S Lon 61°57'26.57" W	350°: Lat 10°47'3.36" S Lon 61°56'51.79" W	355°: Lat 10°47'18.02" S Lon 61°56'17.33" W

Distância por radial											
0°: 11.6	5°: 12.4	10°: 13	15°: 13.8	20°: 13.8	25°: 13.1	30°: 12.4	35°: 11.9	40°: 10.8	45°: 10.6	50°: 11.2	55°: 11.1
60°: 10.9	65°: 11.2	70°: 10.6	75°: 11.1	80°: 11.2	85°: 11.6	90°: 10.9	95°: 10.6	100°: 10.2	105°: 9.7	110°: 8.9	115°: 8.9
120°: 8.4	125°: 7.4	130°: 7	135°: 8.6	140°: 8.1	145°: 8.9	150°: 8	155°: 9.2	160°: 8.9	165°: 9.6	170°: 9.7	175°: 10.2

180°: 11.4	185°: 11.2	190°: 12.5	195°: 13	200°: 12.4	205°: 11.9	210°: 11.5	215°: 10.6	220°: 10.2	225°: 9.7	230°: 10.6	235°: 11.8
240°: 11.2	245°: 12.4	250°: 12.7	255°: 12.2	260°: 11.9	265°: 11.6	270°: 11.1	275°: 10.2	280°: 9	285°: 7.1	290°: 7.1	295°: 8.1
300°: 8.7	305°: 9	310°: 9.2	315°: 9.3	320°: 9.3	325°: 9.6	330°: 10.3	335°: 10.8	340°: 11.2	345°: 11.8	350°: 11.5	355°: 10.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP 1000 ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 4.57 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.040014/202 1-24	4494	Ato	ORLE	19/06/2021	25/06/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332344/202 2-24	9477227	Ato	ORLE	24/11/2022	16/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											



BOA TARDE

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	48.076.533/0001-83

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 68900376187 - Renata Vieira Machado Data: 15/11/2023 Hora: 14:27:05



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

CONJUR
Fls. 94
Rúbrica
M. das Comunicações

PARECER Nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU
PROCESSO nº 53000.028898/2013
INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.
ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

I - Consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre pedidos de renovação de outorga apresentados antecipadamente ao Ministério das Comunicações sem atendimento do prazo previsto em lei.

II - Observância obrigatória do art. 4º da Lei nº 5.785/72, que fixa o período compreendido entre três e seis meses anteriores ao término do prazo da outorga para apresentação do requerimento de renovação.

III - Restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre a possibilidade de o Ministério das Comunicações conhecer de pedido de renovação de outorga apresentado antes do período fixado na legislação.

2. A consulta foi formulada na Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC emitida pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial nos seguintes termos:

"a) O Ministério pode conhecer e, uma vez cumpridas as exigências legais, deferir o pedido de renovação de outorga para o novo período, embora o requerimento tenha sido apresentado antes do prazo máximo fixado no art. 4º § 1º da Portaria 329/12, que recepcionou o Decreto nº 88.066/67, ou seja, antes de 6 meses para o vencimento da outorga, para este processo e também para todos os demais casos que se encontrem em situação similar?

b) Em caso positivo, qual seria o tempo máximo de antecipação a ser considerado razoável para conhecimento e deferimento do pedido apresentado antecipadamente?"

3. De acordo com a referida manifestação, a entidade Sistema de Comunicação Riwen Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, formulou pedido de renovação da outorga dois meses antes do prazo previsto na legislação. Contudo, apresentou, segundo o órgão, toda documentação exigida pela Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, preenchendo, portanto, os requisitos para obter o deferimento de seu pedido.

4. Esclarecido o tema, passamos ao seu exame.

5. O prazo para as entidades delegatárias do serviço de radiodifusão solicitarem renovação de suas outorgas encontra-se fixado no art. 4º da Lei nº 5.785/72. A norma determina que o pedido de renovação deve ser apresentado ao Poder Público no período compreendido entre seis e três meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. A matéria encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83 e tratada na Portaria nº 329/2012 do Ministério das Comunicações.

6. Desse modo, não restam dúvidas de que qualquer pedido formulado fora do prazo legalmente previsto será extemporâneo e não deverá sequer ser recebido pelo Poder Público. A lei não

[Assinatura]

deixa margem de discricionariedade para o administrador. Por esse motivo, não é possível fixar prazo razoável para conhecer de pedidos antecipados, conforme pretende o órgão consultente.

7. A recomendação adequada é de que o Poder Público informe ao interessado, tão logo receba o pedido renovação, o prazo correto, estabelecido por lei, para interposição do requerimento. Assim, são evitadas situações de ilegalidade.

8. Observamos na prática, contudo, que diversos pedidos de renovação formulados antecipadamente foram recebidos e processados pelo Poder Público. Nessas situações, sem que tenha sido constatada ofensa ao interesse público, não é razoável nem proporcional que se indefira o pedido de renovação simplesmente por ter sido formulado antes do prazo. Todavia, é imprescindível que todos os documentos apresentados estejam válidos dentro do período correto para apresentação do requerimento. Além disso, seria adequado que o interessado ratificasse o pedido anterior.

9. Importante registrar que essa prática não é recomendada. Apenas em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento. Ainda assim, necessário que sejam atendidas as recomendações constantes do item anterior.

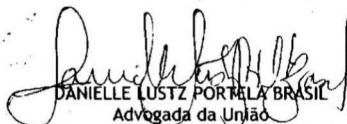
10. Na hipótese em questão, verificamos que a entidade ratificou o pedido de renovação proposto antecipadamente (fl. 88). Contudo, observamos que algumas certidões fiscais foram apresentadas vencidas, razão pela qual entendemos que não foram cumpridos os requisitos legais, ao contrário do que fora informado pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão. Outrossim, não há no processo comprovante de recolhimento da contribuição sindical relativa ao empregador dos últimos cinco anos, nem declaração expressa de que a entidade conhece e adere às cláusulas baixadas pelo Decreto nº 88.066/83, que regulamenta a Lei nº 5.785/72, consoante exigem, respectivamente, as alíneas "a" e "b" do art. 3º do referido regulamento.

11. Desse modo, embora não existam na situação ora analisada razões que recomendem, em princípio, o não conhecimento do pedido, é certo que a instrução processual deve ser complementada a fim de observar as recomendações constantes dos itens 9 e 10 deste Parecer.

12. Feitos esses esclarecimentos, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 11 de junho de 2014.


DANIELLE LUSTZ PORTELLA BRASIL
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2191/2014/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU
PROCESSO nº 53000.028898/2013
INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.
ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

Aprovo o PARECER Nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à apreciação do Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 16 de junho de 2014.

Tatiane Cavalcante Flores Razuk
Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica - substituta



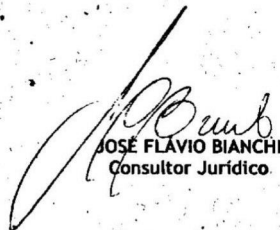
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 2192/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU.
PROCESSO nº 53000.028898/2013
INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.
ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

Aprovo o DESPACHO Nº 2192/2014/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União, Dra. Tatiane Cavalcante Flores Razuk, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 725/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Restituam-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 18 de junho de 2014.


JOSE FLAVIO BIANCHI
Consultor Jurídico



Estações

Voltar

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP
<div>Visualizar em PDF</div>	FM-C4 (Canal Licenciado)	48076533000183	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	50413944409	P	Comercial	FM	230	RO	Ji-Paraná		247		97.3	B1	Principal	10° 53' 10.00" S	61° 55' 45.98" W	4.5706

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.001396/2021-14**Entidade:** EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA**CNPJ nº:** 48.076.533/0001-83**FISTEL nº:** 50413944409**Localidade:** Ji-Paraná/RO**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 14/01/2021**Período:** 21/05/2021 a 21/05/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial (**adaptada**).
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	6378071 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021) - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pelo representante legal da entidade à época, Motoko Kondo Morimoto (SUPER 6378071 - Págs. 4-11).

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11130059 Págs. 2-3</p>	<p>- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	

Declaração: i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11130059 Págs. 2-3	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11190687 11216859	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967 - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6513339 Pág. 6	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".	Em conformidade com o QSA (11094007)
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11130059 Pág. 6	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11094148 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade		F 6513339 Pág. 7	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	

perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	E 6513339 Pág. 8 M 6513339 Pág. 9	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11204011	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 6513339 Pág. 7 FGTS 11094148 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11094148 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	MOTOKO KONDO MORIMOTO 7494833 Págs. 1-2 RUTH MEGUMI MORIMOTO 7494833 Pág. 5 ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO 7494833 Pág. 6	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "II" e "III".	

11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11094087	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11204011 11204050	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11089801	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11201613	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------

<p>14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, **Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11093874** e o código CRC **DEC3F8C0**.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

SEI nº 11093874



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19690/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda**, inscrita no CNPJ nº **48.076.533/0001-83**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ji-Paraná/RO, vinculado ao **FISTEL nº 50413944409**, referente ao período de 21 de maio de 2021 a 21 de maio de 2031.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte

documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à entidade Empresa de **Radiodifusão Morimoto Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão em onda média, conforme Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de maio de 1981 (SUPER 7143160 - Págs. 6-7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de maio de 1981 (SUPER 7143160 - Págs. 1-5)

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 7143176).

8. Concernente ao período de **1991-2001**, a pessoa jurídica protocolou o requerimento de renovação em 25 de janeiro de 1991, de forma antecipada, gerando o protocolo nº 29120.000017/1991-11, Com efeito, a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis)

e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 21 de novembro de 1991 e 21 de fevereiro de 1992. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre o assunto, faz-se necessário rememorar que, em consulta formulada pela então Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio da Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC, nos autos do processo nº 53000.028898/2013, solicitou-se à unidade consultiva esclarecimentos acerca da possibilidade de conhecimento de pedidos apresentados antes do prazo fixado na legislação. Em resposta, a Conjur, nos termos do Parecer nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, exarou o entendimento de que *em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento* (SUPER 11216876).

10. Quanto ao período de **2001-2011**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº 53000.062782/2005-50, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 24 de janeiro de 2006, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0332327 - Pág. 6). O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

11. Já para o período de **2011 - 2021**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração o processo administrativo nº 53000.057787/2011-17 que foi instaurado de ofício, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos (protocolo nº 01250.003073/2018-10), esclarecendo que, mediante o protocolo nº 01250.007094/2016-34 (SUPER 1556542 - Pág. 1), já havia apresentado o requerimento, em 10 de dezembro de 2016. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período*

subsequente" (SUPER 11204180).

16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

18. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de janeiro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6378071). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 21 de maio de 2020 a 21 de maio de 2021.

19. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11093874). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

20. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as

certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

21. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11093874).

22. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 30 de outubro de 2023 e em 15 de novembro de 2023 (SUPER 11190687 e 11216859).

23. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais e em **frequência modulada**, ambos na localidade de **Ji-Paraná/RO**. A interessada explora, ainda, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, na localidade de Vilhena/RO, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Motoko Kondo Morimoto compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Velho/RO. A sócia Ruth Megume Morimoto integra o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarajá-Mirim/RO. Já a sócia Zuleica Yoshiko Morimoto não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

24. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11212606). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11089801).

25. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11093874).

26. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11094148 - Pág. 1).

27. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a

pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

28. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

29. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

30. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

31. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de dezembro de 2022, com validade até 6 de maio de 2031 (SUPER 11094087 e SUPER 11216883).

32. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 7 de novembro de 2023 (SUPER 11204011). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11204050). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

33. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ji-Paraná/RO, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11204180).

34. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

35. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

36. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

37. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, **Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201616** e o código CRC **0DCB73A0**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11201635)
- Minuta Exposição de Motivos (11201636)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201635** e o código CRC **9EDB656B**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, **Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201636** e o código CRC **5A62E2DE**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11137, de 20 de novembro de 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/12/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11224418** e o código CRC **A1EB7036**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 20 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 13/12/2023, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11224425** e o código CRC **57F95B05**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44175/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 11137/2023(11224418) e Exposição de Motivos nº 452/2023 (11224425)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 19690/2023/MCOM (11201616), encaminho a Portaria nº 11137/2023(11224418) e Exposição de Motivos nº 452/2023 (11224425), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 08/12/2023, às 17:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11224454** e o código CRC **AB9711FC**.

Referência: Processo nº 53115.001396/2021-14

Documento nº 11224454

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 13/12/2023 17:09:14
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10047928
Data prevista de publicação: 14/12/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21229192	PORTARIA MCOM NA 11052.rtf	fc8889c6072321c2 36428f1ebca40ac1	7,00	R\$ 272,44
21229193	PORTARIA MCOM NA 11231.rtf	449eae48657d03f1 0e4be17c62d09327	7,00	R\$ 272,44
21229194	PORTARIA MCOM NA 11232.rtf	7ffe4f2486d505a4 a6b77e42b51ecf17	7,00	R\$ 272,44
21229195	PORTARIA MCOM NA 11247.rtf	ec41aafa1ba3c366 b87d1b79ff640212	21,00	R\$ 817,32
21229196	PORTARIA MCOM NA 11059.rtf	efb9bf13eadb07f6 8a8de99b1e83c48d	9,00	R\$ 350,28
21229197	PORTARIA MCOM NA 11061.rtf	bbd7c70a537be98f ed1c4477d8672744	8,00	R\$ 311,36
21229198	PORTARIA MCOM NA 11079.rtf	b0d166f5416d1f26 0e0a1c02ae25dfffb	8,00	R\$ 311,36
21229199	PORTARIA MCOM NA 11136.rtf	a76b146b1a01f9f9 ddd23740b3aa2ff4	8,00	R\$ 311,36
21229200	PORTARIA MCOM NA 11137.rtf	dd0e84dc6cf9d359 41375681a5113e21	8,00	R\$ 311,36
21229201	PORTARIA MCOM NA 11216.rtf	efd725babacc43a b3d3f104d07de1dd	18,00	R\$ 700,56
21229202	PORTARIA MCOM NA 11217.rtf	ed5dce633636f6b1 d84300a1b9b5a86b	26,00	R\$ 1.011,92
21229203	PORTARIA MCOM NA 11218.rtf	e99849dab8b0c099 a1a4cced1d8f565d	18,00	R\$ 700,56
TOTAL DO OFICIO			145,00	R\$ 5.643,40

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/12/2023 | Edição: 237 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.137, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac5320e16

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 8454-9499	E-mail:
CNPJ: 48.076.533/0001-83	Número do Fistel: 50413944409
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/05/1981	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/05/2031	
Observações: Ato nº 7.526, de 08/09/2014, publicado no DOU. de 10/09/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Miguel Chaquiam	Complemento: - Sala 03	
Bairro: Embratel	Numero: 1300	
Município: Porto Velho	UF: RO	CEP: 76820124

Endereço Correspondência		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Costa e Silva	Complemento: - de 181 ao fim - lado ímpar	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Costa e Silva	Complemento:	
Bairro: Jotão	Numero: 1297	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908279

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ji-Paraná	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 247	Frequência: 97.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 4.5706kW
HCI: 49.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004522590	Número Indicativo: ZYW319
Data Último Licenciamento: 30/12/2022	Número da Licença: 53500.342427/2022-21

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 10° 53' 10.00" S	Longitude: 61° 55' 45.98" W	Cota da base: 146 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 3000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 1.13 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMV4RU247	Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 49.5 m	ERP Máxima: 4.57 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.63	5°: 0.63	10°: 0.63	15°: 0.63	20°: 0.63	25°: 0.63	30°: 0.63	35°: 0.63	40°: 0.53	45°: 0.53	50°: 0.53	55°: 0.53
60°: 0.53	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.44	85°: 0.44	90°: 0.44	95°: 0.44	100°: 0.44	105°: 0.44	110°: 0.44	115°: 0.44
120°: 0.44	125°: 0.44	130°: 0.44	135°: 0.44	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.63	160°: 0.63	165°: 0.63	170°: 0.72	175°: 0.72
180°: 0.72	185°: 0.72	190°: 0.72	195°: 0.72	200°: 0.63	205°: 0.63	210°: 0.63	215°: 0.53	220°: 0.53	225°: 0.44	230°: 0.44	235°: 0.26
240°: 0.26	245°: 0.17	250°: 0.17	255°: 0.08	260°: 0.08	265°: 0.08	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0.08	305°: 0.08	310°: 0.08	315°: 0.17	320°: 0.17	325°: 0.26	330°: 0.26	335°: 0.44	340°: 0.44	345°: 0.53	350°: 0.53	355°: 0.63

Coordenadas por radial											
0°: Lat 10°46'52.96" S Lon 61°55'45.98" W	5°: Lat 10°46'30.78" S Lon 61°55'10.43" W	10°: Lat 10°46'16.66" S Lon 61°54'31.8" W	15°: Lat 10°45'57.09" S Lon 61°53'47.91" W	20°: Lat 10°46'8.85" S Lon 61°53'9.95" W	25°: Lat 10°46'45.29" S Lon 61°52'43.38" W	30°: Lat 10°47'22.92" S Lon 61°52'22.01" W	35°: Lat 10°47'53.36" S Lon 61°52'0.29" W	40°: Lat 10°48'42.95" S Lon 61°51'57.87" W	45°: Lat 10°49'6.84" S Lon 61°51'38.46" W	50°: Lat 10°49'16.76" S Lon 61°51'3.03" W	55°: Lat 10°49'44.58" S Lon 61°50'47.36" W
60°: Lat 10°50'13.29" S Lon 61°50'34.45" W	65°: Lat 10°50'36.62" S Lon 61°50'11.19" W	70°: Lat 10°51'12.35" S Lon 61°50'17" W	75°: Lat 10°51'37.27" S Lon 61°49'53.82" W	80°: Lat 10°52'6.93" S Lon 61°49'42.17" W	85°: Lat 10°52'37.07" S Lon 61°49'23.52" W	90°: Lat 10°53'9.94" S Lon 61°49'46.19" W	95°: Lat 10°53'39.91" S Lon 61°49'57.17" W	100°: Lat 10°54'7.18" S Lon 61°50'15.42" W	105°: Lat 10°54'31.58" S Lon 61°50'35.75" W	110°: Lat 10°54'48.1" S Lon 61°51'11.4" W	115°: Lat 10°55'11.22" S Lon 61°51'21.15" W
120°: Lat 10°55'26.32" S Lon 61°51'45.46" W	125°: Lat 10°55'27.35" S Lon 61°52'26.18" W	130°: Lat 10°55'34.78" S Lon 61°52'50.23" W	135°: Lat 10°56'26.16" S Lon 61°52'26.17" W	140°: Lat 10°56'31.61" S Lon 61°52'53.66" W	145°: Lat 10°57'5.01" S Lon 61°52'58.36" W	150°: Lat 10°56'53.83" S Lon 61°53'34.35" W	155°: Lat 10°57'38.62" S Lon 61°53'38.39" W	160°: Lat 10°57'39.61" S Lon 61°54'6.03" W	165°: Lat 10°58'10.04" S Lon 61°54'24.09" W	170°: Lat 10°58'20.58" S Lon 61°54'50.2" W	175°: Lat 10°58'38.34" S Lon 61°55'16.72" W
180°: Lat 10°59'17.54" S Lon 61°55'45.98" W	185°: Lat 10°59'11.42" S Lon 61°56'18.19" W	190°: Lat 10°59'49.32" S Lon 61°57'57.71" W	195°: Lat 10°59'55.4" S Lon 61°57'36.65" W	200°: Lat 10°59'26.56" S Lon 61°58'5.61" W	205°: Lat 10°59'0.29" S Lon 61°58'32.38" W	210°: Lat 10°58'32.39" S Lon 61°58'55.6" W	215°: Lat 10°57'51.63" S Lon 61°59'6.86" W	220°: Lat 10°57'22.47" S Lon 61°59'21.78" W	225°: Lat 10°56'52.98" S Lon 61°59'33.12" W	230°: Lat 10°56'50.97" S Lon 62°0'14.26" W	235°: Lat 10°56'48.93" S Lon 62°0'14.51" W
240°: Lat 10°56'11.35" S Lon 62°1'5.99" W	245°: Lat 10°55'59.3" S Lon 62°1'55.89" W	250°: Lat 10°55'30.23" S Lon 62°2'18.59" W	255°: Lat 10°54'52.42" S Lon 62°2'15.54" W	260°: Lat 10°54'17.05" S Lon 62°2'13.63" W	265°: Lat 10°53'42.79" S Lon 62°2'8.47" W	270°: Lat 10°53'9.93" S Lon 62°1'50.61" W	275°: Lat 10°52'41.22" S Lon 62°1'20.34" W	280°: Lat 10°52'19.31" S Lon 62°0'38.47" W	285°: Lat 10°52'10.44" S Lon 62°0'38.47" W	290°: Lat 10°51'51.31" S Lon 62°0'38.47" W	295°: Lat 10°51'18.73" S Lon 62°0'38.47" W
300°: Lat 10°50'48.88" S Lon 61°59'54.81" W	305°: Lat 10°50'22.68" S Lon 61°59'49.24" W	310°: Lat 10°49'59.44" S Lon 61°59'37.17" W	315°: Lat 10°49'37.03" S Lon 61°59'22.79" W	320°: Lat 10°49'19.28" S Lon 61°59'3.07" W	325°: Lat 10°48'55.52" S Lon 61°58'47.38" W	330°: Lat 10°48'20.43" S Lon 61°58'36.17" W	335°: Lat 10°47'54.07" S Lon 61°58'15.95" W	340°: Lat 10°47'29.07" S Lon 61°57'52.3" W	345°: Lat 10°47'1.23" S Lon 61°57'26.57" W	350°: Lat 10°47'3.36" S Lon 61°56'51.79" W	355°: Lat 10°47'18.02" S Lon 61°56'17.33" W

Distância por radial											
0°: 11.6	5°: 12.4	10°: 13	15°: 13.8	20°: 13.8	25°: 13.1	30°: 12.4	35°: 11.9	40°: 10.8	45°: 10.6	50°: 11.2	55°: 11.1
60°: 10.9	65°: 11.2	70°: 10.6	75°: 11.1	80°: 11.2	85°: 11.6	90°: 10.9	95°: 10.6	100°: 10.2	105°: 9.7	110°: 8.9	115°: 8.9
120°: 8.4	125°: 7.4	130°: 7	135°: 8.6	140°: 8.1	145°: 8.9	150°: 8	155°: 9.2	160°: 8.9	165°: 9.6	170°: 9.7	175°: 10.2

180°: 11.4	185°: 11.2	190°: 12.5	195°: 13	200°: 12.4	205°: 11.9	210°: 11.5	215°: 10.6	220°: 10.2	225°: 9.7	230°: 10.6	235°: 11.8
240°: 11.2	245°: 12.4	250°: 12.7	255°: 12.2	260°: 11.9	265°: 11.6	270°: 11.1	275°: 10.2	280°: 9	285°: 7.1	290°: 7.1	295°: 8.1
300°: 8.7	305°: 9	310°: 9.2	315°: 9.3	320°: 9.3	325°: 9.6	330°: 10.3	335°: 10.8	340°: 11.2	345°: 11.8	350°: 11.5	355°: 10.9

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 1000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 1.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 4.57 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto	PR	04/05/1981	06/05/1981	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
539000347812016 24	1413	Despacho	MCTIC	04/08/2016	16/08/2016	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	85969	Decreto Legislativo	CN	04/05/1981	06/05/1981	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	662	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	721	Ato	MC	16/06/1997	23/06/1997	Multa	Jurídico
9999	843	Ato	MC	30/06/1997	08/07/1997	Multa	Jurídico
9999	432	Ato	MC	30/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
53500.001897/201 7-71	397	Ato	ORLE	25/01/2017	03/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.040014/202 1-24	4494	Ato	ORLE	19/06/2021	25/06/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332344/202 2-24	9477227	Ato	ORLE	24/11/2022	16/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150013962021 14	11137	Portaria	MC	20/11/2023	14/12/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45230/2023/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 452 (11224425)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 11137/2023/SEI-MCOM (11273376), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 452 (11224425), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 14/12/2023, às 14:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11274083** e o código CRC **2436A872**.

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada em 14 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37355/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.001396/2021-14.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/12/2023, às 20:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279487** e o código CRC **A700AC20**.

EM nº 00760/2023 MCOM

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.137, de 20 de novembro de 2023, publicada em 14 de dezembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/12/2023 | Edição: 237 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.137, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.001396/2021-14, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga conferida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50413944409, a partir de 21 de maio de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1

ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de	

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{[11](#)}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –	Art. 113, inciso VIII, do RSR.

FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REFERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

- 1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**
- 2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.**
- 3. Encaminhem conforme proposto.**

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19690/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.001396/2021-14

INTERESSADA: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda**, inscrita no CNPJ nº **48.076.533/0001-83**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ji-Paraná/RO, vinculado ao **FISTEL nº 50413944409**, referente ao período de 21 de maio de 2021 a 21 de maio de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte

documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à entidade Empresa de **Radiodifusão Morimoto Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão em onda média, conforme Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de maio de 1981 (SUPER 7143160 - Págs. 6-7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de maio de 1981 (SUPER 7143160 - Págs. 1-5)

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 7143176).

8. Concernente ao período de **1991-2001**, a pessoa jurídica protocolou o requerimento de renovação em 25 de janeiro de 1991, de forma antecipada, gerando o protocolo nº 29120.000017/1991-11, Com efeito, a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis)

e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 21 de novembro de 1991 e 21 de fevereiro de 1992. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre o assunto, faz-se necessário rememorar que, em consulta formulada pela então Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio da Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC, nos autos do processo nº 53000.028898/2013, solicitou-se à unidade consultiva esclarecimentos acerca da possibilidade de conhecimento de pedidos apresentados antes do prazo fixado na legislação. Em resposta, a Conjur, nos termos do Parecer nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, exarou o entendimento de que *em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento* (SUPER 11216876).

10. Quanto ao período de **2001-2011**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº 53000.062782/2005-50, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 24 de janeiro de 2006, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0332327 - Pág. 6). O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

11. Já para o período de **2011 - 2021**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração o processo administrativo nº 53000.057787/2011-17 que foi instaurado de ofício, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos (protocolo nº 01250.003073/2018-10), esclarecendo que, mediante o protocolo nº 01250.007094/2016-34 (SUPER 1556542 - Pág. 1), já havia apresentado o requerimento, em 10 de dezembro de 2016. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período*

subsequente" (SUPER 11204180).

16. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

17. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da Interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

18. Pela análise dos autos, observa-se que, em **14 de janeiro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 6378071). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 21 de maio de 2020 a 21 de maio de 2021.

19. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11093874). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

20. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as

certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

21. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11093874).

22. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 30 de outubro de 2023 e em 15 de novembro de 2023 (SUPER 11190687 e 11216859).

23. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais e em **frequência modulada**, ambos na localidade de **Ji-Paraná/RO**. A interessada explora, ainda, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, na localidade de Vilhena/RO, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Motoko Kondo Morimoto compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Velho/RO. A sócia Ruth Megume Morimoto integra o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Guarajá-Mirim/RO. Já a sócia Zuleica Yoshiko Morimoto não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

24. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11212606). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11089801).

25. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11093874).

26. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11094148 - Pág. 1).

27. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a

peessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

28. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

29. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

30. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

31. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de dezembro de 2022, com validade até 6 de maio de 2031 (SUPER 11094087 e SUPER 11216883).

32. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 7 de novembro de 2023 (SUPER 11204011). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11204050). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

33. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ji-Paraná/RO, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11204180).

34. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

35. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

36. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

37. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/11/2023, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, **Assistente Técnico**, em 16/11/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 16/11/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/11/2023, às 12:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11201616** e o código CRC **0DCB73A0**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11201635)
- Minuta Exposição de Motivos (11201636)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 21 de dezembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, a concessão outorgada à EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 760 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 21/12/2023, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4848653** e o código CRC **5E5EF9BA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 5129/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 760/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 760/2023 (4848646), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, da concessão outorgada à EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MORIMOTO LTDA. (CNPJ nº 48.076.533/0001-83), nos termos do Decreto Legislativo nº 85.969, de 4 de maio de 1981, publicado em 6 de maio de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 21/12/2023, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4849562** e o código CRC **688E3F58** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 760/2023 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Despacho:

Arquivar temporariamente o presente processo na **SE/CC/PR** o qual trata de serviço de radiodifusão, tendo em vista que, **após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR** órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 22/12/2023, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4851463** e o código CRC **AFA2B681** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.001396/2021-14

Nota SAJ - Radiodifusão nº 235 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.001396/2021-14

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.001396/2021-14, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é a **EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA**, CNPJ nº 48.076.533/0001-83, na localidade de **Ji-Paraná/RO**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** (NOTA TÉCNICA Nº 19690/2023/SEI-MCOM; doc. SUPER 4848652) quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** (PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU) afirmar que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas

análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.001396/2021-14, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A **"Frequência Modulada (FM)"** é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luí. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Castro Fernandes de Sousa, Assessor**, em 10/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 10/05/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 10/05/2024, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5736149** e o código CRC **20F24D68** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 253/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.001396/2021-14.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00760/2023 MCOM, de 18 de Dezembro de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ji-Paraná (RO).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00760/2023 MCOM (4847215), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.001396/2021-14, acompanhado da [Portaria nº 11.137, de 20 de novembro de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2021, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, sem direito à exclusividade, para a empresa EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.076.533/0001-83, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].

2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM, de 17 de novembro de 2023 (4848652), posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Ji-Paraná (RO), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972 e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.

4. Por sua vez, o Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05 de outubro de 2023 (4847199), registra que "os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensadas de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação", desde que observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social (SECOE):

i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento;

ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga;

iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR (...);

iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica;

vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); e

viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

5. Consoante o disposto no item (iii), cumpre registrar que a Nota Técnica nº 19690/2023/SEI-MCOM (4848652) ressaltou que "[f]ica dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica Junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12. Ou seja, a área técnica do MCOM atestou, de forma expressa, que o caso concreto se aplica à manifestação jurídica referencial, dispensando a análise jurídica individualizada.

6. O quadro societário e diretoria da empresa [EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MORIMOTO LTDA](#) encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4].

7. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	48.076.533/0001-83
NOME EMPRESARIAL:	EMPRESA DE RADIODIFUSAO MORIMOTO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MOTOKO KONDO MORIMOTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RUTH MEGUMI MORIMOTO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZULEICA YOSHIKO MORIMOTO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 17/05/2024 às 17:20 (data e hora de Brasília).

8. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#). Cumpre registrar que o Relatório do Canal, Fistel nº 50413944409, no sistema Mosaico encontra-se em nome da empresa SANTOS & LUCENA LTD (CNPJ. nº 19.376.955/0001-76). No presente Relatório consta a anotação da [Portaria MCOM nº 12.645, de 20 de março de 2024](#), que transfere a permissão outorgada à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda para a empresa SANTOS & LUCENA LTDA. (transferência direta), no âmbito do Processo Administrativo nº 53900.018673/2014-42.
9. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a existência da Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 16 de novembro de 2023 (4847204), com a anotação de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
10. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/07/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/07/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5754717** e o código CRC **2577381E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.001396/2021-14

SUPER nº 5754717

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>